UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA
LATINA

ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA

**Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso
da RCTV**

SÃO PAULO
2011

ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA

**Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso
da RCTV**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Integração da
América Latina da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências

Linha de Pesquisa: Comunicação e
Cultura

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vivian Urquidí

SÃO PAULO
2011

ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA

Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso da
RCTV

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Integração da
América Latina da Universidade de São
Paulo, Linha de Pesquisa Comunicação e
Cultura, para obtenção do título de
Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____.

Instituição: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____.

Instituição: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____.

Instituição: _____ Assinatura: _____.

*Aos meus pais, Gizelia e Virgilio, a quem devo minha
formação;*

*À minha esposa, Gláucia, com quem divido os melhores
momentos da minha vida;*

*Aos meus filhos, Helena e Rafael, minhas duas principais
razões de viver, por tudo que aprendo diariamente com
você.*

AGRADECIMENTOS

À Professora Vivian Urquidi, pela confiança em mim depositada e pelas dedicadas horas de orientação.

Aos Professores Cremilda Medina e Francisco Fonseca, pelas sugestões apresentadas no Exame de Qualificação.

Ao Professor Paulo Eduardo Silva, pela valiosa leitura informal do Relatório de Qualificação e pelas sugestões apresentadas.

Ao meu irmão, Márcio, pelo incentivo aos meus estudos desde os primeiros anos de escola.

À minha cunhada, Geisa, por todo o auxílio prestado desde o processo seletivo para o ingresso no mestrado.

Aos colegas prolanianos, pelas trocas de materiais e ideias no decorrer do curso.

À Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização de um mestrado verdadeiramente interdisciplinar.

RESUMO

BEZERRA, André Augusto Salvador. Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso da RCTV. 2011. 187f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A implementação de políticas públicas de comunicação social sobre empresas midiáticas em países da América Latina neste início de século tem sido objeto de intensos debates acerca de suas implicações na efetividade do direito à liberdade de expressão. Em tal contexto, o presente trabalho desenvolveu estudo comparado e interdisciplinar das políticas governamentais realizadas na Venezuela e no Brasil, configuradoras de casos extremos de, respectivamente, ação e omissão oficial. De um lado, considerou a situação venezuelana, cujo atual governo é acusado de obstar a liberdade de expressão por executar medidas contundentes no campo da comunicação social, especialmente na não renovação da concessão da emissora de televisão RCTV. De outro lado, considerou a realidade brasileira, cujo governo não tem sido alvo de críticas semelhantes, mas que não combate frontalmente os meios de comunicação oligopolistas. A partir dessas situações opostas, o estudo investigou os efeitos da implementação de políticas públicas positivas para a efetividade da liberdade de expressão como direito essencial à democracia. Ao final, constatou a legitimidade de a atuação estatal sobre a mídia e a nocividade de a omissão oficial.

Palavras chave: Liberdade de expressão – Estado - democracia – mídia – Venezuela - Brasil.

ABSTRACT

BEZERRA, André Augusto Salvador. The case of RCTV: a comparative study of freedom of speech in Venezuela and Brazil. 2011. 187f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

In Latin America, the implementation of public policies of social communication over media companies has been the subject of intense debate over its implications in regards to its effectiveness on freedom of speech in the new century. In this context, the present work exposed an interdisciplinary and comparative study of government policies in Venezuela and Brazil. Both countries represent, respectively, extreme cases of state action and state omission. On the one hand, the work considered the situation in Venezuela, which current government is accused of impeding free speech by performing strong control measures in the media field, especially in the case of the non-renewal of the broadcast license of RCTV. On the other hand, the work considered the Brazilian context, which current government does not combat media oligopolies and it is not subject to similar criticism like those suffered by the government of Venezuela. In such opposite situations, the study investigated the effects of implementation of positive policies for the effectiveness of freedom of speech as an essential right to democracy system. It verified the legitimacy of state action over the media structure and also verified the harmful effect of the government omission.

Keywords: Freedom of speech – State - democracy – media - Venezuela - Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Acción Democrática
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Independiente
CONATEL	Comisión Nacional de Telecomunicaciones
CTV	Central de Trabalhadores da Venezuela
CVTV	Cadena Venezolana de Televisión
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
FEDECÁMARAS	Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela
LEY RESORTE	Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión
LOTEL	Ley Orgânica de Telecomunicaciones
MVR	Movimento V República
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDVSA	Petróleos de Venezuela
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PNBL	Plano Nacional de Banda Larga
PNDH3	III Programa Nacional de Direitos Humanos
PROLAM/USP	Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
PT	Partido dos Trabalhadores
RCTV	Radio Caracas Televisión
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
TELESUR	Televisión del Sur
TEVES	Televisora Venezolana Social
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VTV	Venezolana de Televisión

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	DO DISCURSO À PRÁTICA	19
2.1	Observações preliminares	19
2.1.1	O caminho seguido	19
2.1.2	Liberdade de expressão e mídia	20
2.1.3	Democracia e esfera pública	21
2.1.4	O papel da grande mídia na democracia	26
2.2	O discurso da grande mídia	27
2.2.1	O breve exame realizado	27
2.2.2	As publicações mencionadas	28
2.2.3	A posição das publicações	29
2.2.4	O caráter liberal da doutrina	31
2.3	A prática histórica da grande mídia	35
2.3.1	A mídia da consagração da liberdade de expressão	35
2.3.2	As transformações da mídia	38
2.3.3	Mídia e objetividade	40
2.3.4	O problema da concentração	41
2.3.5	O trabalho da opinião pública	45
2.3.6	O caso da América Latina	50
2.4	Mídia, liberalismo e democracia	52
3.	ESTADO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO	55
3.1	Um problema para a democracia	55
3.2	A evolução dos direitos fundamentais	56
3.2.1	A gênese liberal	56

3.2.2	A democracia como uma segunda geração de direitos fundamentais ..	57
3.2.3	O advento dos direitos sociais	60
3.2.4	Novos direitos para o final do século XX	62
3.2.5	O reconhecimento da historicidade e seus efeitos	63
3.3	A atuação do Estado	66
3.3.1	A realização da tarefas positivas	66
3.3.2	Limites de atuação do Estado	69
3.3.3	Formas de atuação estatal	71
3.3.4	Restrições à propriedade midiática	72
3.3.5	Restrições sobre o conteúdo	77
3.3.6	A atuação do Estado nas concessões	78
3.4	A situação da Venezuela e do Brasil	82
4.	A ATUAÇÃO NA VENEZUELA	84
4.1	Considerações preliminares	84
4.2	Do Pacto de Punto Fijo ao advento do socialismo bolivariano	85
4.2.1	Para compreender a figura de Chávez	85
4.2.2	A Venezuela pré-Chávez e a democracia clientelista	87
4.2.3	A mídia oligopolista e a subserviência da esfera pública	89
4.2.4	A crise do modelo bipartidário e a ascensão de Chávez	93
4.3	O novo modelo institucional implantado	96
4.3.1	Moderação, juridicidade e reforma	96
4.3.2	A Constituição de 1999	98
4.3.3	A liberdade de expressão na nova ordem constitucional	100
4.4	Da ação governamental à reação golpista	102
4.4.1	A polarização e os embates políticos	102
4.4.2	A grande mídia como protagonista do golpismo.	104

4.4.3	A mídia após o golpe.....	108
4.5	Estado, mídia e o caso da RCTV.....	110
4.5.1	Políticas públicas e democratização das comunicações	110
4.5.2	A apuração que justificou o caso da RCTV.....	112
4.5.3	RCTV, uma concessão	116
4.5.4	A liberdade de expressão após a RCTV	118
5.	A AUSÊNCIA DE ATUAÇÃO NO BRASIL	123
5.1	Considerações preliminares.....	123
5.2	Da ditadura à redemocratização.....	124
5.2.1	O golpe e o regime militar	124
5.2.2	O apoio da mídia ao golpe de 1964	127
5.2.3	Os meios de comunicação em 1964	128
5.2.4	O suporte ao regime ditatorial: dois casos	130
5.2.5	A regulação insuficiente e o coronelismo eletrônico.....	134
5.2.6	A oposição da mídia e o fim do regime	136
5.3	O novo modelo democrático	138
5.3.1	Os acordos de bastidores da Nova República	138
5.3.2	A propaganda neoliberal	139
5.3.3	A Constituição de 1988.....	140
5.3.4	A liberdade de expressão na nova ordem constitucional.....	142
5.3.5	O exercício da liberdade de expressão pela grande mídia	144
5.4	A presidência de Lula	146
5.4.1	Conservadorismo e alívio no sistema econômico	146
5.4.2	A grande mídia perante o novo governo	149
5.4.3	A reeleição de Lula e a aspiração à conservação da ordem	150
5.5	Estado, mídia e omissão.....	152

5.5.1 O conservadorismo externado nas políticas de comunicação.....	152
5.5.2 A renovação das concessões da Rede Globo.....	155
5.5.3 A declaração de não recepção da Lei de Imprensa	157
5.5.4 A liberdade de expressão sem regulação da mídia	159
6. CONCLUSÃO	162
REFERÊNCIAS.....	172
Editoriais e informativos sem autoria indicada.....	184
Normas e documentos oficiais	185

1. INTRODUÇÃO

A atividade dos meios de comunicação na divulgação de informações aos debates travados no espaço compreendido como esfera pública, independente de interesses governamentais, insere-se no direito à liberdade de expressão, essencial ao funcionamento dos regimes democráticos. Nestes termos, vem à tona o contraste entre duas situações vividas na América Latina no presente início de século, aptas a levar ao alcance de ilações aparentemente singelas e destituídas de maiores celeumas.

A primeira diz respeito a Venezuela. Em maio de 2007, venceu o prazo de concessão da mais antiga e uma das maiores emissoras de televisão comercial do país, a Radio Caracas Televisión (RCTV), detentora do direito de explorar o canal 2 UHF por 53 anos. O governo chefiado por Hugo Chávez não renovou o ato, determinando que no lugar desta estação passasse a operar a Televisora Venezolana Social (TEVES), de propriedade do Estado.

A segunda situação refere-se ao Brasil. Em outubro do mesmo ano de 2007, venceram cinco concessões de um dos maiores impérios midiáticos da América Latina, a Rede Globo de Televisão, tendo havido por práticas do Executivo e do Legislativo, a renovação dos atos, sem qualquer discussão acerca de eventual cumprimento ou não de normas estatais regulamentadoras da atividade dos meios de comunicação. Em 2009, foi a vez da cúpula do Judiciário tornar prescindíveis tais espécies de normas, declarando incompatível com a ordem constitucional um dos principais diplomas legais brasileiros que regulamentava a atividade da mídia, a chamada Lei de Imprensa.

Os fatos parecem falar por si mesmos. Enquanto na Venezuela uma tradicional emissora teve restringida pelo governo a possibilidade de exercer a atividade de jornalismo e entretenimento que há décadas realizava, no Brasil os meios de comunicação têm recebido dos três poderes estatais a garantia de poderem praticar sua atividade sem qualquer obstáculo oficial. Não é, assim, difícil alcançar uma conclusão supostamente exata, a respeito das situações ora colocadas: a Venezuela rumaria a um regime autocrático, ao

passo que o Brasil navegaria tranquilamente em direção a uma democracia mais sólida.

Objetivamos, com a presente pesquisa, problematizar a ilação acima estabelecida. Baseados na medida paradigmática responsável pela substituição da RCTV pela TEVES, levamos a pesquisa teórica ao problema das relações existentes entre Estado e meios de comunicação, fundamentando: a) a possibilidade de a atuação oficial não levar um país à autocracia; b) e a possibilidade de a falta de regulamentação sobre a atividade da mídia não conduzir um país à estabilização democrática. Tal investigação foi focada no singular processo histórico da Venezuela, que tem passado por situações de elevado nível de instabilidade política, com ponto culminante nas tentativas de golpe ocorridas em 2002, sob o auxílio da RCTV; também foi focada nas conjunturas específicas do Brasil, submetido há considerável lapso de tempo ao oligopólio na propriedade dos meios de comunicação, em que pese a aparente estabilidade das instituições democráticas. Daí a intitulação do trabalho em *Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso da RCTV*.

Cuida-se de tema colocado na ordem do dia.

Desde o final do século XX, alguns governos da América Latina têm testemunhado a emergência de grupos que se dizem não alinhados às diretrizes impostas pelas principais potências mundiais nem às oligarquias que tradicionalmente governaram a região. A ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em 1999 representou marco fundamental neste processo, levando à verdadeira guinada nos debates internacionais.

A instauração do projeto denominado *socialismo bolivariano* por Chávez trouxe consigo o renascimento de discussões acerca de temas que, com o colapso da União Soviética, pareciam estar fora da pauta, como, por exemplo, a possibilidade de se ter um regime socialista compatível com o Estado Democrático de Direito. Tais polêmicas acirraram-se ainda mais com a implementação de providências que alcançaram diretamente os interesses de velhos oligopólios, como a não renovação da concessão do canal RCTV por parte do governo venezuelano.

Sucede que, assim como ocorreu na Guerra Fria entre defensores dos sistemas norte-americano e soviético, as análises das medidas levadas a efeito pelo governo Chávez são frequentemente desprovidas de conteúdo científico. O que existe, no mais das vezes, são exames baseados em paixões, crenças semirreligiosas ou interesses de classe. No caso específico das políticas públicas de comunicação social, têm-se normalmente, de um lado, a versão veiculada pelos opositores em fazer estreita analogia de ocorrências como o da RCTV a violações às liberdades públicas promovidas por regimes autocráticos - sem fazer menção ao papel desta emissora nas tentativas de golpe de 2002 - e, de outro lado, a versão de analistas pró-Chávez em enfatizar as realizações da própria pessoa do presidente venezuelano - em que pesem os perigos da extrema personalização do poder.

A implementação de medidas governamentais drásticas, como a não renovação da concessão de uma tradicional emissora de televisão, exige a efetivação de estudo que procure analisar *criticamente* a situação social, política e jurídica da Venezuela. O mesmo cenário impõe, ainda, a realização de reflexão semelhante da conjuntura de outros países submetidos a medidas governamentais opostas, como o Brasil, onde, perdura a inação oficial, beneficiando o oligopólio de empresas de comunicação, inclusive as concessões públicas que nem sempre exercem suas atividades em conformidade às instituições democráticas.

Tais circunstâncias não significam que deixamos de formular questões genéricas, para além das fronteiras venezuelanas e brasileiras. Indagamos, assim, acerca da titularidade da liberdade de expressão desde sua inicial consagração até os dias atuais; da aplicação a ser dada a tal valor em decorrência da historicidade dos direitos fundamentais e do papel do Estado Democrático de Direito na efetivação dos valores positivados nos ordenamentos jurídicos. Todavia, a partir das análises de tais questões, os problemas levantados foram aplicados à específica realidade social e institucional da Venezuela e do Brasil, *comparando-se* quatro situações na relação *mídia-liberdade de expressão-democracia-Estado*, vigentes em ambos os países, a saber: a) a forma pela qual a estrutura da propriedade dos meios de comunicação foi construída desde a segunda metade do século XX; b) as

atuações dos empreendimentos midiáticos objetivando a hegemonia de grupos políticos e econômicos a partir de então; c) as condutas estatais sobre a mídia no mesmo período histórico, ultimando-se nas políticas implementadas pelos presidentes Chávez e Lula; d) as implicações dos fatores referidos nos itens “a”, “b” e “c” para a efetividade da liberdade de expressão e, por consequência, para a democracia.

Tantas questões e situações abordadas em um curso desvinculado da rigidez dos departamentos universitários - como o que realizamos no PROLAM/USP - levou-nos, naturalmente, a proceder a estudo interdisciplinar. Utilizamos, para isso, de análises que transpuseram o Direito, alcançando também ramos do saber como a Sociologia, a Política, a História e as Ciências da Comunicação. Fizemos ainda uso de nossa experiência pessoal, especialmente de consumidores de noticiários veiculados pela grande mídia venezuelana e brasileira.

Dentre outros autores citados, proporcionamos especial enfoque aos escritos de dois deles: o primeiro foi Norberto Bobbio, que nos embasou nas suas concepções de democracia como procedimento pluralista que visa a ampla participação popular, de liberalismo como a doutrina da abstenção estatal e de direitos fundamentais como valores dotados de historicidade; o segundo foi Jürgen Habermas, que nos alicerçou no seu conceito de esfera pública como espaço discursivo formador da opinião pública, de democracia como procedimento não limitado às eleições e de meios de comunicação como instrumentos de propaganda dos interesses do mercado. Mencionados autores auxiliaram, ademais, no caminho da interdisciplinaridade trilhado, na medida em que laboram tanto sob perspectiva normativa (sustentando como o Estado Constitucional – e não o aparelho estatal ideal, desprovido de divisão de classes - deve atuar na implementação dos direitos); quanto sob ótica descritiva e analítica (discorrendo como a dinâmica das relações sociais e políticas influi na aplicação – ou não aplicação - dos direitos).

A exposição do trabalho foi dividida em duas partes. Na inicial, composta pelos dois primeiros capítulos, inserimos o referencial teórico que refletiu as relações entre mídia, liberdade de expressão,

democracia e Estado. Na derradeira, formada pelos dois capítulos restantes, incluímos o estudo comparado focando as realidades venezuelana e brasileira.

O capítulo inicial teve como título *Do discurso à prática*. Procuramos, de início, compreender as contundentes críticas veiculadas por parte da grande mídia em relação à atuação do governo venezuelano sobre a RCTV. Confrontamos, então, o discurso publicado pela mídia venezuelana e brasileira quando analisou a não renovação da concessão da emissora e a prática política de tais empreendimentos ao longo dos anos, o que permitiu situar ideologicamente a posição adotada em um liberalismo não necessariamente democrático. Nesta mesma abordagem inaugural, procuramos discurrir acerca das origens e da evolução da doutrina liberal defendida, por meio da percepção do desenvolvimento dos meios de comunicação ao longo dos anos, culminante no ora predomínio de empresas detentoras de elevado capital.

No capítulo seguinte, intitulado *Estado e liberdade de expressão*, investigamos se o Estado deve acolher ou não o ideário liberal defendido pela mídia empresarial. Para isso, analisamos a evolução dos direitos fundamentais ao longo dos anos - desde sua consagração inicial na luta contra o absolutismo monárquico até a realidade do século XXI -, de modo a compreender as transformações incidentes não apenas sobre os próprios direitos, mas também sobre o sistema estatal, que passou a ter o dever de agir positivamente visando a efetivação dos valores consagrados nos ordenamentos jurídicos. Pesquisamos como este quadro evolutivo influenciou nas relações entre Estado e meios de comunicação, permitindo a atuação oficial sobre a mídia (mormente as concessões públicas), respeitadas determinadas cautelas que objetivam obstar a sujeição da esfera pública ao monopólio governamental da palavra.

Cientes das possibilidades e dos limites da atuação do Estado, abordamos a situação peculiar venezuelana, em capítulo intitulado *A atuação na Venezuela*. Nesta etapa, procuramos compreender as políticas públicas de comunicação social historicamente implementadas no quadro de disputas hegemônicas, proporcionando especial destaque aos embates entre grupos chavistas e antichavistas que levaram ao caso paradigmático da RCTV. Para

isso, volvemos à década de 1950, quando foi celebrado um acordo responsável pela instalação de regime eminentemente clientelista. Destacamos os graves problemas estruturais produzidos por este sistema, no que se inclui a construção de oligopólio na propriedade dos meios de comunicação até hoje existente.

Em seguida, mas no mesmo capítulo, discorremos sobre os fatores que ensejaram a crise desse sistema e levaram à ascensão de Hugo Chávez à presidência da república. Descrevemos, então, como os grupos que perderam o domínio do sistema político fizeram uso da grande mídia empresarial objetivando seu retorno ao poder, a ponto de utilizarem concessões públicas como a RCTV para a propaganda dos movimentos golpistas sucedidos em 2002. A partir daí, procuramos analisar as políticas de comunicação social efetivadas por Chávez como resposta a esta situação, o que inclui o caso da RCTV em meio a outras providências implementadas. Verificamos, então, a consonância de tais políticas ao ordenamento jurídico vigente no país, bem como suas consequências para a efetivação da liberdade de expressão.

No derradeiro capítulo, intitulado *A ausência de atuação no Brasil*, foi focada a situação brasileira. Assim como procedemos na análise relativa à Venezuela, procuramos compreender as políticas de comunicação social no contexto de disputa pelo domínio dos sistemas econômico e político. Por isso, também voltamos ao tempo, mais especificamente ao golpe de Estado sucedido em 1964, ocasião em que significativa parcela da grande mídia colocou-se como instrumento favorável aos interesses do capital nacional e estrangeiro, trabalhando a opinião pública para a derrubada do presidente João Goulart. Vimos como os meios de comunicação foram recompensados pelo regime ditatorial então instaurado, responsável pela estruturação oligopolista na propriedade dos veículos e por um sistema de troca de favores a aliados regionais através da outorga de concessões de emissoras de radiodifusão. Vimos também como este arcabouço acabou por levar ao crescimento de determinados grupos midiáticos, como a Folha da Manhã e, principalmente, as Organizações Globo.

Perdurando na análise brasileira, focamos a seguir o processo de reabertura democrática consolidado com a promulgação da Constituição de 1988. Verificamos que os principais acontecimentos políticos do período foram, mais uma vez, protagonizados pelos meios de comunicação, que passaram a realizar propaganda em favor dos interesses dos novos (aliados a antigos) grupos ocupantes do sistema estatal, recebendo, como contraprestação, a garantia da abstenção oficial sobre sua atividade. Analisamos como a não modificação da estrutura oligopolista permitiu à grande mídia o verdadeiro monopólio da palavra na propagação do neoliberalismo e das propostas dos candidatos a mandatos eletivos que representavam tal ideário. Após essa etapa, procuramos compreender os fatores que permitiram a eleição de um ex-líder sindical como Lula à chefia do Executivo e sua opção de não provocar maiores embates com a grande mídia comercial. Finalmente, verificamos as consequências desta opção governamental e as atuais expectativas em torno da presidenta Dilma Rousseff.

Realizada toda essa análise, pudemos concluir como as situações vigentes na Venezuela e no Brasil são reveladoras dos efeitos da implementação de políticas positivas ou da inação governamental para a efetividade da liberdade de expressão. Tudo isso, principalmente em um subcontinente como a América Latina, onde o exercício do direito à palavra pelos empreendimentos midiáticos oligopolistas nem sempre caminha em conformidade ao aprofundamento democrático projetado nas constituições dos respectivos países.

2. DO DISCURSO À PRÁTICA

2.1 Observações preliminares

2.1.1 O caminho seguido

A presente análise comparada parte do pressuposto da *necessária existência* de meios de comunicação independentes para a *efetividade*¹ da liberdade de expressão e para a sobrevivência do regime democrático. Daí a repercussão – e a análise – de um caso paradigmático como o da não renovação da RCTV pelo governo venezuelano.

Em um estudo como o ora proposto, poderíamos proceder de início à descrição histórica e ao exame do regime jurídico da liberdade de expressão, na forma tradicionalmente efetuada em pesquisas que envolvem temas semelhantes. Neste sentido, exporíamos ordenadamente definições realizadas por autores consagrados, faríamos menção às origens do direito e apresentariamos sua evolução jurídica e política no decorrer do tempo.

Temos, porém, a possibilidade de trilhar outro caminho, que realmente coloque em primeiro plano os meios de comunicação. Em tais termos, podemos iniciar o estudo pela análise da interpretação do direito à liberdade de expressão efetuada por parte da mídia privada venezuelana e brasileira quando da ocorrência do caso da RCTV; e, a partir daí, como tais empreendimentos têm historicamente colocado em prática sua prerrogativa de proceder à transmissão de notícias e entretenimento – sem deixar de considerar as definições, o histórico e a sua evolução.

¹ Quando falamos em efetividade, estamos indo além da clássica análise dos planos da existência, validade e eficácia dos atos jurídicos. Estamos a nos referir ao que Luis Roberto Barroso (2008, p. 247) chama de “[...] concretização do comando normativo, sua força operativa no mundo dos fatos.”

É o que optamos, por três motivos. Em primeiro lugar, porque tamanha é a influência da opinião divulgada pelas referidas empresas, que os seus pronunciamentos tornaram-se verdadeira *doutrina* a respeito do tema, citada até mesmo por agentes do Estado²; em segundo lugar, porque o caminho escolhido permite que confrontemos – ainda neste capítulo – as ideias defendidas por parte da mídia com a prática destes empreendimentos realizada ao longo do processo de consolidação do capitalismo; e, em terceiro lugar, porque autoriza a situar ideologicamente o discurso propagado por empresas midiáticas e – no capítulo seguinte – a verificar se tais ideias podem ou não ser adotadas pela realidade estatal no contexto de concentração na propriedade dos meios de comunicação.

2.1.2 Liberdade de expressão e mídia

Antes, porém, de seguirmos o percurso acima mencionado, é necessário que esclareçamos o que compreendemos por direito fundamental à *liberdade de expressão* e pelo termo *mídia*.

Por *liberdade de expressão* entendemos o que Venício de Lima (2010b, p. 21) chama de “[...] direito humano fundamental da palavra, da expressão.” Inclui, conforme estipula a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, art. XIX), “[...] a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”, de modo a abranger outros direitos frequentemente mencionados pelos autores no estudo de assuntos correlatos, como a liberdade de

² É o caso do voto proferido pelo Ministro Carlos Ayres Britto (BRASIL, 2009, p. 75), ao julgar a Lei de Imprensa incompatível com a Constituição brasileira de 1988, cuja fundamentação é baseada, dentre outras, em citação atribuída a dirigente de um dos maiores grupos de comunicação do país: “Tudo sob a idéia-força de que à imprensa incumbe controlar o Estado, e não o contrário, conforme *ressalta* o jornalista Roberto Civita, presidente da Editora Abril e editor da revista Veja [...]”.

imprensa³, a liberdade de informação jornalística⁴, o direito à informação e o direito à comunicação⁵.

Por *mídia* (corruptela do plural latino de *medium*), entendemos o que Venício de Lima (2006, p. 53) denomina de “[...] conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana.” Cuida-se dos meios de comunicação de massa, como os jornais, as revistas (mídia impressa), o cinema, as emissoras de rádio e de televisão (mídia eletrônica) e a *internet* (mídia virtual). O que focamos, mais especificamente, é a *grande mídia*, formada por empreendimentos transmissores de notícias e de entretenimento, dotados de elevado capital e de proeminente nível de profissionalização e de racionalização interna, excluindo, assim, as emissoras comunitárias e os jornais de bairro ou de associações, que, mesmo tendo importância na formação da opinião de grupos localizados, não conseguem transpor certos limites territoriais ou populacionais.

2.1.3 Democracia e esfera pública

Com base nessas anotações, devemos, ainda preliminarmente, procurar apreender os fundamentos que levam à imprescindibilidade da liberdade de expressão para um sistema político etimologicamente entendido como o *governo do povo*.

Não temos a pretensão de estabelecer um *tipo ideal* de democracia, tendo em vista a especificidade sócio-cultural existente entre os

³ Conforme Venício de Lima (2010b, p. 127), em sua concepção originária, a liberdade de imprensa consiste no “[...] direito individual de imprimir (*printing*) sem a necessidade de uma licença prévia da igreja e do Estado.”

⁴ Trata-se do direito que, segundo José Afonso da Silva (2007, p. 825), “[...] alcança qualquer forma de difusão de notícias, comentários e opiniões, por qualquer veículo de comunicação social”, de modo a assumir “[...] características modernas superadoras da velha liberdade de imprensa”.

⁵ “A diferença crucial entre os conceitos de direito à comunicação e de direito à informação está no fato de não haver no primeiro apenas a prerrogativa de ser informado, havendo também a de informar, introduzindo uma característica de mão-dupla no processo” (BRITTOS; COLLAR, 2006, p. 1).

diversos Estados – Nação. De fato, as origens, os processos de formação, os conflitos e os acordos que dão ensejo à instituição de cada realidade estatal moldam sistemas políticos distintos e – ainda que igualmente democráticos – dotados de peculiaridades de nem sempre singela compreensão.

Essa circunstância não impede, porém, que adotemos uma *definição mínima* de regime democrático, a partir da admissão de certos requisitos a serem considerados indispensáveis à efetiva influência dos anseios populares nas decisões governamentais. Para isso, fazemos menção à *definição procedimental* estabelecida por Norberto Bobbio (2009, p. 22), no sentido de a democracia consistir minimamente em "[...] um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados."

Sem embargo de especificidades locais, não há como deixar de reconhecer que a existência de procedimentos que prevejam e facilitem a ampla participação dos cidadãos seja indispensável à sobrevivência do regime democrático, o que, por sua vez, exige "[...] a estratégia de compromisso entre as partes através do livre debate [...]" (BOBBIO, 2009, p. 22). Este debate impõe que os participantes possam expressar e receber livremente pontos de vista e informações para seu próprio convencimento e para a persuasão alheia, de modo a constituir e a ampliar a rede de comunicação e interação de mensagens, chamada por Jürgen Habermas (2003a, p. 92) de *esfera pública*:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para comunicação de conteúdos, tomada de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em *opiniões públicas* enfeixadas em temas específicos. [...] A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da comunicação cotidiana.

O reconhecimento do fenômeno social da esfera pública para a compreensão do regime democrático tem por base a constatação, realizada pelo próprio Habermas, de que o advento da modernidade e a consolidação hegemônica da burguesia levaram à separação entre um mundo da vida reproduzido por uma rede de ações comunicativas, a administração estatal e as relações econômicas. De fato, a organização burguesa - solidificada em

uma época em que o Estado moderno já estava estruturado na implementação do mercantilismo - apartou o local de trabalho regido pelas leis do mercado, o espaço íntimo familiar e o espaço de discussão aberto a temas relevantes. Este quadro permitiu, não apenas a distinção entre o público e o privado, mas ainda uma concepção diferenciada de uma esfera pública não estatal e de uma esfera privada não econômica. Operou-se, a partir de então, a distinção entre o que o autor chama de *lógica do sistema e mundo da vida*: a primeira, representada pelos sistemas do *Estado* (o poder político e a administração burocrática moderna) e do *mercado* (o poder econômico do modo de produção capitalista); o segundo, representado pela *esfera privada* (que tem como centro institucional, a família nuclear, onde os indivíduos assimilam a cultura e desenvolvem opiniões) e pela *esfera pública* (onde os indivíduos debatem as opiniões desenvolvidas, a fim de formarem a opinião pública capaz de tornar efetiva a sua participação nas decisões de um governo democrático) (HABERMAS, 2003b, p. 15-41; ARATO; COHEN, 1994, p. 151-171).

Essa construção doutrinária encontra correspondência na teoria social tripartite gramsciana, divisora dos conceitos de Estado, mercado e sociedade civil. No pensamento habermasiano, adotado no presente trabalho, a *sociedade civil* constitui-se nos “[...] agrupamentos voluntários fora da esfera do Estado e da economia [...]” (HABERMAS, 1990, p. 20), tais como as associações culturais e de lazer, igrejas, mídias independentes, organizações de classe e partidos políticos. É ela quem arraiga a esfera pública, proporcionando o fundamento social para a formação informal da opinião pública que, em um regime democrático, “[...] desemboca em decisões eletivas institucionalizadas e em resoluções legislativas pelas quais o poder criado por via comunicativa é transformado em poder administrativamente aplicável” (HABERMAS, 2004, p. 289)⁶.

Relevante notar que quando Habermas faz menção à expressão *opinião pública*, não está a se referir à mera soma de pontos de vista individualmente pesquisados, verificáveis por intermédio de pesquisas de

⁶ Por isso, Andrew Arato e Jean Cohen (1994, p. 156) afirmam que “o conceito habermasiano de mundo da vida permite uma conceitualização da sociedade civil que não corresponde ao conjunto do sistema civil. A sociedade civil constitui uma dimensão do mundo da vida assegurada institucionalmente por um conjunto de direitos que a pressupõe, ao mesmo tempo em que as diferenciam das esferas da economia e do Estado.”

opinião. Na verdade, está a mencionar o produto de um complexo processo sucedido na arena discursiva, onde se instauram controvérsias e se elaboram propostas, informações e argumentos, que, no final, levam ao assentimento a temas e a contribuições:

Na esfera pública, as manifestações são colhidas de acordo com temas e tomadas de posição pró ou contra; as informações e argumentos são elaborados na forma de opiniões focalizadas. Tais opiniões enfeixadas são transformadas em opinião pública através do modo como surgem e através do amplo assentimento de que “gozam” (HABERMAS, 2003a, p. 94).

Ainda que a noção de opinião pública seja objeto de sérias controvérsias⁷, a afirmação de que a ampla participação dos interessados nas decisões governamentais pressupõe livres debates condutores do assentimento a temas relevantes, tem o mérito de legitimar os valores positivados, que advém “[...] enquanto reivindicações de grupos ou indivíduos de espaços públicos de uma sociedade civil emergente” (ARATO; COHEN, 1994, p. 155), tornando possível a democratização dos sistemas do Estado e do mercado. Tal entendimento representa importante superação ao pensamento ortodoxo marxista de enxergar os direitos – especialmente as liberdades públicas – como meros instrumentos de repressão colocados exclusivamente a serviço da classe dominante⁸. Ademais, e o que é de suma importância para o presente trabalho, mencionada teoria insere em primeiro plano os debates e as discussões livres travadas na esfera pública como procedimento necessário para a formação da opinião pública apta a influir no sistema político – sob pena deste ser absorvido por *déficits de legitimidade* (HABERMAS, 2003a, p.

⁷ Para Francisco Fonseca (2005, p. 34-35), as diversas interpretações concedidas à opinião pública tornam tal conceito verdadeiro *campo minado*. No caso da imprensa brasileira, por exemplo, “[...] ‘opinião pública’ para os grandes jornais significa a ‘opinião’ de seus leitores, isto é, cerca de 15 milhões (numa perspectiva superestimada) de pessoas num universo de 170 milhões de habitantes, isto é, as referidas classes proprietárias – trata-se, portanto, de uma expressão restritiva; e (mais importante) esta expressão é invocada pelos jornais, em variadas situações, simplesmente para identificar *sua própria opinião*, que, embora privada, pretende passar-se por ‘pública’.”

⁸ A respeito, lembra Bobbio (2002, p. 82) que “[...] a maior parte dos escritores que se inspiraram no pensamento de Marx e Engels, contribuindo para formar a ideologia do movimento operário por cerca de um século, toda vez que se encontraram na situação de ter de tomar posição diante das instituições características do Estado por eles definido como burguês, deram destaque apenas aos seus aspectos negativos, a serem repudiados portanto, e jamais aos seus aspectos positivos, a serem eventualmente conservados e desenvolvidos”. Tal situação, ainda segundo o autor, levou ao ofuscamento e ao desprezo da “[...] enorme força de ruptura que a exigência dos direitos de liberdade civil e política mesmo contra o Estado [...] havia tido e haveria de ter onde quer que se ampliassem os movimentos constitucionais, com respeito a todos os Estados existentes até então.”

121)⁹ -, evidenciando a imprescindibilidade da liberdade de expressão para a democracia.

O alcance da noção de esfera pública a partir da definição procedimental de democracia formulada por Bobbio pode causar certa estranheza, na medida em que o fluxo comunicacional que se condensa na opinião pública não é tratado especificamente pelo autor italiano. E não se cuida de circunstância irrelevante, pois é este fluxo que permite que as principais demandas da sociedade sejam identificadas, tematizadas e problematizadas, “[...] a ponto de serem assumidas pelo processo parlamentar” (HABERMAS, 2003a, p. 91), o que amplia a noção de democracia pelo monitoramento e pela programação do trabalho pós-eleitoral dos agentes estatais. Por isso, a crítica de Habermas (2003a, p. 27) à definição acima referida, que, segundo o mestre de Frankfurt, não toca naquilo que seria o cerne da questão:

[...] no fato de que o processo democrático institucionaliza discursos e negociações como o auxílio de formas de comunicação as quais deve fundamentar a suposição da racionalidade para todos os resultados obtidos conforme o processo.

Em que pese essa crítica, a definição exposta por Bobbio tem sua relevância por não deixar dúvida acerca da importância dos debates públicos para possibilitar a ampla participação cidadã nas decisões coletivas (seja nas eleições, seja no controle do trabalho cotidiano dos mandatários dos cidadãos). São justamente tais discussões que formam e ampliam a rede comunicativa da esfera pública de Habermas. Ao menos para as pretensões deste estudo, as obras dos dois autores são, pois, conciliáveis.

⁹ Daí que, ao construir sua teoria social, Habermas não trabalhou apenas sob perspectiva normativa, limitando-se a elaborar conceitos – como *esfera pública* e *opinião pública* – relacionados a um horizonte esperado (*dever-ser*) e fundado em relações éticas. O autor também laborou sob perspectiva descritiva e analítica, considerando os interesses de classe, os conflitos hegemônicos e as naturais desigualdades que debilitam a racionalidade das discussões. Foram examinados por Habermas, assim, tanto as hipóteses de consagração e efetivação de direitos como resultado de processos de *emancipação da sociedade civil*, sob uma esfera pública que, por vezes, logra autonomia perante os sistemas; como ainda os casos do que considera como *colonização do mundo da vida* pelo mercado e pelo Estado – penetrando e distorcendo “[...] a reprodução das instituições societárias, culturais e socializadoras” (ARATO; COHEN, 1994, p. 154).

2.1.4 O papel da grande mídia na democracia

As observações acima expostas revelam a importância dos meios de comunicação na democracia contemporânea. Com efeito, quando analisamos países democráticos neste início de século XXI, não vislumbramos a realização de debates em espaços onde todos possam em um mesmo momento tomar conhecimento, opinar e deliberar a respeito dos assuntos socialmente relevantes. Vislumbramos, na realidade, sociedades complexas, formadas por cidadãos situados em localidades longínquas, que, normalmente, recebem os pontos de vista e as informações necessárias para a tomada de posições pelos meios de comunicação, em especial aqueles que atingem número indeterminado de pessoas em vasta extensão territorial, formadores do que denominamos de grande mídia.

É verdade que não há consenso a respeito da dimensão da importância de tais empresas perante a esfera pública. Conforme lembra Sergio Costa (2002, p. 20-21), há quem confira aos meios de comunicação a centralidade completa no processo das mediações sociais, ainda mais em países como os da América Latina, que seriam historicamente caracterizados pela inexistência de um espaço comunicativo; há, por outro lado, quem entenda, como o próprio autor (COSTA, 2002, p. 22-23 e 34), que existem outras estruturas comunicativas e processos sociais que, ao lado da grande mídia, conferem novas formas críticas de comunicação, mantendo as interfaces entre a sociedade civil e o Estado, como o realizado por movimentos sociais e associações voluntárias.

Esse derradeiro entendimento pressupõe a possibilidade de flexibilizar o poder da grande mídia na introdução de questões na agenda pública. É o que faz, por exemplo, uma entidade de defesa do meio ambiente na mobilização de pessoas em torno de um problema que, em princípio, não seria abordado pelos meios de comunicação, mas que ante a sua repercussão, ficam compelidos a incluí-los nos seus noticiários¹⁰. Ainda assim, é inviável

¹⁰ Segundo Habermas (2003a, p. 116), movimentos como esses “[...] têm condições de encenar e de dramatizar as contribuições, fazendo com que os meios de comunicação de massa se interessem pela questão.”

desconsiderar, em uma sociedade complexa formada por cidadãos dispersos, que é a grande mídia, mormente a televisão, que consegue levantar debates e produzir opiniões em extensa área territorial, de forma permanente e célere.

Vale dizer que, de um lado a grande mídia e, de outro lado, a liberdade de expressão complementam-se na esfera pública e na formação de uma opinião capaz de efetivar a participação dos cidadãos nas decisões oficiais. São elementos indispensáveis à compreensão da democracia.

2.2 O discurso da grande mídia

2.2.1 O breve exame realizado

Vencidos os necessários esclarecimentos prévios, podemos enfim passar ao discurso midiático, expondo, por uma reduzida mas significativa amostra, a visão que algumas das principais empresas de comunicação da Venezuela e do Brasil revelaram ter a respeito da liberdade de expressão quando da não renovação da concessão da RCTV.

Nessa exposição, não temos a intenção de examinar exaustivamente as mensagens veiculadas pela mídia, até porque, como esclarece Cremilda Medina (1988, p. 91), a linguagem jornalística não é formada apenas por palavras – como as aqui citadas –, sendo também “[...] composta de elementos verbais, de imagens e de relações de espaço gráfico entre um e outro.” A síntese efetivada consiste, desta maneira, em uma mera estratégia prévia, para que possamos compreender a efetividade de direito no qual a grande mídia exerce papel essencial.

Por essa razão, os escritos observados referem-se apenas à ocorrência relacionada à RCTV, mas que, dada a clareza dos pontos de vista divulgados, exemplificam uma opção ideológica e discursiva na interpretação do direito à liberdade de expressão.

2.2.2 As publicações mencionadas

Para os fins propostos, apresentamos textos divulgados pelas seguintes publicações: os jornais El Nacional e El Universal, sediados na capital venezuelana Caracas; o diário O Globo, editado no Rio de Janeiro; e os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo, sediados em São Paulo.

Algumas circunstâncias levaram-nos a optar por citar tais publicações, em detrimento de outras levadas aos mercados dos países analisados. Destacamos, primeiramente, o fato destes periódicos terem apresentado *oposição tenaz* à providência da não renovação da concessão da RCTV, permitindo que levantemos de pronto o debate sobre o tema. Em segundo lugar, citadas publicações pertencem a grandes empreendimentos midiáticos sediados nos centros políticos, financeiro e culturais dos respectivos países, estando alguns deles incluídos entre os de maior capital da América Latina, o que possibilita que seus pontos de vista alcancem célere repercussão em todo o território nacional, pautando, muitas vezes, o noticiário de publicações regionais de menor porte. Em terceiro lugar, em momentos cruciais da história da Venezuela e do Brasil (conforme descrito nos capítulos seguintes), estes mesmos empreendimentos promoveram, em conjunto, decisivos trabalhos de manipulação favoráveis ou contrários a elites que regiam o aparelho governamental de seus países, fabricando consensos em torno de temas que iam de encontro aos seus interesses de classe. Finalmente, destacamos a tradição destas empresas conquistada nas várias décadas de labor na transmissão de informações, em que pese a histórica instabilidade econômica dos países.

Note-se que decidimos mencionar apenas divulgadoras de noticiários da grande mídia impressa. É que se trata dos meios que normalmente expõem seus pontos de vista de maneira mais clara, dispondo, para isso, de seções dedicadas exclusivamente a este fim. Além do mais, por utilizarem a escrita - por vezes pretensamente rebuscada - em países que até os dias de hoje apresentam graves deficiências educacionais, alcançam diretamente as classes médias letradas, onde estão situados, em grande parte, os operadores do Direito (advogados, magistrados, professores, promotores de

justiça), influenciando-os na interpretação e na aplicação cotidiana do direito fundamental à liberdade de expressão. De toda forma, descrevemos ao longo do trabalho que as publicações escritas citadas, ou são associadas de conglomerados empresariais dirigentes também de emissoras de rádio e televisão; ou, ao menos, já trabalharam em conjunto com outras espécies de mídia em momentos de turbulência política da Venezuela e no Brasil, visando a manutenção ou a derrubada das elites dirigentes do Estado.

Importante, por derradeiro, ressaltar que nos limitamos a citar textos publicados nos espaços destinados aos editoriais das publicações. Assim procedemos, não apenas para não ampliar em demasia nossa amostragem, mas também porque tais seções “[...] representam tanto a posição oficial quanto a linha ideológico-editorial de conduta [...]” (FONSECA, 2005, p. 24) dos periódicos. São os textos, portanto, que, sem embargo dos naturais conflitos existentes no interior das redações, refletem, no final das contas, o ponto de vista decidido pelo proprietário do veículo.

2.2.3 A posição das publicações

Podemos agora, enfim, exemplificar como as publicações acima aludidas opinaram sobre a opção do governo Chávez de não renovar a concessão da RCTV.

Iniciamos a abordagem pelo jornal El Universal, que inseriu o caso da RCTV em um contexto mais amplo de medidas governamentais que levariam o país à ditadura do partido único, ao monopólio ideológico oficial e ao fim da alternância política. É o que se infere do editorial intitulado *Ni Bolívar ni Zamora ¿Es Marx?* (14/01/2007):

El Nuevo Mapa Estratégico, un partido único, la estatización de “actividades estratégicas” (Electricidad, Cantv o RCTV), el desarrollo de una economía popular endógena y negada al sistema capitalista. La propiedad colectiva de los bienes y la reducción de la propiedad privada serán la regla [...]. La educación bolivariana será marxista en sus contenidos y la información de los medios veraz y formadora, porque solo habrá espacio para la información doctrinal socialista [...]. No habrá alternabilidad política, en fin, pero sí derecho al voto electrónico.

O diário El Nacional, por sua vez, destacou que a medida em debate, por ele chamada de *fechamento*¹¹, revelaria a estratégia de o governo venezuelano fragilizar a independência da mídia. Em editorial intitulado *El poder sin limites* (30/5/2007), afirmou que:

Trás la excusa legal, alientan factores diferentes. Más allá del debate retórico, se trata, en efecto, de una decisión eminentemente política con fatales implicaciones futuras. Quienes sean capaces de discrepar o de preservar su independencia, tendrán sus concesiones bajo amenaza, y no podrán lograr nuevas quienes no marquen el paso de la ideología oficial.

De forma não diversa, para o jornal brasileiro O Globo, a não renovação da RCTV configuraria a comprovação do intuito governamental da Venezuela de eliminar o dissenso para colocar em prática a sua *revolução bolivariana*. Em editorial publicado sob o título *Mídia sufocada* (19/1/2007), salientou que:

Se do ponto de vista da liberdade de expressão, do pluralismo e da democracia, essa iniciativa é repugnante, para os chavistas faz sentido. Afinal, a intenção do caudilho, em grande parte já concretizada, é montar um império estatal de comunicação, incluindo veículos no exterior, para bradar aos quatro ventos as maravilhas de sua “revolução bolivariana”. Sem dar espaço a críticas internas, naturalmente.

De acordo com o matutino Folha de S. Paulo, a retirada do ar da RCTV em canal aberto representaria um passo a mais no caminho da autocracia e do domínio dos mecanismos de controle, perseguidos pelo presidente Hugo Chávez. No editorial publicado sob o título *Ditador em obras* (25/5/2007), afirmou que:

Passo a passo, de modo paulatino, mas inequívoco, Chávez faz sua escalada rumo ao autoritarismo – e vai erodindo, um a um, com determinação, os sistemas de freios e contrapesos que oxigenam as sociedades democráticas e impõem limites à megalomania de todo governante.

Finalmente, o jornal O Estado de São Paulo destacou que o caso da RCTV simbolizaria a dificuldade do governo da Venezuela em conviver com o jornalismo não alinhado à sua doutrina. Sustentou o diário, em editorial denominado *Chávez golpeia as liberdades* (27/5/2007), que:

A RCTV paga o preço de ser independente. As outras emissoras privadas de rádio e televisão há anos chegaram a bons termos com o

¹¹ O uso dessa expressão (*cierre* em espanhol), é uma constante nos meios de comunicação venezuelanos e brasileiros, como se fechamento correspondesse à opção estatal de não renovar uma concessão.

coronel Chávez e, por isso, não são incomodadas. Mas a RCTV, dirigida por Marcel Granger, continuou fazendo um jornalismo objetivo, chocando-se, por isso mesmo, com o projeto bolivariano.

2.2.4 O caráter liberal da doutrina

Na exposição acima realizada, mencionamos textos de cinco publicações da Venezuela e do Brasil, que revelaram a posição crítica de empreendimentos midiáticos a respeito da não renovação da concessão da RCTV. Alguns escritos deram ênfase ao tema do *monopólio ideológico*, ao passo que outros destacaram as questões da *independência da mídia*, da *repressão ao dissenso*, da *eliminação do sistema de controles* e da *implantação da autocracia*, sempre por iniciativa da realidade estatal dirigida por Chávez. Tudo, inexoravelmente, a prejudicar o direito dos cidadãos venezuelanos de receber opiniões e informações plurais e independentes do discurso oficial, requisito indispensável à efetividade da liberdade de expressão.

Dessa forma, é possível perceber certa uniformidade nos pontos de vista expostos, no sentido de que teria havido ato repressor à liberdade de expressão decorrente da ação estatal sobre a mídia. Nada foi dito acerca do apoio da RCTV à tentativa de golpe de Estado ocorrida em 2002 ou da necessidade de democratizar os meios de comunicação da Venezuela¹². A única circunstância colocada como relevante para a análise do caso consistiu na própria opção de agir do Estado sobre uma empresa de comunicação, o que, por si só, obstaria a liberdade de expressão.

Essa estabelecida incompatibilidade entre o poder estatal e a atuação da mídia permite-nos concluir que o posicionamento ora examinado não configura mera defesa de interesses pessoais, publicada por organizações temerosas de algum dia ter de suportar medida semelhante. Trata-se, na verdade, de exposição que alcança o mais amplo âmbito da Teoria Política, amoldando-se à *doutrina liberal*.

¹² Tais circunstâncias aparecem como algumas das justificativas à não renovação da concessão da emissora, conforme analisado no capítulo dedicado à Venezuela.

É certo que o liberalismo encontra-se edificado em notável diversidade de teóricos e de temas, o que dificulta em muito a sua redução a um sistema doutrinário. É certo também que, como sucede em qualquer outra doutrina, os discursos que o modelam variam no tempo, em conformidade às circunstâncias de cada época¹³. Todavia, considerando o que há de uniforme e constante na defesa do ideário, é possível dizer, conforme assevera Bobbio (2005, p.17), que o pensamento liberal constitui a doutrina do Estado *limitado* no exercício de seus *poderes* e na atuação de suas *funções*.

Com efeito, os limites em relação aos poderes são aqueles que dão contorno ao que se conhece como *Estado de Direito*, constituído por “[...] todos os mecanismos constitucionais que impedem ou obstaculizam o exercício arbitrário e ilegítimo do poder e impedem ou desencorajam a abuso ou o exercício ilegal do poder.” Por sua vez, os limites relacionados às funções são os que dão forma ao denominado *Estado Mínimo*, caracterizado pela atribuição de “[...] tarefas limitadas à manutenção da ordem pública interna e internacional” (BOBBIO, 2005, p. 19-20).

A base teórica da *restrição dos poderes* encontra-se na obra de autores como Montesquieu (1689 – 1755), para quem um regime de liberdade só seria alcançável pela divisão das atividades estatais em executiva, legislativa e jurisdicional, em órgãos independentes e harmônicos entre si, submetidos ao controle recíproco e ao ordenamento jurídico: “tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, o dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes [...]” (MONTESQUIEU, 1973, p. 157). A *limitação no exercício das funções* vem baseada na obra de autores como John Locke (1632 – 1704), para quem a existência da realidade estatal dever-se-ia apenas à necessidade de preservar os *direitos naturais* – isto é, preexistentes em um hipotético de *estado de natureza* - da vida, da liberdade, da igualdade e da propriedade, que seriam ameaçados se os indivíduos, na inexistência de uma autoridade para protegê-los, fossem “[...] juiz em seu próprio caso [...]” (LOCKE, 1991, p. 250).

¹³ Por isso, afirma o historiador argentino Elias José Palti (2005, p. 41) que: “una de las limitaciones inherentes a la historia de ideas radica, justamente, en que tiende a crear una imagen de estabilidad transitoria en la historia intelectual [...]. De allí que, si se les analiza exclusivamente desde el punto de vista de sus contenidos ideológicos, los discursos aparezcan como sumamente estables en el tiempo.”

O liberalismo consiste, pois, na doutrina da abstenção estatal. Para seus teóricos, deveria o Estado limitar-se a garantir a vida, a circulação de idéias e a negociação de bens, sob o manto protetor da igualdade formal perante a lei e do controle recíproco dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. É, por isso, o pensamento da autonomia do indivíduo perante o Estado:

A doutrina liberal econômico - política tem como característica uma concepção negativa do Estado, reduzido a puro instrumento de realização dos fins individuais, e por contraste uma concepção positiva de não-Estado, entendido como a esfera das relações nas quais o indivíduo em relação com os outros indivíduos forma, explicita e aperfeiçoa a própria personalidade (BOBBIO, 2009, p. 130).

A objetivada realização de fins individuais pressupõe uma sociedade formada por pessoas *moralmente responsáveis*¹⁴ e, nesta condição, não suscetíveis de tratamento como seres subordinados ao aparelho estatal. Para o liberalismo, os cidadãos não seriam filhos menores, assim como o Estado não consistiria em um pai protetor.

Nesses termos, à realidade estatal não assistiria a prerrogativa de atuar sobre a atividade dos meios de comunicação na veiculação de informações. Assim agindo, o Estado estaria a negar a capacidade dos indivíduos em saber discernir entre o bem e o mal (como dito por John Milton em seu célebre discurso ao Parlamento britânico em 1644¹⁵) e em ter contato com opiniões divergentes da maioria (caso em que jamais se poderia saber se estão certas ou erradas, como defendido por Stuart Mill¹⁶). Estaria, em suma,

¹⁴ Segundo Ronald Dworkin (2006, p. 319-320), “[...] as pessoas moralmente responsáveis fazem questão de tomar suas próprias decisões acerca do que é bom ou mal na vida e na política e do que é verdadeiro ou falso na justiça ou na fé. [...] Para muita gente, a responsabilidade moral tem um outro aspecto, um aspecto mais ativo: seria a responsabilidade não só de construir convicções próprias, mas também de expressá-las para os outros, sendo essa expressão movida pelo respeito para com as outras pessoas e pelo desejo ardente de que a verdade seja conhecida, a justiça seja feita e o bem triunfe.”

¹⁵ Por essa razão, questionava: “que vantagem tem o homem feito sobre o jovem estudante, se ele apenas escapou da palmatória para apanhar com a vara do *imprimatur*?” (MILTON, 1999, p. 121).

¹⁶ “Mas o estranho mal de silenciar a expressão de uma opinião é que isso defrauda a raça humana; não só a geração actual, como a posteridade; os que divergem da opinião, ainda mais que os que a detém. Se a opinião estiver correcta, eles ficam privados da oportunidade de trocar o erro pela verdade; se ela estiver errada, eles perdem, o que constituiria um benefício quase tão grande, a percepção mais nítida e a idéia mais vívida da verdade, produzida pela sua colisão com o erro” (MILL, 1997, p. 23).

a negar a responsabilidade moral dos cidadãos, nos termos do afirmado por Ronald Dworkin (2006, p. 319):

O Estado ofende seus cidadãos e nega a responsabilidade moral deles quando decreta que eles não têm qualidade moral suficiente para ouvir opiniões que possam persuadi-los de convicções perigosas ou desagradáveis. Só conservamos nossa dignidade individual quando insistimos em que ninguém – nem o governante nem a maioria dos cidadãos – tem o direito de nos impedir de ouvir uma opinião por medo de que não estejamos aptos a ouvi-la e ponderá-la.

Tais considerações não querem dizer que a doutrina liberal não prognostique a responsabilização dos indivíduos sobre seus atos. Como salienta Francisco Fonseca (2010, p. 18), para este pensamento, a natureza humana não tornaria confiável nem aqueles que exercem o poder político e nem aqueles que procuram valer seus interesses perante o meio social. Todavia, o efeito das condutas praticadas por cada membro da sociedade deveria ser prevista em reduzido número de normas positivas, a fim destas não obstarem a autonomia do ser humano. Tudo isso, como se existisse uma *mão invisível* autorreguladora do “[...] livre jogo das forças econômicas e sociais” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 97). Daí a máxima liberal, citada por Bobbio (2000, p. 281): “o Estado deve governar o menos possível, porque a verdadeira liberdade consiste em não ser assoberbado por leis em demasia.”

O discurso publicado pela citada parcela da grande mídia da Venezuela e do Brasil na análise do caso da RCTV tem como pano de fundo essa concepção doutrinária. Assim, de um lado caberia aos detentores da propriedade de tais empresas a liberdade de exporem os fatos de seus interesses para a esfera pública formada por indivíduos legalmente iguais, adultos, responsáveis e capazes de receberem qualquer conteúdo noticioso; de outro lado, restaria ao aparelho estatal abster-se da prática de condutas objetivando a mídia, com base nos limites impostos pela ordem jurídica. A política pública a se realizar consistiria no *non facere*, o que, independente das justificativas oficiais apresentadas, não teria ocorrido quando o governo venezuelano impediu a emissora de continuar a transmitir sua programação que há décadas era propagada aos lares do país.

2.3 A prática histórica da grande mídia

Conhecida a representação da liberdade de expressão no caso da RCTV publicada por representativa parcela da grande mídia venezuelana e brasileira, cabe observar como o liberalismo discursado é aplicado no dia a dia por tais empresas.

Importante advertir que o estudo da atuação prática da mídia perante a esfera pública não é tarefa que possa ser realizada de modo isolado e descontextualizado. A compreensão do tema exige que a análise transponha as fronteiras da Venezuela e do Brasil (sem, evidentemente, perder este foco) e retorne ao tempo para que saibamos qual espécie de meio de comunicação foi tutelado por ocasião da consagração da liberdade de expressão no nascedouro do capitalismo e como a mídia desenvolveu-se até os tempos atuais. Cumpridas, então, todas estas etapas, podemos verificar, no capítulo seguinte, se a liberdade de expressão pode ser atualmente aplicada de maneira idêntica à época em que foi positivada.

2.3.1 A mídia da consagração da liberdade de expressão

A tarefa de saber qual espécie de mídia foi originariamente destinatária da proteção da liberdade de expressão implica que assinalemos marcos históricos para a consagração do direito em questão. Neste sentido e pelo fato de destoarem da realidade de sua época – em que predominava o absolutismo monárquico fundado na infalibilidade de um rei de origem divina e que, portanto, não poderia sofrer críticas – apontamos três eventos que tornaram possível à esfera pública o recebimento de notícias e de pontos de vista independentes: a Declaração de Direitos da Inglaterra, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França e a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América.

A Declaração de Direitos da Inglaterra de 1689, oriunda da Revolução Gloriosa ocorrida um ano antes, determinou a vigência da

liberdade de palavra e de *debates* no Parlamento¹⁷, valor que foi estendido a todos os impressos em 1694 a partir da abolição da censura prévia; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, elaborada logo após a eclosão da Revolução Francesa, erigiu, por sua vez, a *liberdade de expressão, de pensamento e de opiniões* à posição de um dos direitos mais preciosos do homem¹⁸; finalmente, a Primeira Emenda à Constituição norte-americana de 1791, suprimindo a omissão da redação original da carta constitucional, proibiu o Congresso do país de restringir a *liberdade de expressão* ou de *imprensa*¹⁹ (COMPARATO, 2006a, p. 89-162).

Todos esses documentos foram elaborados em contextos de intensa agitação política e de embates entre os defensores da velha ordem e os partidários das revoluções – pacíficas ou não - que se faziam presentes sob uma esfera pública que se impunha como politicamente ativa. A mídia dos períodos históricos acima mencionados, representada pelos impressos (daí a expressão *liberdade de imprensa*), passou a exercer a função de prolongar os debates, intervindo como sua mediadora ou fomentadora; e os autores de seus escritos, por sua vez, inseriram-se entre os principais representantes da moderna camada dos intelectuais (BOBBIO, 1997, p. 121) – os *intelectuais orgânicos* do pensamento gramsciano -, conferindo, aos grupos sociais em conflito, homogeneidade e consciência da própria função²⁰.

Nesse quadro, como lembrado por Habermas (2003b, p. 216), o lucro não consistia no principal objetivo dos editores e os jornais de grupos

¹⁷ É o que consta no item 9 da *Bill of Rights* (REINO UNIDO, 1689): “Que os discursos pronunciados nos debates do Parlamento não devem ser examinados senão por ele mesmo, e não em outro Tribunal ou sitio algum”.

¹⁸ Trata-se de previsão constante no artigo 11 (FRANÇA, 1789), assim redigida: “A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei.” O que se nota é que, com este documento, não se eximiu a responsabilidade *a posteriori* por eventuais abusos praticados. O que se vedou foi a *censura prévia*, conforme comentado mais adiante (v. item 3.3.5).

¹⁹ “O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1791).

²⁰ “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]” (GRAMSCI, 1982, p. 3).

políticos, por menor que fossem, passaram a brotar “[...] por toda parte como capim”. Foi o período do predomínio da chamada *imprensa de opinião*, por vezes representada por simples panfletos de periodicidade irregular, divulgadora das ideias então debatidas, sem qualquer pretensão de se transformar em transmissora imparcial de eventos.

Na Inglaterra, por exemplo, entre os anos de 1640 a 1663, foram coletados por um livreiro cerca de 15 mil panfletos e mais de 7 mil jornais, os quais expressavam opiniões monarquistas e parlamentaristas em um ambiente de conflitos entre o poder do rei e do Legislativo (BRIGGS; BURKE, 2009, p. 73); na França pré-revolucionária, segundo Habermas (2003b, p. 216), no lapso de fevereiro a maio de 1789, surgiram mais de 200 jornais somente em Paris; já nos Estados Unidos da América do século XIX, conforme relato de Alexis de Tocqueville (1998, p. 212), o número de escritos periódicos ou semiperiódicos encontrava-se, nas suas palavras, “além do imaginável”.

A situação não foi diversa em períodos de embates políticos nos países examinados neste trabalho. Na Venezuela, a origem da imprensa está atrelada às guerras de emancipação (FREITES, 1981, p. 625-626), bastando lembrar o caso do jornal *Correo del Orinoco*, utilizado por Simón Bolívar para a difusão de ideias libertárias da América contra a dominação espanhola; no Brasil, o nascimento de uma imprensa plural, de estilo panfletário, especialmente em pólos regionais como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, também se deu no contexto coincidente à defesa e à consecução da autonomia política do país frente a Portugal²¹.

Fica evidente que no período de consagração da liberdade de expressão não existia o que chamamos, no início deste capítulo, de *grande mídia*. O que havia eram grupos políticos que manifestavam suas ideias – liberais ou conservadoras, abolicionistas ou escravistas, republicanas ou monarquistas – por intermédio da imprensa, sem o profissionalismo ora predominante nos meios de comunicação.

²¹ “É preciso ter em mente a característica peculiar da imprensa da época: jornal de um homem só, artesanal, mais doutrinário do que factual, impresso e vendido em tipografia, de linguagem veemente (por vezes agressiva e ofensiva), circulando com duas folhas e de periodicidade irregular” (MOREL; BARROS, 2003, p. 49).

Mencionado direito, portanto, invocado à exaustão pela mídia venezuelana e brasileira nos comentários acerca da não renovação da RCTV, não foi historicamente consagrado na defesa de empreendimentos dotados de grande capital, mas de pequenos mediadores de uma esfera pública politicamente ativa. Certamente foi pensando neste trabalho que Marx (1980, p. 95) expôs que, sem imprensa livre, a liberdade como um todo seria ilusória, porque “cada faceta de liberdade condiciona todas as outras, como sucede também com cada órgão do corpo.”

2.3.2 As transformações da mídia

O período histórico acima descrito refere-se a épocas em que, em cada país citado, o capitalismo estava no seu nascedouro. A Inglaterra do século XVII ainda não conhecia a mecanização dos sistemas de produção que daria início à Revolução Industrial; a França pré-revolucionária vivia sob um sistema econômico predominantemente agrícola; os Estados Unidos da América ainda não eram a potência econômica dos tempos atuais; e Venezuela e Brasil - embora já estivessem integrados ao comércio globalizado desde a política mercantilista imposta pelas antigas metrópoles ibéricas - eram meros fornecedores de produtos agrícolas em um mundo que sequer sabia fazer o uso possível do petróleo.

Em todos esses países, ainda que em épocas distintas, a lógica do mercado se impôs e se desenvolveu. A evolução tecnológica permitiu aos detentores da possibilidade de fazer uso das inovações, aumentarem a produtividade, vendendo seus produtos a preços mais acessíveis e em condições favoráveis em relação aos concorrentes possuidores de menor capital. Consequentemente, o pequeno comércio representado pelo artesão submetido à concorrência de seus pares, aos poucos, cedeu lugar à impessoalidade empresarial.

A mídia não permaneceu ileso a esse processo. A abolição de impostos e as inovações tecnológicas possibilitaram aos jornais a impressão de maior número de exemplares a custos reduzidos. O impresso militante,

elaborado artesanalmente, passou aos poucos a ser substituído pelo jornal racionalmente organizado e que, tal como qualquer outra empresa, visa primordialmente o lucro:

Se, no começo, dentro de uma imprensa diária motivada em primeiro lugar politicamente, a reorganização de certas empresas sobre uma base exclusivamente comercial podia representar tão somente uma simples possibilidade de investimento capaz de gerar lucros, em breve isto se tornou uma necessidade para todos os editores. A ampliação e o aperfeiçoamento da base de capital, uma elevação do risco econômico e, necessariamente, a subordinação da política empresarial a pontos de vista da economia de mercado. Já em 1814 o *Times* é impresso nas novas máquinas, mais velozes e que, após quatro séculos e meio, substituíam a impressora de madeira de Gutemberg (HABERMAS, 2003b, p. 217).

Conforme anotam Asa Briggs e Peter Burke (2009, p. 106), as novas máquinas acima mencionadas permitiram ao Times imprimir, por hora, 1100 exemplares, fato até então inédito. A utilização de maquinários mais modernos não se limitou a este jornal inglês, generalizando-se e alcançando a América Latina já no final do século XIX e início do século XX: na Venezuela, por exemplo, têm-se o jornal El Pregonero que introduziu o primeiro linotipo em 1893, bem como o diário El Universal criado em 1908 com todas as características de uma imprensa moderna e aliada da tecnologia (ZANETTI, 1994, p. 511); no Brasil, por fim, tem-se o Jornal do Brasil que, em 1912, passou a usar máquinas de escrever na redação e, no ano seguinte, veio a exibir anúncios coloridos na última página (SODRÉ, 1999, p. 346).

O desenvolvimento do capitalismo industrial do século XIX não apenas possibilitou a introdução de maquinários tecnologicamente avançados. O impulso nos transportes via construção de ferrovias e aperfeiçoamento da navegação, o avanço nas comunicações através do telefone e as novidades no campo energético pelo uso da eletricidade permitiram também aos jornais, a distribuição de impressos a regiões mais longínquas com conteúdo noticioso de maior abrangência. Tudo isso sob um ambiente cada vez mais profissionalizado, organizado pela divisão de trabalho entre repórteres, redatores, articulistas, fotógrafos e críticos.

A estrutura montada necessitava - pelos elevados custos de produção - de capital, que, por sua vez, era obtido por intermédio da cessão nos jornais de espaços destinados à publicidade. A imprensa – agora, a *grande*

mídia - tornou-se definitivamente mais um empreendimento do sistema econômico apartado da sociedade civil, que, inserido na indústria cultural dos tempos modernos, passou a negociar duas espécies de mercadorias: os anúncios e o noticiário por ela veiculados. Afirmo, nesse sentido, Cremilda Medina (1998, p. 16):

E logo se percebe também que os próprios avanços tecnológicos fazem parte das necessidades da industrialização, ou que reforça a informação como outro produto, mais um, desse sistema. Nesse momento, é preciso examinar o problema no seu enquadramento geral: informação jornalística como produto de comunicação de massa, comunicação de massa como indústria cultural e indústria cultural como fenômeno da sociedade urbana e industrializada.

2.3.3 Mídia e objetividade

Esse mesmo quadro levou os meios de comunicação à outra transformação. Os jornais militantes de localidades específicas cederam lugar aos meios de caráter supramunicipal e pretensamente objetivos, como se fossem transmissores imparciais de notícias.

A própria denominação que os jornais adotaram fala por si mesma. Neste aspecto, conforme recordam as historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007, p. 261), o *Jornal do Brasil* - lançado em 1891 na então capital brasileira, o Rio de Janeiro - é exemplar, anunciando pelo nome "[...] uma pretensão editorial de, ao constituir-se como porta voz da sociedade civil e articulador de questões nacionais, atingir uma repercussão em todo o país." Não se cuida, porém, de o único exemplo: a denominação de outros impressos brasileiros como *O Globo* e de jornais venezuelanos como *El Universal* e *El Nacional* marcam perfeitamente a nova posição da mídia.

Tal tendência veio a se solidificar com o passar dos anos, ganhando, no pós-Segunda Guerra Mundial, vigoroso fundamento teórico na ideia norte-americana de *responsabilidade social*, baseada, segundo Venício de Lima (2010b, p. 53), na "[...] crença individualista de que qualquer um que goze de liberdade tem certas obrigações para com a sociedade [...]". Estas obrigações seriam cumpridas pelas empresas de comunicação por intermédio

da transmissão objetiva de informações visando o aperfeiçoamento da cidadania.

Importante notar que, sob tal pensamento, a grande mídia não abandonou o ideário liberal. Pelo contrário, apenas o corroborou, na medida em que a propagada responsabilidade social constitui doutrina autorreguladora, a se realizar, em tese, pelo trabalho dos próprios meios de comunicação, independente da atuação do Estado. Daí a constatação de que se trata de ideia fundada na autonomia do homem dotado de responsabilidade moral e que, sob tal ponto de vista, não necessitaria da tutela oficial para assumir compromissos perante a sociedade:

Centrada no pluralismo de ideias e no profissionalismo dos jornalistas, acreditava-se que ela seria capaz de legitimar o sistema de mercado e sustentar o argumento de que a liberdade de imprensa das empresas de mídia é uma extensão natural da liberdade de expressão individual (LIMA, 2010b, p. 52).

É evidente que uma mensagem como a da *objetividade* desconsidera o uso da notícia na forma de instrumento de *afirmação ideológica* (MARCONDES FILHO, 1986, p. 88). Todavia, trata-se de discurso que teve sua eficácia evidenciada com o passar dos anos, a ponto de a mídia privada ter se transformado em verdadeira instituição, socialmente julgada – segundo relato crítico do liberal Walter Lippmann (2008, p. 276) – como se fosse uma escola ou uma igreja, a despeito de visar o lucro e noticiar fatos vistos através de lentes subjetivas²².

2.3.4 O problema da concentração

A profissionalização e a institucionalização acima referidas não foram as únicas transformações experimentadas pela mídia. Concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo, essas mesmas corporações privadas experimentaram o fenômeno da *concentração*.

²² “Sua versão da verdade é somente sua versão. [...] E quanto mais ele entender suas fragilidades, mais disponível ele estará para admitir que, quando não existe um teste objetivo, sua própria opinião é em alguma medida vital construída de seus próprios estereótipos, de acordo com seu próprio código e pela urgência de seu próprio interesse. Ele sabe que está vendo o mundo através de lentes subjetivas” (LIPPMANN, 2008, p. 305).

O modo de produção capitalista é intrinsecamente expansionista. As empresas inseridas no sistema tendem a procurar novos mercados e a eliminar a concorrência. Na expansão, os detentores de maior capital e que, nesta condição, têm a seu favor os avanços tecnológicos, passam a comercializar as mercadorias que produzem a preços reduzidos, em prejuízo dos pequenos produtores locais que não têm acesso às novidades da tecnologia e nem à redução de custos por ela proporcionada. Como consequência, estes empreendimentos de menor porte são aniquilados, ficando o mercado consumidor à mercê de poderosas organizações econômicas concentradas em trustes e cartéis.

No caso da mídia, a situação não foi diversa. A formação de grandes empresas de comunicação levou-as a procurar novos mercados. Nesta busca, amparadas pelo lucro dos anúncios e pelos maquinários que possibilitavam a impressão a custo reduzido, passaram à venda de elevado número de notícias a um preço mais competitivo do que o oferecido pelos meios menores. Da mesma forma, portanto, que os pequenos comerciantes foram absorvidos pelas organizações econômicas, os meios de comunicação locais foram consumidos pela grande mídia.

Assim, no final do século XIX, começaram a se formar os primeiros trustes na imprensa, como no caso do Hearst nos Estados Unidos da América, do Northcliffe na Inglaterra e do Ullstein e Mosse na Alemanha (HABERMAS, 2003b, p. 219). Tal fato veio a ser objeto de preocupação de Max Weber (2002, p. 189-190), que no início do século passado já questionava:

Além do mais, nos encontramos, talvez, como consequência do aumento do capital fixo na empresa jornalística e, como costuma ocorrer frequentemente quando existe uma crescente demanda de capital, diante da criação de *trusts* no setor da imprensa? Quais são suas possibilidades? Senhores, isso foi energeticamente negado por especialistas da imprensa de primeira linha, tanto por teóricos quanto por especialistas do âmbito prático. De fato, o principal representante dessa postura, Lord Northcliffe, poderia talvez sabê-lo melhor, já que é um dos maiores magnatas dos *trusts* de todos os tempos no terreno da imprensa. Porém, quais seriam as consequências para o caráter dos jornais se ocorresse algo assim? [...] Devemos nos perguntar: o que significa o desenvolvimento capitalista no *interior* da própria imprensa para a posição sociológica da imprensa em geral, para o papel que desempenha na formação da opinião pública?

O que Weber certamente não sabia é que os trustes que o inquietavam iriam ampliar-se consideravelmente em período relativamente reduzido de tempo. O avanço da tecnologia foi crucial neste processo.

Não se cuida apenas das novas máquinas de impressão que foram disponibilizadas aos jornais e que possibilitaram o aumento da tiragem e a melhoria da qualidade gráfica. Trata-se principalmente de outras espécies de mídia criadas no século XX, como o rádio e, principalmente, a televisão, geradoras de relevantes efeitos tanto nas nações em que o capitalismo industrial mostrava-se mais avançado, quanto nos países que apresentavam elevados índices de analfabetismo, o que impossibilitava o acesso de considerável parcela da população ao conteúdo veiculado pelos jornais e revistas.

Se a concentração era uma tendência em período de mero incremento de impressoras capazes de ampliar tiragens e reduzir custos, o que dizer do advento de meios de comunicação naturalmente mais onerosos. Os impérios midiáticos ampliaram-se, alcançando novas localidades aparentemente beneficiadas por tecnologias cujo uso não exigia a leitura por populações na época predominantemente iletradas. Entende-se, daí, o surgimento no século XX de trustes como do Chateaubriand no Brasil e do Cisneros na Venezuela²³.

Todo esse processo deu margem a novas formas de concentração, que deixou de se limitar ao domínio de vários jornais por um mesmo grupo ou ao aniquilamento de pequenos empreendimentos locais. O controle de veículos onerosos como rádio e televisão gerou a formação da denominada *propriedade cruzada*, na qual corporações vieram a dominar concomitantemente diferentes tipos de mídia. Desta forma, os proprietários de jornais passaram a poder ter o domínio, não apenas de outros impressos, mas também de emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, ampliando seu poderio econômico sobre os concorrentes e sobre os consumidores.

²³ Examinados nos capítulos posteriores deste trabalho.

A procura pela expansão de mercados não limitou as inovações do século XX ao rádio e à televisão. No decorrer dos anos, outros meios foram agregando-se aos já existentes, como as redes de televisão por assinatura, a rede mundial de computadores (*internet*) e os telefones celulares, encurtando ainda mais as distâncias que já haviam sido reduzidas pelas mídias anteriores.

A novidade do final do século XX é que, com o mundo globalizado, os trustes se internacionalizaram e ultrapassaram fronteiras até então intransponíveis. Segundo estudo realizado por Robert W. Mcchesney (2009, *passim*), esta realidade possibilitou escalonar a grande mídia mundial em dois grupos, em conformidade ao grau de concentração global.

Nesses termos, no ápice da pirâmide, encontra-se um pequeno conjunto de empresas que, embora concentrem suas operações fundamentais nos Estados Unidos da América, atuam como transnacionais, de modo a liderarem um mercado global de mídia privada. Este seleto grupo atualmente é representado por tão somente sete empresas, quais sejam Disney, AOL-Time, Warner, Sony, News Corporation, Viacom, Vivendi e Bertelsmann. Ao lado dessas corporações, tem-se o segundo escalão do mercado, formado por 60 ou 70 empresas nacionais ou regionais ou que controlam determinados nichos de mercado. Em sua maioria, tais organizações encontram-se sediadas nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental - como a Tribune Company, Dow Jones, Gannett, Kirch Group, Mediaset e Prisa -, havendo, porém, algumas empresas oriundas da América Latina - como a Televisa do México, a Globo do Brasil, o Cisneros da Venezuela e o Clarín da Argentina, as quais:

[...] trabalham em conjunto com os gigantes norte-americanos que dividem entre si o bolo da mídia comercial. [...]. E, como as empresas de segundo escalão do resto do mundo, também estão estabelecendo operações globais, especialmente em nações que falem o mesmo idioma (MCCHESNEY, 2009, p. 228).

Importante notar que a formação de todos esses impérios escalonados, apesar de eliminar concorrentes de menor porte, não enseja a competição entre os poderosos – e poucos - sobreviventes. Há, pelo contrário, certa relação de cumplicidade entre eles:

As empresas de mídia hoje em dia são o que Joseph Schumpeter chamava de competidores “co-respectivos”, típicos de situações com alto nível de monopolização, em vez de competidores clássicos em uma briga anônima de cachorros bravos imaginada em boa parte da teoria econômica. Os principais CEOs tratam-se todos pelo primeiro nome e conversam com frequência. Mesmo os que não têm relações amigáveis, como Murdoch e Ted Turner, da AOL-Time Warner, compreendem que têm de trabalhar juntos pelo “bem maior”. [...] Como o líder do imenso grupo Cisneros da Venezuela, que está engajado num combate com a News Corporation pela TV satélite latino-americana, explica a respeito Murdoch: “Somos amigos. Estamos sempre conversando” (MCCHESNEY, 2009, p. 230).

2.3.5 O trabalho da opinião pública

A concentração estabelecida na mídia no amplo processo acima descrito não consiste em problema relativo à mera eficiência econômica e que prejudica a livre fixação de preços. Trata-se de questão que também alcança o regime democrático, diante da aproximação da grande mídia aos interesses das corporações e dos grupos políticos, chegando por várias ocasiões a conduzi-los, confundindo benefícios particulares com o interesse público.

O relacionamento estreito entre os sistemas econômico e estatal não é novidade. A própria instituição do Estado de Direito decorreu da necessidade de fornecer um ambiente estável e seguro para que a burguesia pudesse realizar o processo de produção de bens e serviços ao mercado consumidor. Da mesma maneira, no atual mundo globalizado, as políticas de abertura e desregulamentação comercial (sob o chamado *neoliberalismo*) derivam da exigência empresarial de conquista de novos mercados, havendo até quem diga que os governos nacionais transformaram-se em singelos mecanismos de atuação dos interesses das empresas transnacionais ou das diretrizes das organizações multilaterais²⁴.

A peculiaridade do problema da associação dos sistemas político e mercadológico à grande mídia está no papel a ela atribuído em

²⁴ “Há algo de uma guerra civil difusa por todos os cantos e recantos do mundo. O que a Guerra Fria parecia controlar, ou encobrir, logo se revela à luz do dia sob o neoliberalismo. A nova ordem econômica mundial apenas contempla os interesses das corporações transnacionais, ou as diretrizes das organizações multilaterais, que administram a economia mundial e os interesses da maioria dos governos nacionais atrelados às condições e às exigências do neoliberalismo” (IANNI, 2007, p. 223).

efetivar a liberdade de expressão, levando à esfera pública os informes e os pontos de vista suscetíveis de influenciar os cidadãos nos debates e nas tomadas de decisões. Nestes termos, deveria haver plena independência dos meios de comunicação perante os sistemas, o que possibilitaria aos empreendimentos midiáticos exercer suas atividades em conformidade à responsabilidade social que, como vimos, eles mesmos se atribuíram.

A almejada autonomia, todavia, não se concretizou. Consolidado o capitalismo, a grande mídia empresarial, como produto dos sistemas montados, transformou-se definitivamente em um aparelho privado de hegemonia visando a formação do consenso (FONSECA, 2005, p. 27), favorável à lógica do mercado; e os autores de suas mensagens, “[...] ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]” (GRAMSCI, 1982, p. 11)²⁵. Daí a instrumentalização da grande mídia em favor do capital:

A grande *trouvaille* do empresário capitalista foi, sem dúvida, perceber, muito cedo, que a sua principal arma para a conquista dos mercados e do próprio poder político era a apropriação e o desenvolvimento incessante da tecnologia, reconhecida como principal fator de produção de bens e de modelagem de opinião pública, pela dominação dos meios de comunicação de massa. De que serviam, com efeito, os grandes latifúndios, ou a acumulação mercantilista de metais preciosos, sem os meios técnicos para fazê-los frutificar? Da mesma sorte, com o surgimento da sociedade de massas, na qual as relações sociais são crescentemente impessoais, percebeu-se que a tecnologia da comunicação coletiva, sobretudo a partir do desenvolvimento da eletrônica, abria espaço a uma verdadeira indústria da manipulação da opinião pública, pelo controle dos meios de comunicação de massa. Com isso, as relações de exercício do poder político passaram a ser estruturadas segundo os critérios empresariais de eficácia e de custo - benefício, muito semelhantes àqueles empregados na produção de bens (a chamada “política de resultados”) (COMPARATO, 2006b, p. 343-344).

Aos meios de comunicação foi, assim, incumbida a tarefa de, segundo Habermas (2003b, p. 226), *trabalhar* a opinião pública em busca de *consenso fabricado*. Para isso, a propaganda por eles veiculada passou a dar “[...] a seu objeto a autoridade de um objeto de interesse público, a respeito

²⁵ Nas palavras de Gramsci (1982, p. 11), isso significa o exercício: “1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativamente nem passivamente, mas que é construído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.”

do qual, como se pretende que isso pareça, o público das pessoas privadas cultas forme livremente sua opinião" (HABERMAS, 2003b, p. 228).

Há diversos exemplos de como entidades privadas e políticas fizeram uso da mídia em favor de seu domínio no decorrer dos anos, especialmente na América Latina e nos países analisados neste trabalho. Chamam a atenção, porém, os Estados Unidos da América, em razão de sua estabilidade política e - ao contrário de seus vizinhos do sul - não terem sofrido golpes militares e nem se submetido a regimes ditatoriais ao longo dos anos. Este fato, porém, não os livrou da instrumentalização dos meios de comunicação visando a opinião pública.

Por essa razão é que consideramos como marco fundamental dessa nova etapa da história da mídia, a propaganda em favor da Primeira Guerra Mundial ocorrida sob o governo democraticamente eleito de Woodrow Wilson. Lembra, a respeito, Noam Chomsky (2003, p. 11) que, na época, a população norte-americana não via nenhum motivo para ter seu país envolvido em um conflito bélico eminentemente europeu, o que se tornou uma preocupação governamental. Criou-se, então, o comitê de propaganda denominado *Comissão Creel*, que, nas palavras do autor, "[...] conseguiu, em seis meses, transformar uma população pacífica em histéricos beligerantes, determinados a destruir tudo o que fosse germânico, esquarterjar alemães, ir à guerra e salvar o mundo."

O êxito obtido na propaganda governamental em pró da adesão à Primeira Guerra Mundial deixou claro o poder da grande mídia. Não se tratou, porém, de único caso na história norte-americana do século XX. A partir da leitura de Chomsky (2003, p. 22-42), podemos citar outras situações semelhantemente sucedidas, como: a) atribuição de movimentos grevistas ocorridos na década de 1930 como desagregadores e prejudiciais à comunidade, como se todos - empregados e empregadores - comungassem dos mesmos interesses; b) apoio à derrubada de governo democraticamente eleito da Guatemala em 1954 como forma de atender aos anseios econômicos da corporação norte-americana United Fruit Company; c) omissão na divulgação de violação a direitos humanos praticada em 1986 pelo governo de El Salvador, por ser aliado dos estadunidenses; d) associação de governantes

que, nas duas últimas décadas do século XX, administraram países como Granada, Panamá e Iraque em desconformidade aos interesses dos Estados Unidos da América, a atos de narcotráfico ou de terrorismo internacional.

Como se vê, todos esses casos referem-se ao trabalho da opinião pública em favor de políticas governamentais, muitas das quais voltadas para os interesses do mercado e que, dentro da normalidade, jamais seriam admitidas pelos eleitores. Cuida-se de casos que não deixam dúvida de que a mídia empresarial pode agir de forma tão repressora quanto o Estado, praticando até mesmo *censura privada*, segundo Ciro Marcondes Filho (1986, p. 99), “[...] diluída nas relações de poder internas, na linha editorial, nos ‘indivíduos incriticáveis’, nas formas de adaptação de textos etc.”

A evolução ora descrita, contudo, não significa que a grande mídia tornou-se, por si só, nociva à liberdade de expressão e à democracia. Na complexa sociedade contemporânea, as informações levadas por tais meios não são necessariamente divulgadas a um “[...] consumidor passivo, dirigido pelos programas oferecidos” (HABERMAS, 2003a, p. 111). São informações difundidas a usuários aptos a reinterpretá-las e que podem, através delas (como já dissemos, somente a grande mídia é capaz de levar informes prontamente a grandes extensões territoriais), criar outras formas, autônomas e não hierarquizadas, de comunicação perante a esfera pública:

Certamente, a possibilidade de controle social aumenta com o modelo de comunicação de massa de cima para baixo e do centro para a periferia. No entanto, as formas generalizantes de comunicação desprovincializam, expandem e constituem novos públicos. Além do mais, o desenvolvimento técnico dos meios eletrônicos de comunicação não conduz, necessariamente, à centralização, tal como parece evidente atualmente. Ele pode também levar à criação de formas mais horizontais, autônomas e criativas de pluralismo comunicativo (ARATO; COHEN, 1994, p. 168-169).

Somados a essas circunstâncias, têm-se ainda casos como o do Watergate de 1972 – no qual jornalistas do diário norte-americano Washington Post revelaram ligações entre um assalto à sede do Comitê Nacional Democrata e a Casa Branca, na época presidida por Richard Nixon, do Partido Republicano –, que comprovam empiricamente que tais

organizações podem formar um saber alternativo e autônomo ao do Estado²⁶. Comprovam ainda que a grande mídia, na qualidade de “[...] um dos produtos de consumo da indústria cultural” (MEDINA, 1988, p. 40), não consiste em inimigo a ser vencido, mas, conforme afirma Marcelino Bisbal²⁷, em uma realidade necessária para a compreensão do mundo atual, independente de sentimentos nostálgicos.

De toda forma, fica claro que os discursos da objetividade e da responsabilidade social propagados jamais levaram os meios de comunicação a libertar-se da velha prática do jornalismo de opinião para a difusão dos interesses hegemônicos, tal como fazem os partidos políticos. Nos termos do constatado por Francisco Weffort (1984, p. 37):

E que dizer da tradição da imprensa moderna senão que enraíza, também, no prestígio da opinião? Em que pese o desenvolvimento recente do chamado jornalismo objetivo, apoiado sobretudo na força da informação, não se conseguiu desbancar da tradição. As páginas editoriais dos jornais continuam sendo o espaço nobre dos jornais e opinião flui, de modo explícito ou não, em todo o noticiário. Se os partidos são de opinião e os jornais também são de opinião, nada de surpreendente se estes às vezes se comportam como aqueles.

O problema é que não há como comparar o poder de penetração na esfera pública de um panfleto redigido nos tempos revolucionários burgueses de um jornal ou telejornal veiculado por empresa dotada de elevado capital e pretensamente objetiva. Por isso, o potencial lesivo da associação da grande mídia a interesses privados de grupos econômicos ou políticos, fantasiados de interesse público.

²⁶ Ainda que, como salienta Ciro Marcondes Filho (1996, pp. 117-119), a queda de Nixon tenha ido de encontro aos interesses privados do Washington Post e tenha sido providencial à propaganda estadunidense nas relações internacionais, redimindo o país dos males cometidos no Sudeste Asiático.

²⁷ “Hay una visión en la imaginación teórica que concibe los medios y las industrias culturales como enemigos a vencer, como se fueran los culpables de tanta ‘barbarie’ en el mundo. Una mirada que acude a las nostalgias, por tanto a un saber inadecuado, para tratar de entender lo que pasa en el mundo-hoy y en la formación cultural de estos tiempos”. (BISBAL, 2001, p. 86).

2.3.6 O caso da América Latina

Muito do que dissemos até aqui está relacionado à conduta dos meios de comunicação de uma nação como os Estados Unidos da América, conforme descrito no capítulo seguinte, um dos nascedouros do Estado de Direito. O que dizer, então, de regiões do globo como a América Latina, colocada a partir da colonização ibérica em posição periférica nas relações internacionais e que desde os primeiros anos de independência até os dias de hoje enfrenta constantes ameaças ou concretizações de rupturas institucionais por intermédio de movimentos golpistas.

É verdade que a história latino-americana é rica em exemplos de atuação de uma mídia – amadora ou capitalista – independente e fomentadora de intensos debates perante a esfera pública. Há inúmeros casos a serem trazidos à memória, tanto na sua atividade de divulgadora de notícias e pontos de vista quanto na sua ação de transmissora de entretenimento. Lembramos, neste aspecto, a contribuição das centenas de jornais operários que foram criados por todo o subcontinente nas primeiras etapas de industrialização, ou dos pequenos panfletos contestadores advindos na vigência de regimes ditatoriais. Recordamos também a contribuição dos impressos apontados como responsáveis pela realização do necessário diálogo entre a cultura e a política, caso das revistas *Claridad*, que, conforme lembra Patrícia Funes (2006, p. 50-51), “[...] cruzaban las letras y la política, sobre todo en el genérico espacio de las izquierdas latinoamericanas”, de modo a colocarem o intelectual ao lado de setores populares em nações socialmente desiguais como o Chile e o Peru. Lembramos, por fim, do papel de parcela da grande mídia no processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, como a adesão do jornal *Folha de S. Paulo* à campanha para a realização de eleições diretas para presidente da república ou a promoção do movimento feminista pela Rede Globo de Televisão através da veiculação do seriado *Malu Mulher* (COSTA, 2002, p. 68 e 79-80).

Os casos acima mencionados, entretanto, não são a face exclusiva da evolução da mídia do subcontinente. Da mesma forma que sucedeu em países como os Estados Unidos da América, os meios de

comunicação, especialmente os racionalmente organizados sob a proteção do capital, souberam por vezes valer de seu poder na esfera pública para, em conjunto com grupos políticos ou econômicos, trabalhar a opinião dos cidadãos em torno de interesses hegemônicos.

A peculiaridade da grande mídia da América Latina reside no fato de ter transposto em algumas ocasiões os limites da juridicidade para o apoio direto e explícito a subversões à ordem democrática e para o suporte à instauração ou à sobrevivência de regimes ditatoriais. Esta circunstância fez-se presente desde o primeiro século de independência política, como, por exemplo, no México, onde o ditador Porfírio Dias, no longo período que permaneceu no poder (1876-1911), auxiliava economicamente o jornal *El Imparcial*, possibilitando que seus exemplares fossem vendidos ao preço de centavos, de modo a eliminar a concorrência (ZANETTI, 1994, p. 512).

Reclama a atenção, porém, o final do século XX, período em que muitas nações do subcontinente atravessaram profundas mudanças no sistema econômico, especialmente pelo processo de industrialização substitutiva de importações, em uma aliança que reuniu o capital estrangeiro, o Estado e as empresas nacionais, de modo a excluir a massa operária e camponesa. A partir do momento em que explodiram as reivindicações desta parcela excluída - mormente entre as décadas de 1950 a 1970 - a grande mídia, assumindo a posição de instrumento de manutenção da hegemonia das elites beneficiárias do modelo que estava sendo implementado, passou, de forma geral, a apoiar movimentos golpistas. Tornou-se, em outras palavras, importante aparelho de conspiração contra qualquer governo democrático que fizesse alguma concessão aos setores populares.

Exemplos não faltam a esse respeito. Há, assim, as ações do brasileiro Carlos Lacerda na utilização do seu *Tribuna da Imprensa* na tentativa de golpe ocorrida em 1955 e na derrubada de João Goulart efetivada em 1964, ruptura que também recebeu os aplausos dos grupos midiáticos *O Globo*, *Folha da Manhã* e *O Estado de São Paulo*, conforme analisado mais adiante. Têm-se ainda o caso jornal *El Mercurio* do Chile, que não apenas deu suporte à derrubada do presidente Salvador Allende em 1973, como apoiou a ditadura de Pinochet, sem embargo das notórias violações aos direitos

humanos praticadas por quase duas décadas; ou também o apoio dado pelo jornal El Clarín ao golpe militar comandado por Jorge Videla na Argentina em 1976 (BORGES, 2009, p. 36-38).

Recentemente, em alguns países da região, com a ascensão ao poder de grupos políticos alheios às antigas oligarquias locais – segundo Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 29), oriundos de mobilizações populares e que utilizam o espaço de manobra do capitalismo global para ampliar a legitimação democrática²⁸ - parte da grande mídia tornou a utilizar seus antigos métodos em favor das elites do mercado. É o que sucedeu na tentativa de golpe de Estado na Venezuela promovida em 2002 com a colaboração de emissoras como a RCTV, analisado em capítulo posterior.

Significa, então, dizer que o trabalho de propaganda dos interesses dos grupos dominantes objetivando a manutenção ou a obtenção do domínio realizado pelos principais meios de comunicação da América Latina apresenta maior gravidade do que o executado em países como os Estados Unidos da América. No subcontinente, o processo de racionalização e de concentração da grande mídia, decorrente da expansão do capitalismo, caminhou em conjunto com campanhas visando a ruptura da ordem jurídica vigente.

2.4 Mídia, liberalismo e democracia

Resta, por fim, questionar se podemos conciliar as opiniões fundadas no pensamento liberal divulgadas por meios de comunicação venezuelanos e brasileiros quando do caso da RCTV e a prática histórica de concentração econômica e de trabalho da opinião pública. Existe uma suposta incompatibilidade entre o falar e o agir da grande mídia, na medida em que ao mesmo tempo em que prega a autonomia individual contra o abuso estatal, age

²⁸ Incluem-se nesse grupo, países como Venezuela, Bolívia, Equador, Brasil, Argentina e Uruguai (MORAES, 2011, p. 30). Não se trata, porém, de grupo homogêneo (v. item 5.4.1).

por vezes na forma de aliada do Estado ou de grupos políticos e econômicos que objetivam arrebatar o governo em favor de interesses privados.

Essa pretensa contradição deixa, contudo, de existir a partir do momento em que distinguimos *liberalismo* de *democracia*.

Conforme anotado no início deste capítulo, a doutrina liberal caracteriza-se por pregar a mínima atuação da realidade estatal, que, segundo este pensamento, deveria limitar-se à defesa da soberania nacional e à segurança dos seus cidadãos, sob o manto do controle recíproco entre os poderes. Para o liberalismo, portanto, “[...] o Estado é um mal necessário, mas é um mal” (BOBBIO, 2009, p. 135).

Tais finalidades, porém, não estão relacionadas à *participação nas decisões governamentais*. Pouco importa - para esse pensamento - se as resoluções fundamentais tomadas pelos agentes do Estado são ou não amplamente discutidas por todos os setores da população na esfera pública; pouco importa, da mesma maneira, se a iniciativa destas deliberações parte dos cidadãos ou tão somente dos representantes oficiais. O que realmente vale para o liberalismo é *garantia da existência de uma sociedade livre da dominação estatal em favor da autonomia individual*.

Liberalismo e democracia apresentam objetivos diversos. Consequentemente, contrapõem-se a projetos distintos de Estado: como lembra Bobbio (2009, p. 135), enquanto o Estado democrático opõe-se ao Estado absoluto, o Estado liberal tem como antítese o Estado paternalista, “[...] que toma conta dos súditos como se fossem eternos menores de idade e cuida da sua felicidade”.

O Estado liberal pode, portanto, coexistir com a democracia da mesma forma que pode conviver com a autocracia – caso de um *liberalismo conservador* (BOBBIO, 2005, p. 52). O que não pode é ser compatibilizado com o Estado interventor, ou paternalista.

Compreende-se, daí, o apoio de teóricos do liberalismo brasileiro ao regime militar vigente a partir de 1964, cujo golpe que o instaurou foi realizado sob a justificativa da defesa da propriedade privada e da livre iniciativa; da mesma forma, não é de se estranhar como o Chile dos

anos de 1980, ainda governado por Pinochet, foi a porta de entrada do neoliberalismo que invadiu quase a totalidade da América Latina alguns anos depois; por fim, é possível entender o suporte daqueles que, entre as décadas de 1980 e 1990, tentaram implementar reformas neoliberais na Venezuela às fracassadas tentativas de ruptura institucional contra Hugo Chávez em 2002.

Com base em tais distinções, verifica-se que, para um partidário da democracia, o apoio de emissora de televisão a ato que usurpa o poder de quem foi regularmente eleito para ocupá-lo é inaceitável. Não é assim para um liberal – não necessariamente democrata – que, *no limite da ortodoxia*, pode justificar a conduta pelo mero exercício do direito de exprimir a opinião em favor da manutenção das leis do mercado contra a instalação de um Estado interventor.

Foi o que fez parte da grande mídia venezuelana e brasileira quando interpretou o caso da RCTV como uma violação à liberdade de expressão. Ainda que por vezes tenha falado em nome da democracia, sua preocupação centrou-se na *atuação estatal* e não na participação no exercício do poder. Não há, portanto, absoluta incompatibilidade entre seus pontos de vista e sua histórica prática política.

3. ESTADO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

3.1 Um problema para a democracia

A compatibilidade entre o discurso e a prática de meios de comunicação racionalmente organizados traz a necessidade de apurar se o ideário liberal que dá sustentação aos textos citados no capítulo anterior pode ser acolhido pelos Estados venezuelano e brasileiro, cujas ordens jurídicas são dotadas de extenso leque de direitos fundamentais que não se limitam às tradicionais liberdades públicas. Esta é a investigação realizada no presente capítulo.

A relevância da pretendida apuração reside na circunstância de que, ao mesmo tempo em que é imprescindível à transmissão de informações capazes de instruir os debates travados na esfera pública, a grande mídia permanentemente ameaça o sistema democrático na sua atividade de trabalhar a opinião pública, transformando o cidadão consumidor dos seus produtos em mero objeto da propaganda de massa (COMPARATO, 2006a, p. 24). Por isso, a importância de saber se o Estado - entidade a que, no âmbito de uma concepção sistêmica, foi atribuída a tarefa “[...] de converter as demandas em respostas” (BOBBIO, 1999, p. 60) – deve aguardar a solução do problema acima colocado confiando na *mão invisível* autorreguladora da vida social e econômica (tal como defendido pela doutrina liberal) ou deve atuar na efetivação da liberdade de expressão.

Se ao longo do capítulo concluirmos pela necessidade de o Estado confiar na *mão invisível* e adotar o ponto de vista da grande mídia, ficamos a um passo de corroborar o entendimento no sentido da arbitrariedade do Estado da Venezuela na não renovação da concessão da RCTV e da legitimidade da ausência de atuação seguida pelo Estado brasileiro. Caso contrário, a ação venezuelana e a inação brasileira passam a merecer análise mais detida, que não se limite a dualismos simplistas - como se, de um lado, ação e abuso e, de outro lado, omissão e juridicidade fossem inexoravelmente equivalentes.

Sucede que essa derradeira ilação torna a questão em debate ainda mais complexa, pois a liberdade de expressão foi consagrada justamente para colocar termo aos desmandos do Estado. Sobrevém, então, a dúvida em saber utilizar o poder originalmente inserido na posição de adversário do direito em jogo como, contraditoriamente, seu aliado em pró da formação de uma esfera pública autônoma e adequadamente bem informada.

Os obstáculos parecem intransponíveis. Sua superação é, todavia, possível mediante a compreensão dos novos papéis atribuídos ao aparelho estatal a partir da evolução dos direitos fundamentais.

3.2 A evolução dos direitos fundamentais

3.2.1 A gênese liberal

Para que possamos falar nas novas atribuições do Estado, é imprescindível tomar conhecimento do contexto em que os direitos fundamentais tiveram sua gênese. Devemos, então, volver à época em que a imposição de limites ao poder tornou-se realidade vigente no direito de diversos países, o que coincide com a fase histórica em que a burguesia logrou vencer o absolutismo monárquico e em que, ao menos em parte²⁹, a liberdade de expressão foi consagrada. Cuida-se do período em que sucederam a Revolução Gloriosa inglesa (1688), a promulgação da Constituição estadunidense (1787) e a Revolução Francesa (1789), eventos que representam marcos de suma importância na aclamação dos direitos fundamentais, na medida em que submeteram o poder governamental ao controle de outros órgãos e estabeleceram direitos em favor dos indivíduos perante os governantes.

É interessante notar a influência que esses acontecimentos tiveram no pensamento e na prática política de diversas localidades. Foi

²⁹ Em território estadunidense, a liberdade de expressão foi consagrada com a Primeira Emenda à Constituição de 1791 (v. item 2.3.1)

baseado, por exemplo, nas limitações ao poder da monarquia inglesa advindas com a Revolução Gloriosa que Montesquieu publicou sua obra *O Espírito das Leis*, já mencionada no capítulo anterior, onde defendeu a necessidade da divisão das funções estatais em três órgãos distintos e independentes entre si; da mesma forma, foi inspirado na realidade estadunidense que Francisco Miranda concebeu a ideia de independência nas colônias espanholas da América e que Simón Bolívar definiu os Estados Unidos da América como uma terra de liberdade e de civismo (BETHELL, 2004, p. 67); por fim, foi baseado na França revolucionária – dotada, segundo Eric Hobsbawm (1996b, p. 54-55), de espírito ecumênico – que rebeldes da então colônia portuguesa da América promoveram uma insurreição da importância da Conspiração Baiana, em 1798 (COMPARATO, 2006a, p. 131).

A partir dos movimentos revolucionários ocorridos na Inglaterra, Estados Unidos e França, a burguesia, na posição de nova classe hegemônica, impôs seu próprio modelo de atuação estatal. Ao Estado foi, assim, estabelecido o dever de não violar direitos tidos por *inatos* aos seres humanos (os *direitos civis*), como a vida, a igualdade jurídica, a propriedade e a liberdade de exprimir e de receber opiniões e acontecimentos: são os valores hoje conhecidos como *direitos fundamentais de primeira geração*, assim chamados por corresponderem à “[...] fase inaugural do constitucionalismo do Ocidente” (BONAVIDES, 2007, p. 563).

3.2.2 A democracia como uma segunda geração de direitos fundamentais

O processo acima descrito acabou por instituir um Estado eminentemente liberal. A preocupação dos revolucionários burgueses que alcançaram o poder era garantir a existência de um aparelho estatal não intervencionista e juridicamente controlado, que deixasse os indivíduos livres para realizar seus negócios e expressar suas opiniões.

O instigante é que se costuma situar nessa mesma primeira geração de direitos fundamentais os *direitos políticos* responsáveis pela consagração da democracia contemporânea (BONAVIDES, 2007, p. 563).

Ocorre que a distribuição do poder e a acessibilidade de participação nas decisões governamentais em favor de todas as camadas da população não estavam entre os principais objetivos dos insurgentes da burguesia. As primeiras normas positivas que sucederam o período revolucionário sequer sancionaram o sufrágio universal. Na expressão de T.H. Marshall³⁰, ocorreu verdadeiro *divórcio* entre a formação dos direitos burgueses e a criação dos demais direitos referentes à cidadania.

A Constituição dos Estados Unidos da América é, nesse sentido, paradigmática, na medida em que o sistema de liberdades instituído por ela não impediu a manutenção da escravidão negra por cerca de 80 anos. Tal regime somente foi abolido após o trauma de uma guerra civil entre o norte e o sul do país e da promulgação em 1865 da 13ª Emenda Constitucional, elaborada pelos abolicionistas vitoriosos do embate. Daí a ilação, a respeito, de Dalmo de Abreu Dallari (2010, p. 124) de que:

o Liberalismo, que dava embasamento teórico a essas posições, era, na essência, aristocrático, não democrático, pois vedava os privilégios da antiga nobreza medieval, mas admitia outra categoria de privilegiados, que, em termos concretos, era a burguesia.

A situação foi semelhante nas antigas colônias da América espanhola. Não havia, por parte da classe *criolla*, qualquer pretensão de distribuir poder a mestiços, negros ou índios, lembrando Leslie Bethell (2004, p. 49), em relação ao século XVIII, que “[...] uma revolta de escravos era uma perspectiva tão temida que os *criollos* de modo nenhum abandonariam o abrigo do governo imperial nem desertariam as fileiras dos brancos dominantes”. No século seguinte, é bem verdade, este mesmo grupo liderou processos de independência local, mas sob a nova conjuntura de uma monarquia enfraquecida pelas invasões napoleônicas, na qual “os *criollos* tiveram de decidir sobre o melhor modo de preservar sua herança e manter-se no controle. A América espanhola não podia continuar sendo uma colônia sem uma metrópole, ou uma monarquia sem um monarca” (BETHELL, 2004, p.

³⁰ “Quando os três elementos da cidadania se distanciaram uns dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si. O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem distorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente – os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX.” (MARSHALL, 1967, p. 66).

72). Por este motivo, a adoção do sufrágio censitário na forma prevista no artigo 26 Constituição venezuelana de 1811³¹.

De maneira similar, no caso da antiga colônia portuguesa da América, o processo de independência e a consagração de ideais liberais na Constituição de 1824 – como a igualdade perante a lei- decorreu da mera aspiração da oligarquia exportadora de produtos primários de libertar-se das amarras coloniais, ampliando sua supremacia sócio-política. Para isso, de acordo com Florestan Fernandes (2006, p. 52), a isonomia juridicamente consagrada não tinha o sentido de conferir a todos os direitos de cidadania (a ponto de manter a escravidão negra) e sim de eliminar as desigualdades impostas na relação Metrópole-Colônia, geradoras do esbulho colonial. Compreende-se, então, a vedação ao direito de voto aos que não tivessem renda anual líquida de cem mil réis, prevista na Carta Constitucional do Império³².

Na França, a previsão do sufrágio universal masculino ocorreu somente após as barricadas de Paris de 1848 pressionarem a Assembleia Nacional a tornar sem efeito o voto censitário; o mesmo ocorreu na Inglaterra em 1867 e nos Estados Unidos em 1870; na Venezuela houve previsão do sufrágio universal para as eleições presidenciais na Constituição de 1858 e, no Brasil, na primeira Carta Constitucional republicana em 1891.

A extensão do direito de voto independente das condições econômicas do agente pode ser considerada o marco responsável pela consagração dos direitos políticos, ainda que as conquistas do século XIX não tivessem alcançado as mulheres, o que ocorreu no século seguinte. De toda

³¹ O referido dispositivo foi redigido nos seguintes termos: “Todo hombre libre tendrá derecho de sufragio en las Congregaciones Parroquiales, si a esta calidad añade la de ser Ciudadano de Venezuela, residente en la Parroquia o Pueblo donde sufraga: si fuere mayor de veintiún años, siendo soltero o menor siendo casado y velado y si poseyere un caudal libre del valor de seiscientos pesos en la Capitales de Provincia siendo soltero y de cuatrocientos siendo casado, aunque pertenezcan a la mujer o de cuatrocientos siendo en las demás poblaciones en el primer caso y doscientos en el segundo; o si tuviere grado, u aprobación pública en una ciencia o arte liberal o mecánica; o si fuere propietario o arrendador de tierras, para sementeras o ganado con tal que sus productos sean los asignados para los respectivos casos de soltero u casado” (VENEZUELA, 1811, art. 26).

³² É o que previa a Constituição de 1824: “São excluídos de votar nas Assembléas Parochiaes: [...] V. Os que não tiverem de renda líquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.” (BRASIL, 1824, art. 92, V).

maneira, sua importância reside na possibilidade de participação das massas em uma esfera pública politicamente ativa, o que ensejou relevantes mudanças nos ordenamentos jurídicos dos povos e na atuação do aparelho estatal.

3.2.3 O advento dos direitos sociais

As mudanças acima referidas, contudo, não ocorreram imediatamente. O Estado, ainda que sob a égide da democracia representada pelo sufrágio universal, manteve sua postura liberal, deixando que as leis do mercado regulassem a vida da sociedade.

Como consequência desse quadro, o lema da *liberdade, igualdade e fraternidade* - brandido pelos revolucionários franceses - impôs-se em exclusiva conformidade aos interesses da nova classe hegemônica. Consoante ressaltado por Eros Roberto Grau (2007, p. 22-25), a liberdade representada pela livre concorrência produziu a hegemonia do capital; a igualdade não passou de uma abstração legal divorciada da realidade das relações sociais; por fim, a fraternidade tornou-se impossível em um ambiente que tinha como motor da atividade econômica a ambição e a competição.

Foi somente no século XX que ocorreram mudanças estruturais de maior profundidade que visaram modificar o referido quadro. Tal processo se deu, não apenas como forma da burguesia manter sua hegemonia, cessando ou evitando ondas revolucionárias, como as que ocorreram no México (em 1910, a partir da luta contra a ditadura de Porfírio Díaz), ou na Rússia (em 1917, resultante na instauração da ditadura do proletariado); deu-se também em razão da extensão do sufrágio às classes populares, ampliando a esfera pública e tornando-a a instituição dinâmica da sociedade civil (ARATO; COHEN, 1994, p. 155), o que fez ecoar as demandas das massas nas estruturas do sistema estatal³³.

³³ “Os direitos políticos da cidadania, ao contrário dos direitos civis, estavam repletos de ameaça potencial ao sistema capitalista, embora aqueles que estavam estendendo, de modo cauteloso, tais direitos às classes menos favorecidas provavelmente não tivessem plena consciência da magnitude de tal ameaça.” (MARSHALL, 1967, p. 85).

Dessa maneira, em 1917, foi promulgada a Constituição do México que, inserida na ordem capitalista, reconheceu a existência de direitos trabalhistas, colocou-os na qualidade de direitos fundamentais e submeteu a utilização da propriedade ao bem comum. Dois anos depois, foi promulgada a Constituição de Weimar (Alemanha), que atribuiu ao poder público o dever de promover a educação escolar, reconheceu o limite à liberdade econômica, marcou o caráter social da propriedade privada e elevou os direitos trabalhistas e previdenciários à qualidade de direitos fundamentais (COMPARATO, 2006a, p. 177 e 188-192).

Esses valores foram prontamente estendidos a outros povos, alcançando os Estados Unidos da América na década de 1930, mediante a política intervencionista do *New Deal*, ainda que esta tenha gerado sérios conflitos entre o Executivo e o Judiciário do país³⁴. No mesmo processo de difusão, encontram-se a Constituição brasileira de 1934 e a Constituição venezuelana de 1947, que autorizaram a atuação do Estado nos âmbitos econômico e social, sem se afastarem do capitalismo que na época desenvolvia-se a passos largos em uma América Latina que rumava à industrialização.

Consagrou-se o chamado Estado do bem-estar social – o *Welfare State* - passando a sociedade, a partir de então, a deter o direito de exigir do poder público, prestações não apenas negativas, mas também de caráter positivo, na efetivação dos direitos fundamentais. Tudo isso em decorrência da percepção da ineficácia das leis autorreguladoras do mercado e da ortodoxia do Estado Mínimo na redução das desigualdades sociais inerentes ao capitalismo, o que, segundo Comparato (2006b, p. 555), “[...] só

³⁴ A implementação do *New Deal* na década de 1930 deu-se de forma conflituosa entre o Executivo norte-americano, à época presidido por Franklin Roosevelt, e o Judiciário, especialmente a Suprema Corte. Lembra Luis Roberto Barroso (2008, p. 221-222) que “eleito Presidente em 1932, Franklin Roosevelt deu início à edição de ampla legislação social e de intervenção no domínio econômico. Em 1935, os casos em que essa legislação era contestada começaram a chegar à Suprema Corte, que, fiel doutrina *Lochner* e hostil ao intervencionismo estatal, passou a invalidar diversas leis importantes para o plano de recuperação econômica. [...] Reeleito em 1936, no início do ano seguinte Franklin Roosevelt envia uma mensagem legislativa ao Congresso modificando a composição da Suprema Corte, com vistas a obter maioria naquele colegiado. Conhecida como *court-packing plan*, a lei não foi aprovada pelo Congresso. Mas, pressionada, a Suprema Corte mudou sua orientação e abdicou do exame de mérito das normas de cunho econômico, encerrando o controle substantivo das leis.”

pode ser feito pelos que detêm o poder político, e dispõem dos meios necessários para impor suas decisões aos ricos e poderosos”.

É verdade que a implementação desses direitos não foi tarefa singela. Basta lembrar que a Constituição de Weimar de 1919, a Constituição do Brasil de 1934 e a Constituição da Venezuela de 1947 não impediram a posterior promoção de regimes autocráticos e socialmente excludentes nos respectivos países, da mesma forma que a Lei Fundamental do México de 1917 não obstruiu a permanência no poder de um único partido político por décadas. Tais circunstâncias, todavia, não retiram a importância desses documentos – se não na efetiva distribuição de renda, mas ao menos na maior possibilidade de participação de todas as classes nos destinos da comunidade pela concessão de igualdade de *status* de cidadão, tal como reconhecido por T.H. Marshall³⁵ a partir da realidade da Inglaterra - fato explicitado por sua influência na elaboração de novos textos que os aperfeiçoaram em momento ulterior da história.

3.2.4 Novos direitos para o final do século XX

Esse aperfeiçoamento não se limitou, porém, à reiteração dos mesmos direitos civis, políticos e sociais. Os novos desafios enfrentados pelos povos levaram à exigência da positivação de outros valores, além daqueles já constantes nas leis e nas constituições. O final do século XX é exemplar.

Transcorrida a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo atravessou período de grande desenvolvimento e expansão, chamado por Hobsbawm (1996a, p. 257) de *anos dourados*. Surgiu, daí, uma complexa sociedade de consumo, caracterizada pelo elevado número de produtos e

³⁵ “A ampliação dos serviços sociais não é, primordialmente, um meio de igualar rendas. Em alguns casos, pode fazê-lo, em outros não. A questão não é de muita importância; pertence a um setor diferente da política social. [...] A igualação não se refere tanto a classes quanto a indivíduos componentes de uma população que é considerada, para esta finalidade, como se fosse uma classe. A igualdade de *status* é mais importante do que a igualdade de renda.” (MARSHALL, 1967, p. 94-95).

serviços oferecidos e pelo anonimato de seus atores, tornando os consumidores ainda mais vulneráveis às regras de mercado. Por sua vez, o crescimento do comércio e da indústria gerou um não harmonioso domínio do homem sobre todo o planeta, com a consequente contaminação da água, dos alimentos e do ar. O desenvolvimento econômico baseado na expansão do capital levou, ademais, a uma perniciosa exposição de crianças e adolescentes ao *marketing* nocivo de produtos e serviços oferecidos ao mercado e aos riscos à vida e à saúde inerentes à degradação ambiental; levou à exclusão do mercado, por supostamente não lucrativas, as especificidades de povos nativos, pertencentes a nações preexistentes aos Estados que se formaram no Novo Mundo; levou, por fim e apenas para não nos alongarmos na exemplificação, às comunidades à concreta possibilidade de perda de seu patrimônio histórico e cultural em nome do suposto progresso.

Da mesma forma que as normas da oferta e da demanda não solucionaram os problemas relativos à saúde, educação e previdência social no final do século XIX, essas mesmas regras foram incapazes de suprir os problemas acima expostos, gerando novas formas de opressão e desigualdade. Sendo assim, nas derradeiras décadas do século XX, assistiu-se a tendência à constitucionalização de novos direitos, alçados à categoria de fundamentais, sobretudo em países que tiveram projetos de democratização aprofundados pela promulgação de novas constituições, como nos casos de Portugal em 1976, da Espanha em 1978, do Brasil em 1988 e da Venezuela em 1999. Visou-se, neste processo, a preservação de valores ameaçados pelo desenvolvimento do capitalismo globalizado, como a tutela ao consumidor, ao meio ambiente, à juventude e à velhice, aos povos indígenas e ao patrimônio histórico e cultural - em respeito de interesses difusos e de titularidade da humanidade como um todo.

3.2.5 O reconhecimento da historicidade dos direitos e seus efeitos

O advento de tantas gerações de direitos colocou uma pá de cal na crença liberal de direitos inatos do homem. Constatou-se que os direitos

fundamentais possuem o atributo da *historicidade*, por ampliarem-se e modificarem-se no tempo, em conformidade aos conflitos sociais de cada época:

O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, do carecimento e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das informações técnicas, etc. [...]. Não é difícil prever que, no futuro, poderão emergir novas pretensões que no momento nem sequer podemos imaginar, como o direito a não portar armas contra a própria vontade, ou o direito de respeitar a vida também dos animais e não só dos homens. O que prova que não existem direitos fundamentais por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas (BOBBIO, 2004, p. 18).

Importante notar que, muito embora a positivação de novos valores no decorrer dos séculos tenha sido em geral fruto de intensos embates— inclusive bélicos, como nos casos da Guerra Civil estadunidense no século XIX e da Revolução Mexicana do século XX -, a realidade é que existe uma *relação de complementaridade* entre essas gerações. Nas palavras de Dalmo de Abreu Dallari (2010, p. 144), não houve

[...] um rompimento com o constitucionalismo liberal-burguês, mas uma correção de desvios, um acréscimo de conteúdo e uma recolocação na hierarquia das normas jurídicas, inovações que foram fundamentais para a definição de uma nova teoria constitucional.

Em tal vínculo de correção e acréscimo é que se têm novas interpretações e justificações para os chamados direitos de primeira geração. Estes, apesar de subsistirem, deixaram de ser empregados apenas para a defesa do indivíduo perante o Estado - na forma defendida pelos revolucionários burgueses -, passando a receber aplicação também em favor da coletividade.

É o caso do direito de propriedade, que ocupou posição central na formação do Estado liberal, a ponto de a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 ter colocado-o na qualidade de *sagrado*³⁶. Com a institucionalização do *Welfare State*, todavia, a propriedade deixou de ser absoluta, levando o Estado a impor ao respectivo titular a *obrigação* -

³⁶ É o que constava no documento: “Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém pode dela ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir evidentemente e sob condição de justa e prévia indenização” (FRANÇA, 1789, art. 17).

expressão prevista desde a Constituição de Weimar³⁷ - de exercer os direitos inerentes ao domínio em conformidade à função social do bem. O direito à propriedade continuou, portanto, a vigorar, mas foi transformado e limitado, para deixar de objetivar meramente o desfrute individual e passar a ser um instrumento de satisfação das necessidades coletivas.

Idêntico processo ocorreu em relação à ora analisada liberdade de expressão. Com a positivação de direitos políticos, este valor veio a encontrar justificativa não apenas na responsabilidade moral dos indivíduos, mas também na necessidade de informá-los acerca dos fatos relevantes aos destinos da sociedade, como pressuposto à necessária participação popular nas decisões oficiais. A liberdade de expressão tornou-se, segundo Owen Fiss (2005, p. 30), instrumento “[...] essencial para a autodeterminação coletiva.”

A evolução histórica dos direitos fundamentais levou ainda à transformação do Estado, que, como visto, teve de assumir papel ativo com o passar dos séculos. Tal fato refletiu-se na própria estrutura do aparelho oficial, diante da extensão da burocracia e da ampliação do quadro de agentes portadores de conhecimentos técnicos, responsáveis pela realização de políticas públicas aptas a efetivar os valores previstos nas ordens jurídicas. Esta metamorfose não foi alterada nem mesmo com o advento do neoliberalismo que varreu a América Latina e a Europa no final do século XX. Ainda que tenha havido certa tendência de execução de políticas que objetivavam diminuir o tamanho da burocracia em nome de uma suposta eficiência, as privatizações e a criação de agências reguladoras em substituição a empresas estatais não levaram ao retorno do Estado liberal clássico instalado pelas revoluções burguesas. Não poderia ser diferente, pois, como afirma Bobbio (2009, p. 138), “se o núcleo da doutrina liberal é a teoria do Estado mínimo, a prática da democracia [...] conduziu a uma forma de Estado que mínimo não é mais, embora não seja o Estado máximo dos regimes totalitários.”

³⁷ Conforme anota Comparato (2006a, p. 191), neste documento, “a função social da propriedade foi marcada por uma fórmula que se tornou célebre: ‘a propriedade obriga’ (art. 153, segunda alínea)”.

A atuação estatal tornou-se, portanto, uma exigência da democracia de massas, composta por eleitores que - mesmo que nem sempre sejam ouvidos - querem receber programas sociais do governo, cobram proteção nas relações de consumo frente às grandes corporações e sonham viver em centros urbanos não contaminados pela degradação do ar que respiram. Tudo isso sob os anseios, dos mesmos eleitores, de receber e repassar as informações necessárias aos livres debates condutores de assentimentos, aptos a fazerem com que suas demandas sejam ressoadas perante as estruturas governamentais e mercadológicas.

3.3 A atuação do Estado

3.3.1 A realização de tarefas positivas

A concentração midiática que se montou ao longo dos anos sob os auspícios do liberalismo, contudo, impede a realização desses anseios. Os limites liberais ao campo de ação do Estado sobre os meios de comunicação levou ao fortalecimento do poder de mediação cultural e social destes empreendimentos capitalistas (e que, nesta condição, atuam em favor de interesses particulares visando o lucro), de modo a não permitir que os cidadãos tenham o pleno conhecimento dos fatos relevantes para os debates sucedidos na esfera pública.

Ocorre que, tal como comentamos há pouco, a liberdade de expressão deixou de ser uma prerrogativa meramente individual, fundada na responsabilidade moral dos indivíduos. Tornou-se, também, um direito a ser exercido em favor dos cidadãos coletivamente considerados que, nesta condição, impõe deveres aos transmissores de informações, nos termos da advertência formulada por José Afonso da Silva (2007, p. 825):

O dono da empresa e o jornalista têm um *direito fundamental* de exercer sua atividade, sua missão, mas especialmente têm um dever. A eles se reconhece o *direito de informar* ao público os acontecimentos e idéias, mas sobre eles incide o *dever* de informar à coletividade tais acontecimentos e idéias *objetivamente*, sem alterar-lhes a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original; do

contrário se terá não informação, mas deformação. Os jornalistas e as empresas jornalísticas reclamam mais seu direito do que cumprem seus deveres.

Pode-se até confrontar o acima afirmado pela impossibilidade de haver transmissão absolutamente objetiva de notícias, como já observamos no presente trabalho³⁸. Todavia, no contexto da democracia ora vigente, não há como negar a imposição aos proprietários dos meios de comunicação e aos transmissores das notícias ao menos do dever de *veracidade*, segundo José Marques de Melo (2003, p. 74), “[...] seja qual for a orientação ideológica da instituição ou de seus profissionais.”

É certo que o discurso midiático não nega essa determinação, fundada na *responsabilidade social* mencionada no capítulo anterior, que subordinaria as funções dos meios de comunicação “[...] à promoção do processo democrático e à informação do público (‘o público tem o direito de saber’)” (LIMA, 2010b, p. 53). Para tal doutrina, porém, o dever em questão estaria submetido à autorregulamentação e ao controle apenas da própria mídia, o que não se coaduna com a realidade jurídica que prevalece nos países livres e democráticos neste início de século, consagradora, em geral, de extenso rol de direitos fundamentais, que exigem a ação oficial para sua efetivação.

Fica, então, justificada a atuação do Estado na implementação da liberdade de expressão. Cabe ao aparelho estatal fazer com que os *deveres jurídicos* inerentes a este direito sejam cumpridos, mediante a assunção de tarefas positivas - como na efetivação de outros valores como saúde, educação e meio ambiente - para proporcionar a almejada esfera pública esclarecida:

Primeiro é preciso comprovar, no referido grupo de direitos fundamentais, que (como a liberdade de expressão e de opinião, a liberdade de se associar e de se reunir, liberdade de imprensa, etc.) asseguram uma esfera pública politicamente ativa que eles precisam ser interpretados não mais apenas enquanto negação, mas positivamente como garantias de participação [...]. A liberdade de exprimir a opinião através da imprensa não pode mais ser considerada como parte das tradicionais manifestações de opinião dos indivíduos enquanto pessoas privadas. Pois todas as demais pessoas privadas, só através da garantia da estrutura do Estado é que se assegura uma igualdade de chance de acesso à esfera pública; uma mera garantia de não-intromissão do Estado não basta mais para isso (HABERMAS, 2003b, p. 265).

³⁸ V. item 2.3.3.

A *intromissão*, a que se refere Habermas, não está relacionada ao aparelho estatal combatido pelos revolucionários burgueses, dirigido por quem se atribuía a origem divina do poder. Vincula-se, na verdade, ao Estado de Direito, oriundo de um longo processo que tramitou em paralelo à evolução dos direitos fundamentais e que, se não o transformou em uma agência neutra frente aos interesses hegemônicos do mercado e nem eliminou as elites detentoras do poder³⁹, ao menos o submeteu ao *controle democrático de uma sociedade civil organizada* (ARATO; COHEN, 1994, p. 180), que, em seus conflitos internos, arraiga a esfera pública politicamente ativa⁴⁰. Este é, portanto, o Estado que deve agir sobre a mídia para assegurar os debates travados na arena discursiva, essencial à democracia:

A esfera pública dá sua contribuição à legitimação democrática da ação estatal ao selecionar temas de relevância política, elabora-os polemicamente e os vincula a correntes de opinião divergentes. Por essa via, a comunicação pública estimula e orienta a formação da opinião e do voto, ao mesmo tempo que em que exige transparência e prontidão do sistema político. Sem o impulso de uma imprensa voltada à formação de opinião, capaz de fornecer informação confiável e comentário preciso, a esfera pública não tem como produzir essa energia. Quando se trata de gás, eletricidade ou água o Estado tem a obrigação de prover as necessidades energéticas da população. Por que não seria igualmente obrigado a prover essa outra espécie de “energia”, sem a qual o próprio Estado democrático pode acabar avariado? O Estado não comete nenhuma “falha sistêmica” quando intervém em casos específicos para tentar preservar esse bem público que é a imprensa de qualidade (HABERMAS, 2007, p. 4-5).

É possível, nesses termos, dizer que a atuação estatal no campo da comunicação social tornou-se verdadeira *imposição* dos ordenamentos jurídicos que abandonaram o liberalismo ortodoxo consagrado

³⁹ Anota Bobbio (2010, p. 385 e 391) “que toda sociedade seja dividida em governantes e governados e os governantes sejam uma minoria é uma tese que certamente não é nova, comum a todos os escritores que tinham dividido uma concepção realista de política.” Este reconhecimento não elide a noção democrática de governo fundada na concorrência de elites políticas frente aos eleitores, contribuindo, ainda, “[...] para descobrir e colocar a nu, o fingimento da ‘democracia manipulada’.”

⁴⁰ Como afirma Fábio Wanderley Reis (2002, p. 42), “o Estado vai surgir, nesta perspectiva, precisamente como aparelhagem institucional destinada a processar os conflitos que se dão no âmbito da sociedade, ou como resposta aos problemas que ocorrem em conexão com tais conflitos, aparelhagem que os agentes em conflito vão tratar conseqüentemente de influenciar ou empolgar.”

pelas revoluções burguesas. Não se trata, em outras palavras, de faculdade concedida ao aparelho governamental, mas verdadeiro *dever-poder*⁴¹.

3.3.2 Limites de atuação do Estado

Essa circunstância, porém, não implica levar ao esquecimento a origem do direito em análise. Impõe-se sempre considerar que sua positivação se deu pela preocupação dos revolucionários burgueses em permitir a livre expressão por qualquer meio, independente de autorização do Estado. E a atuação estatal jamais deixou de ser uma ameaça à liberdade da palavra, ainda mais porque o fortalecimento da burocracia oriunda do *Welfare State* levou à “[...] penetração administrativa pela juridificação em áreas da sociedade civil anteriormente imunes a tais tipos de interferência” (ARATO; COHEN, 1994, p. 164), evidenciando novas possibilidades de *colonização do mundo da vida*.

É necessário também trazer à recordação o papel fiscalizador sobre os governos que a mídia privada colocou-se ao longo dos anos. Não se trata de uma peculiaridade dos meios de comunicação modernos, racionalmente organizados e que adotaram a teoria da responsabilidade social, mas de uma longa prática histórica, que remonta aos primeiros impressos amadores, objetos de tutela da originária liberdade debatida. É desta imprensa, aliás, que Tocqueville (1998, p. 214) fazia referência quando afirmou que “é ela cujo olho sempre aberto põe incessantemente a nu os mecanismos secretos da política e força os homens públicos a comparecer sucessivamente dentro do tribunal da opinião.”

A atuação sobre a liberdade de expressão exige, assim, maiores cautelas do que o normalmente reclamado em relação a outros direitos fundamentais. A realização de políticas públicas positivas deve ater-se à promoção da *independência da mídia* e do *pluralismo de opiniões* - essencial

⁴¹ Afirma, neste sentido, Celso Antônio Bandeira de Mello (2007, p. 69) que, em um Estado Democrático de Direito, aos agentes oficiais não são atribuídos meros poderes-deveres, mas deveres-poderes: “antes se qualificam e melhor se designam como ‘deveres-poderes’, pois nisto se ressalta sua índole própria e se atrai atenção para o aspecto subordinado do poder em relação ao dever, sobressaindo, então, o aspecto finalístico que as informa, do que decorrerão suas inerentes limitações.”

à sobrevivência de qualquer democracia⁴² -, obstaculizando a formação do monopólio ideológico (mercadológico ou oficial) na divulgação de informações. Tudo isso, para possibilitar “[...] a aquisição pelo público de influência sobre o Estado e a economia” (ARATO; COHEN, 1994, p. 174), ampliando a democracia para além das formalidades do processo eleitoral.

As autocracias implantadas nos países do Leste Europeu sob o domínio soviético durante a Guerra Fria do século passado corroboram o acima afirmado. Em tais localidades, o controle oficial sobre a mídia foi inserido como estratégia para a consolidação hegemônica de governos que se diziam contrários aos interesses do capital e das desigualdades sociais inerentes às regras do mercado. Como resultado de uma vitória na batalha pelo domínio dos sistemas político e econômico, os respectivos governos assumiram arbitrariamente o monopólio da palavra em conjunto ao já atribuído monopólio da força.

É por isso que a imprescindível atuação do Estado não pode levar à eliminação ou à excessiva restrição da propriedade privada dos meios de comunicação. Tem-se até mesmo a defesa, por parte de juristas como Alexandre Ditzel Faraco (2009, p. 14-15), da necessidade de certo grau de *concentração* no domínio da mídia, a fim de permitir a sobrevivência financeira de grupos economicamente independentes:

É preciso reconhecer que algum nível de concentração pode ser importante mesmo na perspectiva de objetivos democráticos visados com a regulação. Dispersar por completo o poder político por certo impediria uma influência relevante no espaço público por determinado agente econômico agindo de forma isolada. Mas também limitaria bastante o tipo de informação e programas disponibilizados e a capacidade de os veículos de mídia serem efetivos instrumentos de controle da ação governamental. Ademais, poderia comprometer a independência financeira de jornais, rádios e televisões, fazendo com que voltassem a auxílios ou verbas governamentais [...]. Num ponto extremo, portanto, a desconcentração da mídia produziria mais (e não menos) concentração de poder.

⁴² “O pluralismo enfim nos permite explicar uma característica fundamental da democracia dos modernos em comparação com a democracia dos antigos: a liberdade – ou melhor: a liceidade – do dissenso. Esta característica fundamental da democracia dos modernos baseia-se no princípio segundo o qual o dissenso, desde que mantido dentro de certos limites (estabelecidos pelas denominadas regras do jogo), não é destruidor da sociedade mas estimulante, e uma sociedade em que o dissenso não seja admitido é uma sociedade morta ou destinada a morrer” (BOBBIO, 2009, p. 73-74).

Certamente, quando o autor está a falar em *concentração*, não está referindo-se ao monopólio ou ao oligopólio na propriedade dos meios de comunicação, formador do discurso único do capital em torno da transmissão de notícias. Está a reputar que a regulação estatal sobre a liberdade de expressão não pode impedir a formação de corporações economicamente robustas e capazes de realizar trabalhos de abrangência nacional, independente de pressões – especialmente financeiras – governamentais.

3.3.3 Formas de atuação estatal

Resta, então, investigar como o Estado pode atuar para atingir os escopos acima aludidos.

Importante que se perceba que falamos em *atuação* e não em *intervenção* do Estado. Trata-se de dois termos de significados jurídicos distintos, havendo maior amplitude do primeiro em relação ao segundo. Conforme assinala Eros Roberto Grau (2007, p. 94), *intervenção* significa “[...] atuação estatal em área de titularidade do setor privado; *atuação estatal*, simplesmente, ação do Estado tanto na área de titularidade própria quanto em área de titularidade do setor privado.”

Assim, se falássemos somente na atividade de o Estado *intervir* na liberdade de expressão, estaríamos limitando nossos estudos à *regulação* da atividade privada dos meios, como, por exemplo, os jornais e as revistas impressas, que, sem embargo de sua importância, não correspondem à parcela da mídia mais acessada pelos cidadãos. Não poderíamos fazer menção às emissoras de rádio e televisão, uma vez que tais empresas fazem uso de um bem público, o espectro de radiofrequência: realizam, por isso, um serviço de natureza pública, seja diretamente (caso das emissoras estatais ou públicas), seja sob o regime de concessão (caso das emissoras privadas).

Faremos, pois, referência à *atuação* do Estado objetivando a efetividade da liberdade de expressão, o que alcança tanto a intervenção possível do aparelho oficial sobre a mídia privada até a efetiva execução (direta ou por concessionários) do serviço de comunicação social.

O campo de ação é amplo. Isto, porém, não impede que possamos reduzi-lo a, basicamente, dois modelos de atuações possíveis no interior de uma ordem jurídica democrática. É viável, assim, dizer que existem as atuações que atingem a propriedade dos meios de comunicação (de modo a garantir o pluralismo na transmissão de notícias e nos debates de ideias) e as que afetam o próprio conteúdo daquilo que é veiculado (de modo a preservar a qualidade de transmissão das informações relevantes perante a esfera pública).

3.3.4 Restrições à propriedade privada midiática

Uma primeira maneira possível de atuação sobre a propriedade dos meios de comunicação consiste na implementação do *modelo estatal* ou do *modelo público* de mídia, sendo de grande controvérsia a distinção entre ambas as expressões. Para autores como Bernardo Kucinski (2007, p. 1), *estatais* seriam as empresas de comunicação oficiais que teriam o escopo de divulgar campanhas de utilidade pública e de “[...] prover informação básica, precisa e acurada sobre os atos do governo”, ao passo que *públicas* seriam aquelas que, não sendo movidas pela busca do lucro, teriam “[...] a função de produzir informação jornalística, cultura, crítica e entretenimento movidos estritamente pelo interesse público”; para autores como Pedro Ortiz (2010, p. 89), por sua vez, as organizações *estatais* seriam as geridas e financiadas diretamente pelo Estado, ao passo que *públicas*, aquelas geridas mediante participação da sociedade e financiadas por múltiplas fontes, não apenas governamentais. Qualquer que seja a posição que se adote, ambos os modelos pressupõem alguma forma de participação do Estado (ainda que por meros incentivos financeiros) e a realização de serviço de comunicação social independente de fins lucrativos, apto a promover “[...] questões excluídas pelo sistema comercial mas que, ainda assim, são vitais para a autogovernança coletiva” (FISS, 2005, p. 107).

É desnecessário dizer que a implementação de modelo completamente administrado e custeado pelo Estado, que abranja até mesmo a

mídia impressa, consiste em medida autoritária, eis que encerra qualquer possibilidade de pluralismo na transmissão de informações. Por outro lado, o mesmo não pode ser dito em relação à parcial implementação de um modelo público ou estatal, corriqueiramente utilizado por países democráticos, especialmente em relação ao cinema, rádio e televisão, tendo como fundamento, segundo Habermas (2003b, p. 219-220), o fato de que “[...] a necessidade de capital pareceu tão grande e o poder jornalístico-publicitário tão ameaçador que [...] a organização dessas mídias foi desde o começo colocada sob a direção ou o controle do Estado.”

É na publicização ou estatização de parcela da mídia que se encontram exemplos como a France Presse, agência de notícias estabelecida no pós-guerra sob controle oficial francês, a partir da agência Havas (HABERMAS, 2003b, p. 220); e os jornais El Cambio (criado em 2008) de propriedade do Estado da Bolívia e El Ciudadano e El Verdadero (fundados respectivamente em 2008 e em 2010) de propriedade do Estado do Equador que, sem impedirem a concomitante atuação da imprensa privada, circulam com o intuito de fornecer informações independentes dos interesses mercadológicos da grande mídia empresarial (MORAES, 2011, p. 65-66). Encontram-se, neste mesmo quadro, as emissoras de rádio e televisão públicas e estatais, chamando especial atenção países europeus, como Portugal, que durante muitos anos adotaram o monopólio do Estado na exploração dos serviços de radiodifusão ou restringiram significativamente seu acesso à iniciativa privada.

Esse monopólio em emissoras de rádio e televisão configura modelo sujeito a críticas⁴³, especialmente por sua ineficácia na transmissão de ideias plurais perante a esfera pública, o que levou o seu abandono na maioria

⁴³ “O fato de o modelo europeu não ter perdurado, tendo praticamente todos os países em questão aberto espaço a emissoras comerciais que alcançaram parcelas representativas da audiência, sugere que a idealização da radiodifusão pública é equivocada. [...] A própria população demonstrava certo grau de insatisfação com a falta de opções que um controle centralizado tendia a gerar, assim como o uso político do poder derivado desse monopólio. A multiplicação de emissoras clandestinas de baixa potência ou que realizavam transmissões a partir de embarcações é um reflexo disso, assim como os níveis de audiência alcançados por emissoras comerciais quando autorizadas a funcionar.” (FARACO, 2009, p. 228-229).

dos países que o adotaram. Tal medida, contudo, não apresenta por si só caráter autocrático, pois o espectro de radiofrequência é um bem público, não pertencente aos particulares.

De toda forma, a presença de emissoras desprovidas de finalidades lucrativas concomitantes a emissoras empresariais é realidade de considerável parcela das democracias ocidentais. Incluem-se aí, além dos países europeus, nações como os Estados Unidos da América, que criaram uma entidade privada sustentada por recursos federais, chamada Corporation for Public Broadcasting (CPB), responsável pelo financiamento de programas disponíveis a empresas não comerciais (FARACO, 2009, p. 616); incluem-se, também, modelos locais do subcontinente latino-americano, como a Venezolana de Televisión (VTV), transferida na década de 1970 ao controle do Estado a partir da emissora comercial Cadena Venezolana de Televisión (CVTV) (FREITES, 1981, p. 616), e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que desde 2007 administra a TV Brasil; inclui-se, por fim, a empresa Televisión del Sur (Telesur), criada em 2005 sob a ideia da necessidade de integração latino-americana pela divulgação de discurso alternativo ao das corporações midiáticas, com a participação dos Estados venezuelano, nicaraguense, equatoriano, cubano, argentino e boliviano (MORAES, 2011, p. 75).

Evidentemente, se falamos em empresas públicas ou estatais de comunicação, devemos reconhecer a necessidade de controle sobre estas organizações. Neste caso, a fiscalização não só deve ser realizada em decorrência do uso de verbas públicas, mas principalmente na garantia do exercício da liberdade de expressão, que, em que pese a ameaça do poder econômico que deu ensejo à atuação estatal, não pode albergar-se sob o monopólio oficial da transmissão de ideias oficiais. É o que se encontra na British Broadcasting Corporation, a conhecida BBC britânica, financiada via tributação específica (a *TV License*) e comandada por 12 diretores -escolhidos pela Secretaria de Cultura, Mídia e Esportes e aprovados pela Rainha -,

responsáveis por ditar os rumos da empresa, independente de qualquer ingerência governamental⁴⁴.

Além da implementação de um modelo desprovido de fins empresariais, é viável ainda ao Estado promover outras formas de atuação na propriedade que objetivem assegurar a esfera pública contra o poder do capital das corporações. Nesses termos, encontra-se a implementação do chamado *direito de antena*, no qual se impõe, a organizações lucrativas de comunicação, o dever de cederem programação de seu domínio para a divulgação de demandas e pontos de vista de determinados grupos oriundos da sociedade civil (COMPARATO, 2010, p.1); encontram-se as políticas públicas que visam combater a propriedade cruzada nos meios de comunicação em uma área específica ou em todo território de um Estado; encontram-se também as atuações governamentais que simplesmente controlam a dimensão das empresas de comunicação em determinado espaço; encontram-se, por fim e para não nos alongarmos em demasia, as políticas de incentivo à sobrevivência de empresas de menor porte.

Os exemplos de atuações como as acima mencionadas não são poucos. Os Estados Unidos da América merecem, porém, destaque especial, na medida em que se trata de potência econômica cujo liberalismo revelou-se mais resistente⁴⁵.

Mencionada resistência, porém, não cedeu à necessidade de se colocar freio à concentração midiática como forma de garantir o interesse público. Com base nesta constatação é que desde 1943 – período posterior à implementação do *New Deal* e da consequente quebra do dogma da inação estatal do liberalismo ortodoxo – existem normas que buscam enfrentar a estrutura oligopolista da mídia no território estadunidense. Tal ordenamento

⁴⁴ Daí a afirmação de Laurindo Lalo Leal Filho (2008, p. 1) de que “a BBC, com todas as possíveis críticas que possa fazer (e ela é seguidamente criticada, especialmente dentro do Reino Unido), ainda é o modelo mais bem acabado de serviço público de radiodifusão que existe no mundo. Mantida pelo público e por ele controlada de perto através de mecanismos institucionais eficientes, a BBC consegue prestar um serviço de radiodifusão reconhecido mundialmente por sua qualidade.” As críticas mencionadas por Leal Filho sobre a emissora considerada como verdadeiro padrão a ser seguido, evidenciam que o próprio caráter contraditório dos interesses em confronto nas dinâmicas políticas e sociais torna de difícil concretização o modelo ideal de mídia pública absolutamente neutra.

⁴⁵ V. item 3.2.3.

normativo é assim sistematizado por Venício de Lima (2006, p. 97-98): a) a Duopoly Rule, que impede o controle por um concessionário de mais de uma emissora do mesmo tipo e do mesmo mercado; b) a One-to-a-Market Rule, que proíbe o controle de um mesmo concessionário de mais de uma emissora de televisão em VHF ou uma combinação de emissoras de rádio AM/FM; c) a Cross-Ownership Rule, que veda as concessões de emissoras a pessoa física ou jurídica, que já seja proprietária ou que controle ou opere diário impresso na mesma região geográfica; d) a Multiple Ownership Rule, que torna defeso o controle de emissoras de rádio e televisão acima de determinados limites percentuais de alcance de domicílios no mercado nacional de televisão; e) as normas de controles das redes, como as de natureza antitruste, que, exemplificadamente, tutelam o produtor independente por intermédio da limitação para a produção e para distribuição destes programas pelas redes de televisão.

Se há robusta atuação estatal sobre o domínio midiático na nação vista como baluarte dos ideais liberais, o que dizer de outros países cuja implementação do *Welfare State* deu-se de maneira menos traumática. Em tal aspecto, situam-se, por exemplo, o direito de antena consagrado nas vigentes constituições espanhola e portuguesa (COMPARATO, 2010, p. 1); a tentativa de a Comissão Europeia impor o limite da propriedade dos meios de comunicação em 30% no âmbito de cada mídia e de 10% para todos os meios de comunicação combinados (em conformidade à medição de audiência); e a política de países como Noruega e Suécia de conceder subsídios estatais a jornais de menor porte, visando o seu fortalecimento frente às grandes corporações (FARACO, 2009, p. 108 e 116). Na América do Sul, destaca-se o caso da denominada Ley de Medios da Argentina, aprovada em 2009, que, dentre outras medidas, limitou as licenças para exploração de serviços audiovisuais (10 concessões, por empresa, em TV aberta ou a cabo) e repartiu o espectro destinado ao rádio em três partes igualmente divididas entre iniciativa privada, entidades sem fins lucrativos e Estado, levando autores como Dênis de Moraes (2011, p. 90) a afirmar que se trata de “[...] marco histórico e referência internacional em termos de legislação antitruste.”

3.3.5 Restrições sobre o conteúdo

Problema de maior complexidade é o controle que recai sobre o próprio conteúdo oferecido pelos meios de comunicação em geral, na medida em que, na maior das vezes, exige certo grau de subjetividade por parte do responsável em verificar se aquilo que é transmitido ou divulgado configura ou não ato impróprio ao interesse público.

Essa circunstância, porém, não impede que exista certa atuação sobre o conteúdo transmitido pela mídia. A própria posituação da liberdade de expressão nos primeiros documentos liberais – da França ao Brasil e dos Estados Unidos da América à Venezuela – não isentou o responsável pelo veiculado à responsabilização *a posteriori* por eventuais danos à honra de terceiros.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e o aumento de seu poder perante a sociedade – subtraindo “[...] a inocência do princípio da publicidade” (HABERMAS, 1990, p. 10) - apenas corroborou a necessidade de se impor ao responsável pelas matérias veiculadas o dever acima mencionado, abstendo-se de proceder a condutas consideradas caluniosas, difamatórias ou injuriosas.

Não por outro motivo é que documentos internacionais que tratam da liberdade de expressão fazem perdurar essa velha tradição, de maneira, até mesmo, mais elaborada. É o caso da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969, art. 13), do qual Venezuela e Brasil são signatários, que prevê a responsabilização ulterior que assegure o respeito aos direitos e à reputação das demais pessoas, bem como a proteção da segurança nacional, da ordem pública, da saúde e da moral públicas. Este documento, ademais, faculta a elaboração de lei que determine a *censura prévia* reguladora do acesso de crianças e adolescentes aos espetáculos públicos e impõe a promulgação de lei que proíba a propaganda da guerra e a apologia ao ódio nacional, racial ou religioso e que leve à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

No mesmo sentido, encontra-se a expressa regulação do conteúdo das comunicações proporcionada pela vigente Constituição venezuelana (1999, art. 58º), que determina a transmissão de informações adequadas ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Situa-se, da mesma maneira, a regulação das emissoras de rádio e televisão dada pela Constituição Federal brasileira em vigor (1988, art. 221), que exige a preferência à programação de fins educativos, artísticos, culturais e informativos; que promova a cultura do país e das diversas regiões, com estímulo à produção independente; que regionalize a produção cultural, artística e jornalística e que respeite os valores éticos e morais da pessoa e da família.

As normas acima mencionadas, como se vê, não impedem as empresas e os cidadãos de transmitirem e receberem as informações relevantes à esfera pública. Limitam-se a vedar ofensas a valores essenciais à sobrevivência de qualquer democracia.

3.3.6 A atuação do Estado nas concessões

Interessante notar que textos normativos como a Constituição Federal do Brasil dirigem a imposição de conteúdo educativo, artístico, cultural e informativo, não a qualquer espécie de mídia, mas às emissoras de rádio e televisão. Não foi feito, neste aspecto, qualquer referência aos impressos ou a eventuais novas mídias, como a rede mundial de computadores, que iria popularizar-se após 1988.

O motivo para essa referência restrita não ocorre devido a alguma peculiaridade existente no Brasil. Deve-se, na verdade, ao fato de as emissoras comerciais de rádio e televisão fazerem uso de um bem público, o já mencionado espectro de radiofrequência, de possibilidade limitada de uso, de modo a ter sua disponibilidade restrita somente aos beneficiários de *concessões públicas*.

Se as emissoras de rádio e televisão privadas são concessionárias, torna-se imperioso que se tenha noção do *regime jurídico* das

concessões, o que pode ser obtido a partir da definição formulada por Celso Antônio Bandeira de Mello (2007, p. 686):

Concessão de serviço público é o instituto através do qual o Estado atribui o *exercício* de um serviço público a alguém que aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se *pela própria exploração do serviço*, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço.

Importante perceber que quando o citado autor fala que a remuneração do concessionário se dá *em geral* por tarifas cobradas do usuário, ele está a admitir que se trata de regra submetida à exceção. Conforme suas palavras (MELLO, 2007, p. 687), “é o que sucede nas concessões de rádio e televisão (radiodifusão sonora ou de sons e imagens), em que o concessionário se remunera pela divulgação de mensagens publicitárias cobradas dos anunciantes.”

Em tais concessões, há, pois, um vínculo regrado por normas submetidas ao regime jurídico de direito administrativo, no qual o aparelho estatal outorga a um particular o exercício do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, que, por sua vez, recebe remuneração por anúncios publicitários. Repare-se que a outorga limita-se ao mero *exercício* da atividade: o *titular* do serviço continua a ser o Estado⁴⁶.

Consequentemente, o proprietário de uma emissora de rádio ou de televisão deve prestar o serviço cujo exercício lhe foi concedido em conformidade ao interesse público, que, no caso brasileiro, por exemplo, está indicado no artigo 221 da Constituição Federal. Por outro lado, não há como ignorar o intuito lucrativo do particular que explora sua atividade, que se deve fazer presente na remuneração obtida nas mensagens publicitárias que divulga, facilitado pelos índices de audiência apurados em sua programação. Daí, sua liberdade de veicular conteúdo que atraia o espectador – e por

⁴⁶ “Só as pessoas de natureza pública podem ser titulares, ter como próprias as atividades públicas. Um particular jamais poderá reter (seja pelo tempo que for) em suas mãos, como senhor, um serviço público. Por isso, o que se transfere para o concessionário – diversamente do que ocorre no caso das autarquias – é tão-só e simplesmente o *exercício* da atividade pública” (MELLO, 2007, p. 695).

consequência anunciante -, limitada ao atendimento dos interesses da sociedade.

Ao realizar um serviço de titularidade estatal, a emissora de rádio ou televisão deve ainda ater-se às finalidades e aos fundamentos do Estado concedente, normalmente previstos constitucionalmente. Desta forma, uma empresa de radiodifusão sonora ou de sons e imagens venezuelana tem de observar em sua programação os fins estatais previstos na Constituição de seu país (1999, art. 3º), que consistem na defesa e no desenvolvimento da pessoa e o respeito à sua dignidade, no exercício democrático da vontade popular, na construção de uma sociedade justa e apreciadora da paz, na promoção da prosperidade e do bem estar e na garantia do cumprimento das normas constitucionais; da mesma maneira, uma empresa brasileira desta espécie deve veicular conteúdo atentando-se que a Constituição (1988, art. 1º) impõe como fundamentos do Estado, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como o pluralismo político.

Se há tantos deveres, é forçoso reconhecer necessariamente a produção de efeitos pelo seu descumprimento. É possível, neste sentido, que o Estado-concedente e titular do serviço aplique sanções pecuniárias ao concessionário-infrator; é possível também que imponha pena de suspensão da prestação do serviço concedido; por fim, é possível, em casos de maior gravidade, que não renove a concessão (se findo o prazo) ou, até mesmo, extinga o contrato antes do término de vigência:

[...] tendo em vista que a concessão, conforme reiteradamente se vem lembrando, não é senão uma técnica através da qual o Poder Público visa a obter o melhor serviço possível no interesse dos administrados, compreende-se que a este caiba o poder de retomar o serviço sempre que o interesse público o aconselhar, ou seja: quando concorram poderáveis razões de conveniência e oportunidade ou por inadimplência do concessionário. Tal providência, mero corolário do princípio teórico *retro* assinalado de que o serviço nunca é transferido, mas simplesmente se transfere seu exercício, responde a um elementar *direito* do concedente, ínsito com a própria natureza do instituto e irrenunciável pelo Poder Público (MELLO, 2007, p. 715).

É evidente que ante o papel dos meios de comunicação na promoção de uma esfera pública esclarecida, os critérios de oportunidade, de conveniência e de rescisão contratual por inadimplemento acima aludidos,

devem ser tomados com cautelas maiores do que em outras espécies de concessões, a fim de que não sejam utilizados como forma de impor o monopólio estatal na transmissão de ideias. Por isso, a possibilidade de tais medidas não serem providenciadas exclusivamente por agentes do sistema político, mas por representantes da sociedade civil eleitos para acompanhar os trabalhos das concessionárias e do próprio Estado (em emissoras estatais ou públicas), no que se conhece como *controle social* (LIMA, 2010, p. 117-119). Seja a quem for dada a atribuição de praticar resoluções como essas, ante a sua gravidade, faz-se necessário que preliminarmente observe-se o *devido processo legal*, proporcionando ao interessado oportunidade de apresentar defesa em processo (administrativo ou judicial) regular.

É partindo dos pressupostos acima colocados que diversos países já extinguiram concessões de emissoras de rádio e televisão, sem que suas democracias tenham sido seriamente questionadas. São casos como – de acordo com Altamiro Borges (2009, pp. 97-98) – das 141 concessões extintas entre 1934 e 1987 pelo Conselho Federal de Comunicações dos Estados Unidos da América, da extinção da concessão de TV católica pelo governo espanhol em 2005 e da retirada, no mesmo ano, pelo governo francês do direito da emissora TF1 transmitir sua programação pelo fato desta ter negado a existência do Holocausto.

Conceder, pois, a um proprietário de emissora de rádio e televisão, o direito de explorar uma concessão do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens não significa que lhe seja emitido um cheque em branco para, por meio da programação de sua emissora, veicular o que for de seu exclusivo interesse. Pode divulgar sua ideologia e seus pontos de vista, em conformidade à liberdade de expressão e ao consequente direito da sociedade em receber informações plurais e independentes. Não pode, porém, fazer uso deste direito, para, na realização de um serviço público, fomentar condutas incompatíveis aos fins e aos fundamentos do Estado concedente.

3.4 A situação da Venezuela e do Brasil

Ante o quadro teórico exposto, verificamos que a não renovação da concessão de uma emissora como a RCTV pelo governo venezuelano não configura, *por si só*, medida arbitrária, podendo, pelo contrário, estar amparada por ordenamento jurídico que consagra a liberdade de expressão como direito coletivo. Por outro lado, a ausência de regulação sobre os meios de comunicação oligopolistas empregada pelo governo brasileiro não leva *necessariamente* um país ao aprofundamento democrático, podendo, ao revés, configurar grave violação ao dever estatal de agir na implementação de direito fundamental.

Tais ilações eminentemente normativas evidenciam o caráter anacrônico da ortodoxia liberal discursada pela grande mídia quando da análise do caso da RCTV, a qual, como visto, considerou ilegítima a mera opção oficial de agir sobre um meio de comunicação - independente da motivação do ato -, como se vivêssemos sob a égide do Estado construído no período imediatamente posterior às revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. Isso, porém, não significa que as conclusões alcançadas tenham logrado solucionar todos os problemas que trouxemos à discussão no início deste trabalho. É que a atuação do Estado sobre mencionada concessionária sucedeu em um país como a Venezuela, politicamente protagonizado por grupos governistas e opositores (incluindo-se, nestes últimos, a grande mídia empresarial) nem sempre propensos ao diálogo democrático; por outro lado, a abstenção estatal sobre a atividade midiática ocorre em um país como o Brasil, onde os conflitos hegemônicos não têm ensejado qualquer espécie de sublevação golpista neste início de século XXI.

Resta, então, apurar se a ação governamental venezuelana realmente encontra amparo nas tendências do constitucionalismo contemporâneo ou consiste em mera estratégia para a exclusão dos opositores ao direito à palavra (tal como ocorreu no Leste Europeu durante a Guerra Fria) e se a omissão governamental brasileira de fato configura grave ofensa ao dever estatal de efetivar direitos ou constitui a opção política que melhor se coaduna à almejada estabilidade da democracia.

Para solucionar essas questões, advém a necessidade de procedermos a exame detido, focado nas específicas conjunturas institucional e social da Venezuela e do Brasil. Por testemunharem *casos extremos de atuação e de não atuação estatal* sobre os meios de comunicação, ambos os países podem nos indicar, com clareza, as possibilidades, os limites e os efeitos da implementação de políticas públicas aptas a efetivar a liberdade de expressão como instrumento democrático. É o analisado nos capítulos a seguir expostos.

4. A ATUAÇÃO NA VENEZUELA

4.1 Considerações preliminares

A tarefa ora proposta leva-nos a realizar uma *análise comparada* das políticas públicas de comunicação social empregadas na Venezuela e no Brasil.

No presente capítulo, nossa preocupação consiste na Venezuela. Cuida-se do país ora governado por Hugo Chávez, responsável pela implementação de audaciosas medidas incidentes sobre a mídia, oficialmente justificadas pela necessidade de efetivar a liberdade de expressão e de aprimorar a democracia local.

Para compreender tais medidas, volvemos aos anos de 1950, mais especificamente ao período do término da ditadura de Marcos Pérez Jiménez e da institucionalização de um regime formalmente democrático que perdurou por várias décadas, coincidente ao processo de estruturação na propriedade privada dos meios de comunicação até hoje existente. Em seguida, examinamos a *refundação* do Estado liderada pelo governo chavista, simbolizada pela promulgação de nova Constituição, sob um processo que provocou sérias resistências de determinados grupos, cujo ponto culminante foram as tentativas de golpe ocorridas em 2002 apoiadas pela RCTV. A partir daí, examinamos as políticas públicas visando a democratização da mídia, proporcionando especial atenção ao caso paradigmático da não renovação da referida concessão pública e as consequências sociais e políticas desta providência.

Concluídas todas essas etapas, podemos, no capítulo seguinte, analisar a situação brasileira em confronto ao quadro venezuelano.

4.2 Do Pacto de Punto Fijo ao advento da socialismo bolivariano

4.2.1 Para compreender a figura de Chávez

Nesse início de século XXI, não há como estudar as políticas públicas implementadas na Venezuela sem se ater à figura do seu presidente, Hugo Rafael Chávez Frias. Eis um chefe de Estado que, desde que assumiu o exercício da função no ano de 1999, tem chamado para si a atenção nas relações políticas, mormente pela postura de confronto contra os atores – venezuelanos ou não – que enxerga como adversários do *socialismo bolivariano* que diz pretender implementar no país.

A primeira impressão que pode vir à mente de quem analisa essa realidade é a associação da figura chavista à tradição *caudillista* latino-americana. De fato, a imagem do protetor enérgico sobre o povo submetido à insegurança de um Estado historicamente ausente e deficientemente estruturado, e que, conforme Alain Rouquié (1991, p. 218), impõe sua lei, “[...] quer esmagando pelas armas os feudais turbulentos, quer assentando sua empresa centralizadora numa rede de vassalos”, aparentemente amolda-se perfeitamente ao discurso e à ação de Chávez. Neste sentido, o presidente da Venezuela nada mais representaria senão uma versão atual do *caudillo* Cipriano Castro, que governou autocraticamente o país no período de 1899 a 1908, como redentor de uma nação politicamente instável e esfacelada por estruturas regionais de poder.

O fato de Chávez apresentar um discurso socialista não eliminaria essa associação. A figura do herói revolucionário e guardião do povo oprimido pelo capitalismo periférico da América Latina e pelo imperialismo dos Estados Unidos da América não consiste em novidade na história do subcontinente. Na verdade, em pleno auge da Guerra Fria fez-se presente em Cuba - a poucos quilômetros, portanto, do sul da Flórida – cujo líder Fidel Castro, apesar de ter alcançado o poder sob a inspiração revolucionária leninista, externava uma imagem heróica e guardiã, segundo

Alain Rouquié (1991, p. 219), nada semelhante à apresentada pelos burocratas que dirigiam o Partido Comunista soviético no mesmo período histórico:

Na mesma ordem de idéias, pode-se dizer que o líder marxista-leninista em que se transformou Fidel Castro não se parece em nada com os secretários-gerais burocráticos e intercambiáveis do modelo soviético, mas que o chefe da Revolução Cubana se inscreve na tradição *caudillista* continental. Cita-se, geralmente, para apoiar essa opinião, tanto a coragem como a presença física do Comandante, que conquistou o governo pela luta armada, como papel desempenhado em seu regime por alguns membros de sua família ou de seu círculo imediato (seu irmão Raul era, aliás, o número dois da hierarquia oficial e sucessor designado).

A presença de suposto *caudillo* em pleno século XXI em uma América Latina que, desde os primeiros anos de sua independência política, quis parecer moderna – segundo os padrões da racionalidade europeia absorvidos pelas elites locais⁴⁷ – não poderia passar ilesa a críticas contundentes⁴⁸. Pareceria estar a Venezuela condenada ao governo de um homem que se apresenta acima das instituições e da ordem jurídica, que por um capricho pessoal não teria renovado a concessão de uma emissora de televisão da importância da RCTV. Tudo isso, em detrimento da objetividade e da impessoalidade, imprescindíveis ao governo “[...] da lei identificada como a voz da razão” (BOBBIO, 1999, p. 96).

Sucede que o problema não é tão singelo quanto aparenta. A compreensão dos efeitos para a liberdade de expressão e para a democracia das políticas públicas implementadas por Chávez não requer apenas a análise isolada de discursos passionais e de medidas aparentemente autocráticas. Demanda, acima de tudo, a investigação dos fatores que o levaram ao poder e o novo modelo institucional implementado no país sob sua liderança, e que,

⁴⁷ “Para a América e, em particular, para a atual América Latina, no contexto da colonialidade do poder, esse processo implicou que, à dominação colonial, à racialização, à reidentificação geocultural e à exploração do trabalho gratuito, fosse sobreposta a emergência da Europa Ocidental como o centro do controle do poder, como o centro de desenvolvimento do capital e da modernidade/racionalidade, como a própria sede do modelo histórico avançado de civilização” (QUIJANO, 2005, p. 23).

⁴⁸ Afirma Celso Lafer (2009, p. A-2), por exemplo, que a Venezuela atualmente encontra-se submetida a “[...] um regime voltado para o fortalecimento do Poder Executivo e o concomitante enfraquecimento dos vínculos e controles da sociedade; que fomenta a hiperpersonalização do poder do chefe; que adota a estratégia de buscar consenso em torno de fórmulas demagógicas neopopulistas e se assume como uma esquerda voltada para as vítimas da globalização. É uma autocracia eletiva, e não uma democracia.”

no final, ensejaram a execução de contundentes medidas no campo das comunicações.

4.2.2 A Venezuela pré-Chávez e a democracia clientelista

Investigar os elementos que ensejaram o triunfo de Chávez à presidência venezuelana significa voltar ao tempo em que o país ostentava uma conjuntura política aparentemente virtuosa.

De fato, há cerca de 30 anos, dificilmente imaginaríamos que a Venezuela teria a legitimidade de seu sistema político tão questionada como nos dias atuais. Enquanto considerável parcela dos vizinhos sul-americanos procurava superar regimes ditatoriais advindos de golpes militares, os venezuelanos esbanjavam a vivência de uma democracia aparentemente sólida, exprimida pela polarização eleitoral entre dois partidos políticos e sob uma política externa que priorizava as relações bilaterais com os norte-americanos em detrimento dos países do subcontinente⁴⁹.

Essa suposta solidez da democracia que antecedeu a Chávez teve origem na queda da ditadura de Marcos Pérez Jiménez em 1958 e na imediata celebração de um acordo político conhecido como Pacto de Punto Fijo. Por intermédio deste ajuste, alguns grupos –liderados pelo partido social democrata Acción Democrática (AD) e pelo partido democrata cristão Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI) – concordaram na instituição de regras de convivência e de alternância do poder e excluíram a possibilidade de ascensão de agremiações minoritárias como o Partido Comunista. Com tal acordo, montou-se, nas palavras de Rafael Duarte Villa (2005, p. 154), uma “[...] sólida engenharia institucional que perduraria por cerca de trinta anos [...]”, apoiada nos seguintes elementos constitutivos: a) bipartidarismo formado por mínimas distinções ideológicas entre a AD e o COPEI, permitindo que ambos os grupos se alternassem no poder por três

⁴⁹ Ainda que tenha havido adesão do país em tentativas de integração regional, como na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (1960) e na Comunidade Andina das Nações (1974).

décadas; b) elevado grau de institucionalização partidária, não havendo espaço para líderes ambiciosos, sectarismo ou polarização de embates; c) enraizamento dos dois partidos em múltiplos setores da sociedade, ainda que seus principais quadros tivessem origem na classe média; d) priorização à disciplina partidária; e) incorporação ao Estado de partidos políticos de menor porte em cargos de segundo escalão, além da cooptação de outros atores politicamente relevantes, como sindicatos (por intermédio da Central de Trabajadores da Venezuela, a CTV), empresários (por meio da Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela, a FEDECÁMARAS), forças armadas e igreja (VILLA, 2005, p. 154-155).

A *engenharia institucional* acima aludida ganhou contorno jurídico com a promulgação da Constituição de 1961, documento que, segundo Edgardo Lander (2007, p. 66), promoveu “un modelo de Estado que podría normativamente ser caracterizado como socialdemócrata y desarrollista”, na forma do *Welfare State*. No âmbito de um sistema político que não permitia maiores embates, esta Carta Constitucional restringia a participação popular na tomada de decisões, a ponto de não impor, nem mesmo, eleições diretas para governadores dos Estados membros⁵⁰.

Essa reduzida possibilidade no exercício do sufrágio não foi a única limitação do regime antecedente a Chávez. Havia também a abundante distribuição da renda da principal fonte de sustento do país, o petróleo, em favor dos atores cooptados pelo aparelho estatal, “[...] fato este que inibiu qualquer possibilidade de crítica sobre as conseqüências futuras do modelo clientelista de conciliação então adotado” (VILLA, 2005, p. 154).

Em um ambiente de fartura de recursos alimentados pela alta do preço do petróleo e pelo barateamento do capital externo da década de 1970 (THORP, 1998, p. 223) – responsáveis por levar quase toda a América Latina a um robusto crescimento econômico - a ineficácia na gestão

⁵⁰ É o que constava no artigo 22º da Constituição de 1961: La ley podrá establecer la forma de elección y remoción de los Gobernadores, de acuerdo con los principios consagrados en el artículo 3º de esta Constitución. El respectivo proyecto deberá ser previamente admitido por las Cámaras en sesión conjunta. Por el voto de las dos terceras partes de sus miembros. La ley respectiva no estará sujeta al veto del Presidente de la República. Mientras no se dicte la ley prevista en este artículo, los Gobernadores serán nombrados y removidos por el Presidente de la República [...].”

clientelista de bens e serviços públicos não era externada em números. Pelo contrário, estes mostravam uma melhoria geral na qualidade de vida da população, alcançando seu auge sob o primeiro mandato de Carlos Andrés Pérez na presidência da república (1974-1979), responsável pela instituição da estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), criada com o objetivo de possibilitar a maior participação do Estado na receita petrolífera. Essa abundância, como anotado por Edgardo Lander (2007, p. 67), fez instalar no imaginário coletivo a ilusão de se habitar em país próspero, que poderia viver permanentemente da repartição da renda petrolífera por um Estado que limitava a autonomia da esfera pública.

4.2.3 A mídia oligopolista e a subserviência da esfera pública

Diante desse quadro, não havia como se esperar o êxito da população venezuelana na promoção de debates autônomos e aptos a efetivar sua influência na tomada das decisões essenciais ao destino do país. O que se tinha, pelo contrário, era a sua incapacidade de formar um saber próprio e alternativo aos sistemas oficial e econômico, tornando-a submissa a distorções realizadas pela grande mídia, tal como prognosticado por Habermas⁵¹. E o Estado venezuelano, modelado pela Constituição de 1961, teve papel fundamental para a formação desta realidade, expandindo o clientelismo na estruturação dos meios de comunicação.

É bem verdade que a história da mídia local não parte do sistema juridicamente montado em 1961. Os anos de fundação de dois dos principais jornais do país - o El Universal (mantido pelos herdeiros do poeta Andrés Mata, fundador da empresa em 1909) e El Nacional (gerenciado pelos herdeiros de Enrique Otero Vizcarrondo, seu fundador em 1943) – revelam,

⁵¹ Segundo Habermas (2003a, p. 113), “quando tomamos consciência da imagem difusa da esfera pública veiculada pela sociologia da comunicação de massa, que parece submetida ao poder e à dominação dos meios de comunicação de massa, cresce nosso ceticismo com relação às chances de a sociedade civil vir a exercer influência sobre o sistema político. Todavia, tal situação vale somente para uma *esfera pública em repouso*”, que, pela narrativa exposta, era o caso da Venezuela submetida à cooptação de organizações populares e ao clientelismo oficial.

por si só, que a narrativa histórica da atuação da mídia venezuelana pode partir de pontos mais remotos. Se ainda levamos em conta os primeiros jornais amadores, temos de retornar ao século XIX, onde a imprensa “[...] fue forjadora de opiniones políticas, vehículo del saber de la época y cátedra de civismo ejemplar” (FREITES, 1981, p. 607).

Sem embargo dessas circunstâncias, a realidade é que os representantes dos sistemas econômico e político beneficiados pelo clientelismo montado pelo *puntofijismo* souberam utilizar os principais meios de comunicação privados como instrumentos de consolidação de sua hegemonia. Para isso, tais elites lograram a adesão da grande mídia ao regime então vigente, cooptando-a.

No caso dos meios escritos, essa adesão se deu mediante a divulgação de informações e ideias acríticas ao modelo, ocultadas sob o manto do velho discurso da objetividade e da imparcialidade. Observa, a respeito, Ernesto de Carmona Ulloa (2004, p. 121) que:

Hasta que se agudizó la polarización social en Venezuela, su periodismo fue una suerte de “modelo democrático” para todo el continente. Supo guardar las apariencias de “imparcialidad” y “objetividad” mientras sus “diarios madre”, como *El Nacional* y *El Universal* nunca comprometían su propia opinión. Se la guardaban. No existía el editorial, un espacio con la voz directa y franca del periódico, sino que una página de redacción ofrecía el arco iris de las ideas de la sociedad, desde la izquierda a la derecha, frente a cualquier tema o conyuntura.

A contraprestação a esse trabalho consistiu na manutenção do domínio sobre o mercado dos diários El Nacional e, principalmente, El Universal, sendo este último então considerado “[...] la más poderosa empresa de los medios impresos, por su capital e por su influencia” (FREITES, 1981, p. 610). Mencionada circunstância não foi alterada nem mesmo com o crescimento econômico sucedido no auge da renda petrolífera na década de 1970, o qual veio desacompanhado do desenvolvimento estrutural na propriedade sobre a imprensa escrita, perdurando o verdadeiro *duopólio* em favor dos jornais citados (ULLOA, 2004, p. 124).

Enquanto a mídia impressa teve sua estrutura *mantida*, a propriedade sobre a mídia eletrônica – em especial as emissoras de televisão – teve sua estrutura *construída* pelo esquema então vigente. É que o regime

anterior havia feito opção pela prevalência do modelo estatal como estratégia de legitimação do governo ditatorial de Pérez Jiménez (MARINGONI, 2010, p. 163), implementando o modelo privado de forma apenas subsidiária, via fundação da Televisa Venezuela e da Radio Caracas Televisión (RCTV) em 1953.

Foi com a entrada em vigor da democracia bipartidária que as emissoras comerciais passaram a exercer papel prevalecte sobre as estatais. Marco fundamental para isso foi o apoio dado pelo então presidente do país, Rómulo Betancourt (AD), à aquisição da Televisa Venezuela em 1960 por Diego Cisneros.

Diego era um cubano que chegou ao solo venezuelano em 1928, responsável pela criação da Organização Cisneros. Onze anos depois de ingressar no país, começou a fazer fortuna com a obtenção da concessão da Pepsi Cola Internacional da Venezuela. Em 1960, expandiu seus negócios para a área das comunicações, fundando, em substituição à empresa Televisa, a concessionária Venevisión, que encerrou o século passado obtendo em média 30% da audiência nacional, conforme noticiado por empresa de medição (AGB VENEZUELA, 2000, p. 1). Com esse poder conquistado, o grupo Cisneros teve a possibilidade de ampliar seus investimentos, estendendo sua influência para além da televisão, alcançando as rádios pela fundação em 1997 de uma das principais emissoras venezuelanas, a FM Center. Ao longo dos anos, o grupo adquiriu ainda o controle acionário da emissora paga Venevisión Internacional, da provedora de conteúdo espanhol veiculado em canais latinos dos Estados Unidos Univision Communications Inc., da companhia de telefonia móvel Movida, da empresa de meios e entretenimento Claxson Interactive e da distribuidora de sinal via satélite DirecTV Latin América. Além disso, o grupo teve participação em estações de televisão na América Latina e Caribe (ChileVisión e Caribbean Communications Networks), em franquias da locadora Blockbuster e da Apple Computer Inc., e em filial da operadora de telefonia móvel AT&T. Tamanha a expansão global de seus negócios que, no final do século passado, 80% das atividades do grupo concentravam-se fora da Venezuela (ULLOA, 2004, p. 157-158; ROVAI, 2007, p. 157).

A RCTV também se expandiu após a instauração do clientelismo bipartidário. Sob a direção da Organização IBC, a pequena emissora da época ditatorial de Pérez Jimenez soube tirar proveito do modelo privado que passou a predominar no país, transformando-se em um robusto empreendimento que, no final do século XX, obteve em média 32% da audiência nacional, conforme divulgado em informe de empresa de medição (AGB VENEZUELA, 2000, p. 1). Todo este vigor permitiu que o grupo mantivesse e estendesse suas atividades em outros ramos das comunicações, controlando ou detendo parte do controle de importantes estações de rádio - como a Radio Caracas Radio (no ar desde 1930), a 92.9 TuFM e a Rumbera Network (criadas, respectivamente, em 1989 e em 1994) - e influenciando ainda na produção de livros e na indústria de espetáculos e de publicidade (ULLOA, 2004, p. 133).

No período final de vigência do Pacto de Punto Fijo, outras emissoras de televisão de cobertura nacional foram criadas, como a transmissora de programação variada Televen (1988), a especializada em telejornalismo Globovisión (1994) e a veiculadora de programação esportiva Meridiano Televisión (1999). Tal circunstância, porém, não eliminou o verdadeiro *duopólio televisivo* (ULLOA, 2004, p. 113) em favor da Organização Cisneros e da Organização IBC, a ponto de, em 2006, ano anterior à medida da não renovação da concessão RCTV, ambas auferirem sozinhas 75% dos rendimentos brutos de todas as emissoras do país (VENEZUELA, 2007a, p. 26).

Essas circunstâncias não querem dizer que não tenha existido conflitos entre tais organizações e as elites que exerciam o domínio sobre o sistema estatal. Durante a vigência do Pacto de Punto Fijo, a própria RCTV foi obrigada em algumas ocasiões a suspender sua programação por determinação oficial, acusada de divulgação de notícias falsas (1976), de sensacionalismo (1980) e de pornografia (1981) (MORAES, 2011, p. 148). Eventos como esses, porém, jamais levaram as emissoras privadas de televisão a deixar de colaborar na formação do consenso favorável ao regime,

veiculando, como contraprestação ao arcabouço construído, programação acrítica ao modelo democrático na época implantado⁵².

Eis a herança deixada pelo clientelismo. A atribuição de promover medidas positivas visando a implementação de direitos fundamentais - concedido ao Estado por uma Constituição consagradora de direitos coletivos inerentes ao *Welfare State* - foi utilizada para a promoção de estrutura oligopolista nos meios de comunicação; que, nesta condição, fortaleceram seu poder de, na expressão de Habermas (2003b, p. 221), *cunhar o raciocínio* dos cidadãos em favor de interesses hegemônicos do sistema e em prejuízo da autonomia de uma esfera pública anestesiada pela renda fácil do petróleo.

4.2.4 A crise do modelo bipartidário e a ascensão de Chávez

As décadas de 1980 e de 1990 correspondem ao espaço de tempo em que a democracia bipartidária venezuelana entrou em crise. Trata-se exatamente do período de queda duradoura dos preços internacionais do petróleo e do advento da *crise da dívida* da América Latina⁵³, fatores que diminuíram substancialmente os rendimentos do Estado. Esta nova circunstância deveria ter freado a prática clientelista oficial, o que, todavia, não ocorreu de pronto. Pelo contrário, como anotado por Rosemary Thorp (1998, p. 277), perduraram a colonização do Estado, a incorporação dos sindicatos pelos partidos tradicionais e principalmente o desperdício de verbas na implementação de políticas públicas, levando medidas

⁵² Os vínculos que uniam a direção da Venevisión e os governos da época são exemplares. Afirma, a respeito, Renato Rovai (2007, p. 27) que “nunca houve diferença entre a Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei, o partido da democracia cristã) para Gustavo Cisneros. Antes de Hugo Chávez, ele foi ‘amigo’ e interlocutor de todos os presidentes dos quais foi contemporâneo.”

⁵³ O barateamento do capital externo responsável pelo robusto crescimento de quase toda América Latina na década de 1970 (v. item 4.2.2), culminou no excessivo endividamento dos países da região, responsável por uma grave crise marcada inicialmente pela moratória decretada pelo governo mexicano em 1982. Assevera Rosemary Thorp (1998, p. 228) que, a partir de então, “toda a América Latina foi severamente afetada, assim como foram o sistema bancário dos Estados Unidos (só a dívida mexicana representava 44% do capital dos nove maiores bancos americanos) e a prosperidade de muitos exportadores dos Estados Unidos. [...] De fato, pouco tempo depois, praticamente todos os países da região estavam negociando abertamente suas dívidas ou prestes a iniciar suas negociações.”

governamentais visando a efetivação de direitos fundamentais como saúde e educação ao alcance, nas palavras da autora, “dos piores resultados” do subcontinente.

A ineficácia gerencial refletiu-se também na administração da principal fornecedora de rendimentos ao Estado, a PDVSA. Nesse mesmo período histórico, os governos do *puntofijismo* colocaram em prática a chamada *apertura petrolera*, concedendo ampla liberdade para a estatal contratar com empresas multinacionais, administrar refinarias e postos de gasolina e ainda formar empresas no exterior. Entretanto, conforme observam Rafael Villa e Vivian Urquidi (2006, p. 72), “o resultado foi uma extrema independência da empresa, sem nenhum meio de *accountability*, e a geração de uma estrutura estatal com absoluta autonomia de agências estatais [...]”, fortalecendo sua burocracia interna, centrada nos elevados salários concedidos a seus membros.

Essa linha administrativa tornou-se insuscetível de perdurar na segunda eleição de Carlos Andrés Pérez à presidência ocorrida em 1988, vista como expressão do sentimento saudosista “[...] dos dias da bonança petrolífera dos anos de 1970” (VILLA, 2005, p. 156). Encarcerado, entretanto, em uma nova realidade que não estava acostumado a administrar, logo que assumiu a chefia do Executivo, Pérez procurou escapar do labirinto do clientelismo e da ineficácia gerencial pela implementação de reformas neoliberais, reajustando tarifas públicas, privatizando estatais e enxugando a máquina administrativa.

O impacto de providências como essas em um sistema de cooptações como o do Pacto de Punto Fijo foi consideravelmente mais intenso do que o ocorrido nos demais países da América Latina, também submetidos, na mesma época, à enxurrada de medidas neoliberais. Nesta situação, como lembrado por Habermas (2003a, p. 99-100), a sociedade civil, ainda que subjugada à dominação do oligopólio midiático, revelou sua capacidade associativa, “[...] exercendo influência sobre a formação institucionalizada da opinião e da vontade”. O movimento conhecido como *Caracazo*, sucedido em fevereiro de 1989, foi, neste aspecto, exemplar: uma medida aparentemente singela, consistente no aumento dos preços de combustíveis na bomba, teve

efeito estrondoso, gerando em todo o país (e não apenas em Caracas, ainda que o nome do movimento refira-se à capital venezuelana) protestos, saques, barricadas e depredações (MARINGONI, 2004, p. 111). A forte repressão militar do governo de Pérez, provocando a morte de centenas ou milhares de pessoas (a depender de dados oficiais ou extraoficiais), não foi capaz de ocultar a ausência daquilo que Gramsci (1982, p. 11) chamava de *consenso espontâneo das grandes massas* aos grupos hegemônicos do sistema.

O *Caracazo* foi apenas um ponto de partida. Nos anos seguintes, novos acontecimentos evidenciaram essa verdadeira *crise de hegemonia* (PORTELLI, 1977, p. 105). A frustrada tentativa de golpe liderada pelo então tenente coronel Hugo Chávez em 1992⁵⁴, o afastamento de Pérez da presidência sob a acusação de corrupção no ano seguinte e o aprofundamento das reformas neoliberais pelo sucessor Rafael Caldera foram consequências de um longo processo, resumido por Rafael Duarte Villa (2005, p. 157) pela expressão *tragédia democrática*.

Foi esse quadro que permitiu que um militar nacionalista como Hugo Chávez alcançasse, pela via eleitoral, a presidência da república em 1998, pelo Movimento V República (MVR). Em que pese sua postura geniosa e carismática, o novo presidente não foi eleito à chefia do Executivo como mais um *caudillo* latino-americano, mas, consoante anotado por Villa (2000, p. 141-142), por saber incorporar o desejo popular de mudança de toda a elite política que comandara o país por décadas:

Chávez não chega ao poder simplesmente por ser populista e uma liderança carismática. Chega também porque foi o melhor intérprete do desejo popular de mudança da classe política tradicional, o que necessariamente não significa um desejo de ruptura profunda. Não teve Hugo Chávez que interpretar nenhum sentimento profundo da alma coletiva, como às vezes se afirma pomposamente, mas simplesmente interpretar o sentimento de descontentamento com as elites que brotava à flor da pele de parte do povo. [...]. A linguagem dura com que Chávez costuma dirigir-se a seus adversários nos seus longos discursos é o *idem sentire* de tudo aquilo que essa base social gostaria de ter expressado para as elites nestas duas últimas décadas perdidas.

⁵⁴ Para Villa (2000, p. 139), a tentativa de golpe contra Pérez, promovida no início de fevereiro de 1992 por militares comandados pelo então tenente-coronel Hugo Chávez, teve sua origem na insatisfação de uma corrente nacionalista das Forças Armadas à repressão do *Caracazo* e às políticas neoliberais impostas na época pelo Fundo Monetário Internacional.

Se não havia vontade de ruptura profunda por todos os setores da população, existia a clara aspiração de ao menos romper a velha alternância de poder entre dois partidos políticos, vistos como os responsáveis pela desilusão de um país que chegou a pensar ter um destino mais feliz do que seus vizinhos de subcontinente. Chávez promoveu este rompimento, dilacerando o *puntofijismo*.

4.3 O novo modelo institucional implantado

4.3.1 Moderação, juridicidade e reforma

O triunfo daquele que alguns anos antes liderara uma tentativa de golpe de Estado representou “[...] uma transição, através da qual se opera uma circulação entre as elites na Venezuela” (VILLA, 2000, p. 135).

Significa dizer que novos grupos ascenderam ao domínio do sistema estatal, tendentes à construção daquilo que o pensamento gramsciano refere-se como *novo bloco histórico*⁵⁵. Partidos políticos como AD e COPEI e entidades de classe como FEDECÁMARAS e CTV (todos, como vimos, protagonistas do *puntofijismo*) passaram a ceder lugar a componentes de uma outra elite, formada, principalmente, por setores nacionalistas das Forças Armadas (cooptadas pelo modelo anterior, mas em posição coadjuvante e insatisfeitas com as reformas neoliberais então implementadas⁵⁶) e organizações de esquerda *outsiders* do antigo bipartidarismo.

⁵⁵ A noção de *bloco histórico* formulada na obra de Antonio Gramsci é bem sintetizada por Hugues Portelli (1977, p. 103) nos seguintes termos: “o bloco histórico foi definido como a articulação interna de uma situação histórica precisa. [...] O problema da criação de um novo bloco histórico é, pois, realmente o da criação de um novo sistema hegemônico, mas também do desencadeamento de uma *crise orgânica* do bloco histórico, que deverá nesse momento favorecer as novas classes sociais.”

⁵⁶ “O ‘sujeito político coletivo’ a vertebrar o processo político venezuelano chama-se Forças Armadas, ou, mais precisamente, Exército. Apesar de contar com ramificações no aparelho de Estado, é a ele que Chávez recorre quando necessita tomar medidas emergenciais [...]. Este é o partido de Chávez [...]” (MARINGONI, 2004 p. 194-195).

Sucede que esse movimento não se deu por combates revolucionários, mas por eleições realizadas em conformidade às regras da Constituição de 1961. Daí que, quando assumiu o cargo, o novo presidente teve de agir moderadamente, adotando política econômica pragmática, cumprindo os contratos anteriormente celebrados e, naquele específico momento, não revogando as privatizações efetuadas nas reformas neoliberais (MARINGONI, 2004, p. 61-71). Chávez não quebrou regras e nem ignorou as instituições.

O problema é que o presidente foi eleito em torno de um projeto político que ia muito além do cumprimento dos contratos, da não revogação das privatizações e do respeito às instituições. Lembra, a respeito, Dick Parker (2002, p. 11) que havia a perspectiva de combate aos poderes e interesses hegemônicos nacionais e internacionais; existia a retórica antioligárquica e de rechaço ao neoliberalismo; havia, por fim, a esperança popular de encontrar uma alternativa interna às políticas impostas pelas potências centrais e pelos organismos financeiros internacionais. Existia, em suma, uma perspectiva de mudanças que, em muitos aspectos, confrontavam com a estrutura jurídica que estava em vigor no país.

A opção tomada por Chávez foi outorgar legitimidade democrática ao seu projeto, promovendo reformas institucionais capazes de amoldarem seu plano de governo à ordem jurídica do Estado por ele administrado. Daí a convocação de um referendo para aprovação, ou não, de uma assembleia constituinte em 2 de fevereiro de 1999, o que foi realizado em abril, com a aprovação de 70% da população. Em julho do mesmo ano, foram eleitos pelo sufrágio universal os parlamentares constituintes. Em dezembro de 1999, a nova Constituição foi aprovada em consulta popular, por 71,21% dos votos.

A Venezuela estava, pois, sendo *refundada*. O novo grupo hegemônico capitaneado por Chávez conseguiu demolir o pacto de governabilidade anterior à sua chegada ao poder sem afrontar as instituições. Por isso, a ilação de que “a combinação desses dois elementos (reforma política dentro das regras do jogo institucional) representa a maior vitória de Chávez no marco de sua chamada *revolução pacífica*” (VILLA, 2000, p. 153).

4.3.2 A Constituição de 1999

Como documento responsável por “[...] um projeto capaz de formar tradições com um início marcado na história” (HABERMAS, 2003, p. 165), a Constituição venezuelana de 1999 encerrou definitivamente o *puntofijismo*. Definiu novos fundamentos e fins para o Estado da Venezuela, aptos a levar ao aprofundamento do regime democrático para muito além dos limites estipulados pelo fracassado projeto de 1961.

Sem embargo dessas circunstâncias, a carta constitucional de 1999 não se propôs a instituir um Estado ético, “[...] tendente a eliminar as divisões internas de dominados, etc., e a criar um organismo social unitário técnico-moral” (GRAMSCI, 2000, p. 284-285). Ainda que estabelecendo uma forte atuação do Estado na vida econômica do país (excluído a Venezuela da desregulamentação global intensificada no final do século passado), não negou o capitalismo. Proporcionou especial tratamento à propriedade, condicionando seu uso à função social (art. 115º), de forma semelhante às instituições consagradas nos ordenamentos dos países democráticos após o *Welfare State*.

Em paralelo ao desenvolvimento do constitucionalismo do final do século XX⁵⁷, a Constituição consagrou também direitos de populações específicas, como o multiculturalismo indígena, e, de modo concomitante, direitos difusos pertencentes à humanidade genericamente considerada, como o meio ambiente. Para sua efetivação, impôs ao Estado o dever-poder de atuar positivamente, como na demarcação de terras indígenas (art. 119º) ou na realização de estudos prévios de impacto ambiental e sócio-cultural às atividades suscetíveis de gerar danos aos ecossistemas (art. 129º).

A nova modelagem jurídica venezuelana contém, ainda, importantes inovações, ancoradas na singular realidade social e política do país e, especialmente, nos erros históricos cometidos pelo ordenamento anterior. Assim, se considerarmos como indicador do desenvolvimento

⁵⁷ V. item 3.2.4

democrático não exclusivamente “[...] o número de pessoas que têm o direito de votar, mas o número de instâncias diversas daquelas tradicionalmente políticas nas quais se exerce o voto” (BOBBIO, 1999, p. 157), de modo a ampliar os debates na arena discursiva, não há como deixar de admitir que a Constituição de 1999 ampliou a democracia local. É que a nova ordem propôs um modelo de *democracia participativa*⁵⁸, prevendo, além de eleições para cargos públicos normalmente eletivos (presidente, governadores, prefeitos e parlamentares), instrumentos como o referendo, a consulta popular, a revogação do mandato, as iniciativas populares legislativa e constitucional, os fóruns abertos e as assembleias de cidadãos, bem como as prerrogativas de autogestão, cogestão e de formação de cooperativas (art. 70º).

Nesse mesmo caminho de ampliação democrática, está a criação pioneira dos poderes Cidadão e Eleitoral (art. 136º), em conjunto ao Executivo, Legislativo e Judiciário, constantes nos ordenamentos anteriores. A Constituição definiu o poder Cidadão como aquele exercido pelo Conselho Moral Republicano (art. 273º), com a prerrogativa de zelar pela ética pública, moral administrativa, pela boa gestão, pela legalidade da atividade do Estado e pela promoção da educação cidadã, da solidariedade, da liberdade, da democracia, da responsabilidade social e do trabalho (art. 274º). Por sua vez, delimitou o poder Eleitoral como aquele exercido pelo Conselho Nacional Eleitoral (art. 292º) para reger e executar os processos eleitorais envolvendo candidaturas a cargos públicos, de sindicatos, grêmios profissionais, organizações políticas e, até mesmo, de organizações da sociedade civil, neste último caso, a depender de solicitação destas ou da Sala Eleitoral do Tribunal Supremo de Justiça (art. 293º, 6).

Em relação aos demais poderes, o novo ordenamento estabeleceu, no Legislativo nacional, o sistema unicameral (tal como vigente em outros Estados democráticos, como Portugal), eliminando o Senado e, por

⁵⁸ “En este texto constitucional (que iniciará una tendencia constituyente de corte radical en el continente) se recoge lo relativo a la participación ciudadana como aspecto que define el tipo de Estado y Democracia, pasándose, de jure, de una democracia de carácter representativa a un tipo de democracia participativa. Lo cual supondría, de facto, una democracia para la deliberación, la inclusión política y la acción ciudadana, así como la apertura, jurídicamente hablando, de espacios (medios) para la realización política de la ciudadanía” (PELÁEZ; JAIMES; CHAGUACEDA, 2009, p. 63).

consequente, concedendo competências apenas à Assembleia Nacional (arts. 186º e seguintes). Fortaleceu, por sua vez, o Executivo central, atribuindo-lhe poderes para emitir decretos com força de leis, através de prévia autorização de *ley habilitante*, emanada do Legislativo (art. 236º, 8).

Essa atribuição normativa, em favor do presidente da república, tem dado margem a contundentes críticas contra a nova ordem constitucional do país – a ponto de se questionar a própria vigência do Estado de Direito⁵⁹. Isto, como se a concentração de atribuições nas mãos do Executivo configurasse peculiaridade da Venezuela e não remontasse à tradição latino-americana na aplicação do sistema presidencialista de origem estadunidense⁶⁰.

O fato, contudo, é que o fortalecimento do Executivo central não elidiu a ampliação do sufrágio proporcionada pela Constituição de 1999 e, por consequência, a participação da sociedade civil na tomada de decisões governamentais, o que é o escopo básico do regime democrático.

4.3.3 A liberdade de expressão na nova ordem constitucional

A possível atuação da sociedade civil não foi sancionada apenas pelos institutos constitucionais que permitem sua participação em diversas instâncias sociais e políticas. Deu-se também pela ampla possibilidade na transmissão de informações, discussões e debates travados na esfera pública, tutelados juridicamente pela *liberdade de expressão*.

Nesses termos, o artigo 57º da Constituição de 1999 consagrou a todas as pessoas o direito de expressar livremente os pensamentos, ideias e opiniões por qualquer meio de comunicação, independente de censura prévia,

⁵⁹ Allan Brewer-Carías (2007, p. 6), por exemplo, afirma que “la Constitución Venezolana de 1999, en realidad, encubre con una palabrería florida y engañosa, un sistema de gobierno basado en la concentración y en la centralización del poder del Estado, afectando de muerte a los otros elementos esenciales de la democracia, lo que ha conducido a la propia negación del Estado de derecho.”

⁶⁰ Exemplo marcante de concentração de poderes em favor do presidente da república consiste nas medidas provisórias previstas na vigente Constituição brasileira, conforme descrito no capítulo seguinte.

ressalvando a responsabilização *a posteriori* e a vedação ao anonimato, à propaganda de guerra, às mensagens discriminatórias e promovedoras da intolerância religiosa. O dispositivo seguinte (artigo 58º), por sua vez, disponibilizou à população o direito de receber informações oportunas, verdadeiras, imparciais e sem censura, em conformidade aos princípios constitucionais, e estabeleceu aos transmissores a responsabilidade pelo conteúdo veiculado. Mais adiante, o artigo 101º impôs ao Estado o dever de garantir a emissão, a recepção e a circulação da informação cultural e, aos meios de comunicação, o dever de colaborar na difusão das criações culturais do país, inclusive possibilitando sua recepção, por linguagem de sinais, aos portadores de problemas auditivos. No mesmo sentido, o artigo 108º determinou ao Estado o dever de proporcionar o acesso universal à informação, mediante a garantia aos serviços públicos de rádio e televisão (cujo espectro será por ele administrado, nos termos do artigo 156º, 28) e de redes de bibliotecas e de informática e, à mídia pública ou privada, o dever de contribuir para a formação cidadã. Por fim, embora trate genericamente da atividade econômica como um todo, o artigo 113º impôs ao Estado a adoção de medidas necessárias para evitar os efeitos nocivos do monopólio, do abuso da posição de domínio e das demandas concentradas, visando a tutela do consumidor, dos produtores e da livre concorrência.

O que se vê, é que, mais uma vez em consonância às tendências do constitucionalismo contemporâneo, a Constituição de 1999 erigiu a liberdade de expressão como direito imprescindível à democracia. Assim, da mesma forma em que sancionou a ampla liberdade de expor pontos de vista, impôs a responsabilização posterior por abusos; da mesma maneira que vedou a censura, estipulou aos proprietários dos meios de comunicação o dever de veracidade; da mesma forma que a garantiu a propriedade privada midiática, proibiu o monopólio e a concentração. Por esta sistemática, em suma, a liberdade de expressão foi regrada como direito pertencente à coletividade dos cidadãos a quem cabe a transmissão e a recepção de informações oriundas de múltiplas fontes – sem restrição de grupos políticos - cuja efetividade cabe ao Estado assegurar.

4.4 Da ação governamental à reação golpista

4.4.1 A polarização e os embates políticos

Em que pese o caráter eminentemente democrático do novo modelo jurídico do país, este não foi capaz de impedir a personalização do poder. A presença de Hugo Chávez na presidência da república não levou ao fortalecimento de uma organização institucional como o Movimento V República (MVR)⁶¹, mas da própria pessoa do presidente:

Destaque-se, contudo, que Chávez não foi capaz de institucionalizar uma base política e um novo sistema de partidos na Venezuela. O que poderíamos chamar de seu partido, o Movimento V República (MVR), é mais uma frente heterogênea de forças políticas e sociais, na qual se albergam desde setores nacionalistas e da esquerda tradicional até setores provenientes dos partidos hegemônicos do puntifijismo. Mas, ao contrário do que se estabelecia no sistema de partidos de Punto Fijo, no qual a fidelidade partidária era uma característica forte dos setores nucleados em torno de AD e Copei, tal fidelidade dos setores não se associa à instituição, o MVR, mas à própria figura de Chávez. Não havia "adecos" ou "copeianos", tal como se denominava os setores e militantes dos dois grandes partidos de Punto Fijo. Existe, ao contrário, uma militância e uma identificação política e eleitoral meramente chavista (VILLA, 2005, p. 160-161).

A polarização em torno dos defensores e dos opositores da pessoa do presidente da república foi a natural consequência desse processo. Tal circunstância radicalizou-se a partir do momento em que, detentor de maioria parlamentar e amparado pela nova Constituição, Chávez colocou em prática políticas que representaram profundas modificações em relação àquelas que os venezuelanos acostumaram-se a presenciar sob a vigência do Pacto de Punto Fijo. No campo externo, por exemplo, o presidente procurou atenuar a histórica dependência dos norte-americanos aproximando-se dos vizinhos em projetos de integração regional, promovendo o fortalecimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e aliando-se a nações vistas com desconfiança pelos Estados Unidos da América, como Cuba e Rússia, em um verdadeiro *ativismo internacional* (ROMERO; CURIEL,

⁶¹ Daí que o partido foi extinto em 2006 para dar lugar ao Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), fruto da união todos os partidos que apoiavam Chávez.

2009, p. 42). No plano interno, por sua vez, promoveu o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007, cujas medidas mais polêmicas foram a promulgação da Lei das Terras, que visou combater o latifúndio, e, principalmente da Lei dos Hidrocarbonetos, que determinou a realização em separado da contabilidade das atividades internas e externas da PDVSA, para evidenciar a apropriação dos recursos do petróleo pela burocracia da estatal (BARROS, 2006, p. 226). Ambos os textos legais inserem-se em um pacote de 49 leis elaboradas pelo próprio presidente da república em apenas um ano, autorizado por uma *ley habilitante*.

Em tal contexto, a pequena propensão ao diálogo por parte de Chávez auxiliou, em muito, na radicalização dos embates. Segundo Dick Parker (2002, p. 14), ao invés de aprofundar discussões a respeito das medidas que pretendia implementar, o presidente da república optou por fazer uso de linguagem beligerante. Tratou todos aqueles que exerciam o direito de externar discordância a seus projetos como *inimigos do processo* e não como atores a serem ouvidos e considerados - inclusive representantes da sociedade civil como igrejas e sindicatos, seus aliados em um primeiro momento (VILLA; URQUIDI, 2006, p. 66). Não havia, por parte do governo, diálogo e nem qualquer possibilidade de transigência.

Se a inabilidade de Chávez colaborou para a polarização, a oposição ao seu governo exerceu papel fundamental neste processo. Enfraquecidos pela desestruturação da AD e da COPEI, líderes opositores elevaram os conflitos ao extremo da radicalização, optando pelo abandono da via eleitoral como estratégia de retorno à hegemonia política.

Nesses termos, na data de 11 abril de 2002, grupos contrários ao governo promoveram um golpe de Estado que usurpou a presidência da república em favor de Pedro Carmona, então líder da FEDECÁMARAS. Uma ampla mobilização popular derrubou o golpe e possibilitou o retorno de Chávez ao poder após dois dias, mas não acalmou os ânimos dos contendores: em dezembro de 2002 uma nova tentativa de ruptura institucional foi promovida, não mais seguindo a tradição latino-americana do golpe militar, mas por uma greve patronal nacional - conhecida como *paro petrolero* ou *segundo paro cívico nacional* - a partir da PDVSA e que atingiu quase todas

as empresas transnacionais venezuelanas. O prestígio de Chávez perante as camadas populares, mais uma vez, possibilitou sua permanência no poder, enfraquecendo a burocracia da estatal petroleira, que teve de amargar a substituição de toda sua direção e a demissão de 17 mil funcionários (BARROS, 2006, p. 226)⁶².

Os movimentos golpistas acima descritos só puderam ser promovidos em razão do apoio dos grupos hegemônicos do Pacto de Punto Fijo, alijados do protagonismo no sistema estatal desde o advento do governo bolivariano. Explica-se, desta circunstância, a guarida dada por velhas lideranças da AD e da COPEI aos dois dias de exercício ilegítimo do poder por Pedro Carmona quando da derrubada de Chávez. Explica-se, no mesmo sentido, o suporte ao golpismo promovido pelos receptores diretos dos favores clientelistas do antigo sistema, como o a CTV, a FEDECÁMARAS e a burocracia da PDVSA. Explica-se, por fim, a propaganda favorável às rupturas institucionais veiculada pela grande mídia.

4.4.2 A grande mídia como protagonista do golpismo

Essa campanha midiática favorável a movimentos golpistas merece atenção especial, na medida em que simboliza um processo, iniciado na primeira eleição de Chávez à chefia do Executivo, no qual os principais meios de comunicação privados colocaram-se como instrumentos de divulgação de propaganda dos grupos que dominaram o sistema estatal durante o *puntofijismo*.

De fato, como anota Adrian José Padilla Fernández (2010, p. 59), por ocasião da cobertura eleitoral de 1998, teve início uma violenta campanha veiculada pela grande mídia contra o então candidato do MVR, a

⁶² Em 2005, a oposição tornou a abandonar a via eleitoral, boicotando as eleições parlamentares. Tal como sucedeu em 2002, porém, não conseguiu retirar a legitimidade do governo, que ainda foi beneficiado pela ampla maioria que formou na Assembleia Nacional. Atualmente, os grupos oposicionistas parecem ter renunciado a tais métodos, a ponto de terem participado – com expressiva votação – das eleições parlamentares de 2010.

qual envolvia “desde um processo de ‘demonização’ até o uso do discurso norte-americano da ‘guerra fria’ ao falar da ameaça castro-comunista.” Após a ascensão de Chávez, esta campanha foi intensificada, ganhando ainda mais musculatura quando o presidente democraticamente eleito passou a implementar as reformas estruturais componentes do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007:

Após o triunfo da proposta bolivariana, grandes batalhas se desenvolvem nos espaços midiáticos. *El Nacional* e *El Universal*, entre os principais jornais, emissoras de rádio espalhadas pelo território nacional e, principalmente canais de televisão como Venevisión, Globovisión, RCTV, entre outros, não dão quartel para a ação governamental. A cobertura para os opositores do governo é total, as críticas têm grande destaque, aos poucos, os comunicadores da grande mídia vão assumindo um protagonismo, como agentes políticos (FERNÁNDEZ, 2010, p. 59-60).

A reação do governo também se deu pela propaganda veiculada na mídia, criando, no primeiro semestre de 1999, o programa semanal *Aló Presidente*. Transmitido inicialmente pela emissora Rádio Nacional de Venezuela, prontamente passou a ser veiculado ao vivo todos as manhãs de domingos pela estatal Venezolana de Televisión, configurando um verdadeiro *talk show*, onde o presidente “[...] hace gala de sus condiciones naturales de animador y comunicador” (ULLOA, 2004, p. 140).

No *Aló Presidente* transmitido na manhã de 8 de abril de 2002, todavia, Chávez extrapolou o uso de seus dotes. Logo após o início do programa, como se estivesse expulsando jogadores de uma partida de beisebol, o presidente exonerou, ao vivo para todo o país, sete administradores da PDVSA que haviam participado de uma paralisação alguns dias antes (MARINGONI, 2004, p. 23).

Foi a justificativa que faltava para a grande mídia. No dia seguinte, as emissoras privadas televisão passaram a veicular declarações de dirigentes da FEDECÁMARAS e da CTV clamando os venezuelanos a participar de uma paralisação por tempo indeterminado, objetivando a renúncia do presidente. Organizaram-se, então, passeatas contra o governo, que, segundo descrição de Renato Rovai (2007, p. 33-34), receberam cobertura por um *pool* de imagens entre as emissoras, alcançando seu ápice quando os canais RCTV, Venevisión e Globovisión permaneceram no ar

ininterruptamente por cerca de quatro horas, sem qualquer chamada comercial.

Em tal ambiente, Chávez ofereceu sua resposta na tarde do dia 11 de abril, realizando pronunciamento nacional em cadeia de rádio e televisão. Contudo, as emissoras privadas de televisão transmitiram, simultaneamente à fala do presidente, imagens da marcha opositora em direção ao palácio do governo de Miraflores, dividindo-se, para isso, a tela ao meio. Este fato levou o governo a determinar a retirada do ar das concessionárias Venevisión, RCTV e Televen, o que não impediu que perdurassem a transmissão das manifestações pelos seus canais a cabo e, posteriormente, por antenas via satélite. Com isso, segundo Rovai (2007, p. 36),

A casa dos venezuelanos foi então invadida por uma transmissão em *pool* de cenas que remetiam a um filme de banguê-banguê, só que acontecendo ali do lado, nas ruas de Caracas. Pela versão das emissoras, a marcha pacífica, ao se aproximar do Palácio, era recebida por franco-atiradores e hordas dos *Círculos Bolivarianos*.

Os franco-atiradores, acima mencionados, apareceram em imagens transmitidas para todo o mundo. Eram pessoas que aparentemente disparavam armas de fogo por cima de uma ponte, contra alvo incerto. Esta incerteza foi logo transformada em uma única verdade pelos canais privados de televisão, que veicularam a notícia de que membro dos *Círculos Bolivarianos*⁶³ descarregava uma pistola em cima da ponte Llaguno contra um alvo na avenida Baralt, causando a morte de pelo menos cinco manifestantes opositores. Tudo isso, segundo Gilberto Maringoni (2004, p. 25), noticiado a despeito de inexistir qualquer manifestação a menos de um quilômetro e meio da ponte, na citada avenida:

Como prova de que um massacre estaria em curso, as TVs mostraram imagens nos quais um “bolivariano” descarregava sua pistola em cima da ponte Llaguno para algum alvo de baixo, na avenida Baralt. A cena focava apenas o atirador, sem mostrar para onde este apontava o cano de sua arma. A conclusão do comentarista era a de que “pelo menos cinco” manifestantes da “sociedade civil” foram assassinados por aquele homem. Não havia, no entanto, uma explicação para o resto da cena deste vídeo: não

⁶³ “Os *Círculos* são os embriões de organizações comunitárias, estimuladas pelo governo em todo o país, para realizar trabalhos como clubes de mães, cooperativas de artesãos, creches e, evidentemente, debater política” (MARINGONI, 2004, p. 24).

existia marcha alguma a menos de um quilometro e meio da ponte, na Avenida Baralt.

Logo depois, boatos de renúncia de Chávez passaram a ser divulgados, seguidos da notícia de que Pedro Carmona seria o responsável pelo processo de transição. Também foram divulgados pela mídia privada pronunciamentos de generais, afirmando não reconhecer a autoridade de Chávez, acusado de ser o responsável pelas mortes.

Em meio a todas essas notícias, policiais sob o comando de governador da oposição ocuparam a emissora de televisão estatal. Impossibilitado de fazer uso do único veículo que divulgaria sua versão dos acontecimentos e frente a ameaças feitas por generais de bombardeio do palácio presidencial, em 11 de abril Chávez não resistiu à ordem de prisão, sendo retirado da sede do governo.

Foi assim que se promoveu o golpe de Estado de abril 2002. Acusado de assassinato de manifestantes, sem ter acesso aos ditames básicos do devido processo legal, Chávez foi obrigado a afastar-se do cargo, cedendo lugar àquele que há algum tempo era anunciado como responsável pela transição, o empresário Pedro Carmona. Os meios de comunicação empresariais, porém, insistiam em divulgar o *não-ocorrido*, isto é, a renúncia voluntária daquele que assumira a presidência da república em conformidade à Constituição.

Fica claro, pois, que nada teria acontecido sem o *trabalho de opinião pública* por parte da grande mídia, especialmente as emissoras de televisão. Tais empresas comportaram-se como um emissor que, segundo Habermas (2003b, p. 226) “[...] esconde as suas intenções comerciais sob o papel de alguém interessado no bem comum”, estimulando, para isso, manifestações oposicionistas, desacreditando autoridades, promovendo julgamentos antecipados e, ao final, atuando efetivamente para a deposição de um titular de cargo eletivo que não convinha a seus interesses.

4.4.3 A mídia após o golpe

O ativismo da grande mídia no turbulento processo político por que atravessava a Venezuela perdurou nos dias que se seguiram à ruptura constitucional.

Relata Maringoni (2004, p. 47) que a manhã do dia 12 de abril teve início com as principais emissoras de televisão do país anunciando Pedro Carmona como o novo presidente da república, descrevendo-o como homem sério e competente. Tais empresas destacaram ainda o apoio estadunidense a esta nova ordem, levando à esfera pública as declarações do então porta voz da Casa Branca em que imputava a Chávez a responsabilidade pelos tumultos sucedidos. A imprensa escrita, por sua vez, atuou em conjunto aos canais de televisão: o jornal *El Universal*, por exemplo, publicou edição em que comemorou a derrubada do governo bolivariano com o título *¡Se acabó!* (12/04/2002, p. 1); já o diário *El Nacional* veiculou editorial intitulado *Pudo Evitarse* (12/04/2002) interpretando o que chamou de *renúncia* de Chávez como uma oportunidade para a renovação das instituições do país em favor da liberdade dos indivíduos:

Cualquier nueva etapa, de la vida política de nuestro país, debe necesariamente pasar por una renovación integral y absoluta de todas estas instituciones y sus funciones [...]. La libertad es el valor máspreciado del individuo. Lo sucedido ayer lo demuestra. ¡Vayamos a ella!

O que não se esperava é que a mesma mídia que atuara definitivamente para a derrubada de Chávez, involuntariamente, daria suporte fundamental ao retorno do presidente democraticamente eleito. Na mesma data de 12 de abril de 2002, o procurador geral da república (*fiscal general de la república*) Isaías Rodríguez concedeu entrevista coletiva à imprensa, onde refutou a afirmação veiculada de renúncia por parte de Chávez e anunciou a ocorrência de um golpe de Estado. Após isso, a comunidade internacional percebeu a não veracidade da renúncia propagada pelos meios de comunicação venezuelanos, ao passo que parte da população, principalmente dos bairros mais pobres de Caracas, intensificou os protestos favoráveis a Chávez, dirigindo-se às proximidades da sede do governo.

As emissoras de rádio e televisão ignoraram a mobilização sucedida. Ao invés de promoverem a intensa cobertura jornalística ocorrida nos dias anteriores, veicularam programação amena. Recusaram-se, ainda, a divulgar a versão dos partidários de Chávez, ainda que estes convocassem entrevistas coletivas objetivando anunciar o golpe (PLESSMANN, 2002, p. 19). Tal omissão não impediu a derrota do movimento golpista: no dia 13 de abril a forte mobilização popular levou Chávez de volta à presidência da república e Pedro Carmona, à prisão.

O fracasso no movimento de abril, contudo, não fez a grande mídia recuar, dando continuidade à divulgação do discurso contra-hegemônico. Com o passar dos meses, as mensagens oposicionistas propagadas intensificaram-se, atingindo novo ápice em dezembro de 2002, quando a estatal PDVSA liderou o chamado *segundo paro cívico nacional* contra o governo. Este movimento contou com amplo apoio dos representantes da oposição e de dirigentes das entidades como a CTV e a FEDECÁMARAS, cujos discursos inflamados recebiam completa divulgação na programação diária das emissoras de televisão, em que pesem os graves efeitos econômicos que a paralisação trouxe ao país⁶⁴.

Assim como o golpe de abril, o movimento não atingiu seus objetivos, fortalecendo, pelo contrário, a figura do presidente perante os setores populares. O fato, contudo, é que essa malograda mobilização evidenciou que o êxito do projeto bolivariano estava condicionado à democratização da estrutura oligopolista existente na propriedade dos meios de comunicação, sob pena de o governo ter de conviver com violentas campanhas opositoras e até mesmo com tentativas de rupturas patrocinadas por quem se colocou como instrumento de propaganda dos antigos grupos do *puntofijismo*.

⁶⁴ Segundo Pedro de Barros (2006, p. 226), em razão da paralisação, “o nível de produção de petróleo chegou próximo de zero e, como medida extrema para a PDVSA não suspender completamente suas atividades – o que levaria a uma grave crise de abastecimento – o governo aceitou o envio de milhares de técnicos cubanos, para trabalhar na estatal.”

4.5 Estado, mídia e o caso da RCTV

4.5.1 Políticas públicas e democratização das comunicações

É da constatação acima exposta que devem ser compreendidas as políticas públicas de comunicação social implementadas por Chávez.

Para isso, mais uma vez, optou-se pela juridicidade. Amparado pela Carta Constitucional de 1999, consagradora da liberdade de expressão como direito a ser exercido como instrumento à democracia participativa proposta pelo novo modelo, o governo bolivariano passou a proceder à instituição de novos marcos regulatórios da atividade midiática. Nestes termos, logo no ano de 2000 (antes das tentativas de golpe, mas posterior à violenta campanha eleitoral contra Chávez de 1998), a Assembleia Nacional aprovou a Ley Orgánica de Telecomunicaciones, conhecida como LOTEL, documento que determinou que a prestação dos serviços de telecomunicações fosse submetido ao regime jurídico de *habilitación administrativa*⁶⁵ e de *concesión*, outorgadas pela Comisión Nacional de Telecomunicaciones, o CONATEL (arts. 16 e 76). O mesmo diploma legal previu, ainda, direitos em favor dos usuários (art. 12), bem como direitos e deveres dos prestadores do serviço (arts. 14 e 15), além de sanções penais e administrativas (art. 159) aplicáveis após processo regular (art. 176). Por fim, estipulou regra de transição às concessões anteriores à sua vigência, determinando sua sujeição à ordem normativa anterior que fixava o prazo de 20 anos, diferentemente do novo sistema que não prevê prazo único, mas apenas o espaço de tempo *máximo* de 25 anos (podendo, portanto, ser inferior), a ser determinado pela CONATEL (art. 210).

Na mesma linha, em 2004 o Legislativo aprovou a Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión, conhecida como Ley

⁶⁵ Dispõe o art. 16 da LOTEL que “La habilitación administrativa es el título que otorga la Comisión Nacional de Telecomunicaciones para el establecimiento y explotación de redes y para la prestación de servicios de telecomunicaciones, a quienes hayan cumplido con los requisitos y condiciones que a tales fines establezca dicho órgano, de conformidad con esta Ley” (VENEZUELA, 2000, art. 16).

RESORTE, sob justificativa de delinear a responsabilidade social dos prestadores de serviço de rádio e de televisão. Para isso, determinou minuciosa regulação da programação, desde a linguagem a ser transmitida até os horários veiculados, as restrições de publicidade e as formas de pronunciamento de autoridades estatais e de propagandas governamentais (arts. 4 a 10). Regulou, ademais, as modalidades de participação popular na gestão de políticas de comunicação, na fiscalização sobre as emissoras e no efetivo acesso às mídias, tudo somado à imposição de deveres às emissoras (arts. 12 a 18). A lei definiu, por fim, as sanções decorrentes de infrações praticadas pelas habilitações e pelas concessões públicas - consistentes na cessão de espaços para difusão de mensagens culturais e educativas, multa, suspensão e revogação do ato (arts. 28 e 29) – aplicáveis em conformidade à gravidade da infração, apurada em processo regular e propiciador de ampla defesa (arts. 31 a 35).

De forma concomitante à elaboração dos marcos normativos acima mencionados, o governo bolivariano passou ainda a implementar medidas concretas objetivando romper a estrutura oligopolista das organizações empresariais de comunicação. Incentivou, assim, a formação de meios comunitários oriundos da sociedade civil para a realização de contraponto às mensagens veiculadas pelo sistema econômico através da grande mídia (RIZZOTO, 2010, p. 305), de tal modo que, em poucos anos, já haviam sido criadas 282 emissoras de rádio e televisão alternativas (JAKOBSKIND, 2010, p.1). Destinou também maiores recursos financeiros e técnicos para estatais como a Radio Nacional de Venezuela, a agência de notícias Venpres, o jornal *Vea*, a rede de emissoras de rádio YVKE Mundial e a emissora de televisão VTV (TONETO, 2006, p. 78). Em 2003, promoveu a criação da emissora *Vive TV* que, interagindo com movimentos oriundos da sociedade civil, objetiva “[...] incentivar que os próprios habitantes registrem aspectos da realidade ou utilizem o audiovisual para reforçar laços comunitários” (MORAES, 2011, p. 83). No mesmo caminho, em 2005, o governo exerceu papel fundamental na criação da multiestatal *Telesur*⁶⁶, sediando-a e responsabilizando-se por 51% do investimento da emissora

⁶⁶ V. item 3.3.4.

(RIZZOTO, 2010, p. 303), e em 2009 recriou o jornal Correo del Orinoco, agora sob o domínio estatal (MORAES, 2011, p. 68).

Foi em 2007, porém, que a Administração Pública venezuelana promoveu a medida mais polêmica no campo da comunicação social. Em 27 de maio, vencido o prazo de concessão da RCTV, o governo Chávez não renovou o ato, determinando que no lugar desta emissora passasse a operar a Televisora Venezolana Social (TEVES). A justificativa desta opção encontra-se disponível em documento intitulado Libro Blanco sobre RCTV (VENEZUELA, 2007a, p. 54), redigido pelo Ministério do Poder Popular para Comunicação e Informação, onde foi exposto, em resumo, que a renovação da concessão da emissora revelou-se *inconveniente* à política comunicacional que estava sendo implementada pelo governo bolivariano⁶⁷.

4.5.2 A apuração que justificou o caso da RCTV

A *inconveniência* oficialmente exposta na motivação para a prática do ato pode levar, à primeira vista, à conclusão de que Chávez teria desviado dos limites da juridicidade, que, como dissemos, permeou as suas medidas desde os primeiros momentos da chegada ao poder. É como se o golpismo da oposição fosse a justificativa procurada para o governo passar a rumar à autocracia em nome da segurança estatal, tal como historicamente sucedeu em outras ditaduras instaladas pelo mundo, no processo que Bobbio (2010, p. 1068) chama de *instrumentalização da doutrina das Razões de Estado para fins partidários*: “as classes políticas governantes, para derrotar a oposição, desrespeitam a legalidade, chegando mesmo ao golpe de Estado, e justificam o seu comportamento imposto pelas exigências de segurança interna”.

A desvirtuação da doutrina das Razões de Estado por Chávez seria levada a efeito a partir da associação da grande mídia ao terrorismo.

⁶⁷ Ao longo dos anos do mandato presidencial, o governo Chávez não renovou outras concessões de radiodifusão. Citamos aqui apenas o caso de maior repercussão, incidente sobre uma empresa da tradição e da dimensão da RCTV (v. item 4.2.3).

Segundo Demétrio Magnoli (2010, p. 43), tratar-se-ia de uma adaptação venezuelana da *guerra ao terror* promovida por George W. Bush, como resposta aos ataques sofridos pelos Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001, e que, prontamente propagada, justificou uma série de arbitrariedades praticadas em todo o globo, como a perseguição a imigrantes em solo norte-americano, a ocupação do Iraque, a opressão do governo chinês aos separatistas mulçumanos do extremo oeste e a violenta campanha do governo russo na Chechênia e nas repúblicas da Transcaucásia. No caso da Venezuela, o *terror* seria representado pela grande mídia, que - tal como imigrantes, governantes não aliados e separatistas - deveria ser eliminada ou reprimida.

Uma conclusão como a acima colocada é, sem dúvida nenhuma, uma possibilidade a ser investigada. Todavia, não é a única, na medida em que estamos nos referindo a um país regido por Constituição instituidora de ampla gama de direitos fundamentais que impõe ao Estado o dever de atuar positivamente visando a implementação dos valores nela positivados. É possível, portanto, que a atuação estatal sobre a RCTV tenha sido produto de uma estratégia governamental em meio a políticas de democratização da mídia, na efetivação da liberdade de expressão como direito a ser exercido em favor dos cidadãos.

A fim de verificarmos qual dessas duas possibilidades realmente aplica-se ao caso, torna-se imperioso que averiguemos como o governo venezuelano foi levado a concluir pela *inconveniência* da renovação em questão. Trata-se de tarefa a se realizar por intermédio de análise que tenha como ponto de partida circunstâncias antecessoras ao encerramento do prazo de 20 anos de vigência da concessão da emissora, no final de maio de 2007.

Nesses termos, é preciso assinalar que, transcorrido o agitado ano de 2002, Chávez não procedeu a nenhuma medida de exceção na Venezuela. As liberdades públicas não foram suprimidas, as instituições continuaram a funcionar e a grande mídia privada, inclusive a beneficiária de concessões públicas, prosseguiu, de forma geral, nas críticas ao presidente da

república. Nada foi alterado, ainda que a democracia tenha sido seriamente ameaçada pelo golpismo opositor.

Sob esse clima de normalidade, na data de 20 de janeiro de 2003, fazendo uso das competências delineadas pelos marcos regulatórios da mídia aprovados pela Assembleia Nacional, o Ministério da Infraestrutura instaurou processo administrativo visando a apuração de infrações em tese praticadas pela RCTV. Conforme relata o Libro Blanco sobre a RCTV (VENEZUELA, 2007a, p. 297-315), o início do processo se deu mediante a publicação de um *auto de abertura*, assinado pelo ministro titular da pasta, no qual foram descritas, pormenorizadamente, uma série de irregularidades supostamente praticadas pela emissora ao longo do tempo, aptas a merecer averiguação por parte dos órgãos oficiais. Neste mesmo ato, determinou-se a notificação da empresa investigada para, em 15 dias, apresentar argumentos e propor meios de provas objetivando o exercício de seu direito de defesa.

Instaurado o processo, foram averiguadas algumas condutas de extrema gravidade praticadas pela emissora. Em relação ao golpe sucedido em abril de 2002, foi apurado que a RCTV (VENEZUELA, 2007a, p. 57- 64): a) recusou-se a transmitir integralmente as mensagens veiculadas pela titular do Ministério do Trabalho e pelo presidente Chávez, fazendo ainda inserir mensagem em que afirmava a suposta ilegalidade do pronunciamento oficial; b) promoveu intensa propaganda visando a derrubada de Chávez, recusando-se ainda a divulgar a versão dos governistas a respeito dos fatos que ocorriam nos agitados dias que precederam o golpe; c) procurou dar legitimidade à posse do empresário Pedro Carmona na presidência da república, fazendo seu diretor geral comparecer ao ato; d) interrompeu o pronunciamento do procurador geral Isaías Rodríguez, no momento em que ele revelou a ocorrência de um golpe de Estado no país; e) negou a dar voz a manifestantes que, após a tomada do poder por Pedro Carmona, protestavam pelo retorno do presidente legítimo; f) proibiu seus jornalistas de divulgarem a informação de que Chávez não havia renunciado e se encontrava preso; g) transmitiu pronunciamento em cadeia nacional do empresário Pedro Carmona, como se este fosse o presidente da república; h) fez divulgar, no dia seguinte ao golpe,

a mensagem de que a Venezuela regressara à normalidade institucional, como se não tivesse havido a derrubada de um presidente democraticamente eleito.

Ficou apurado, também, que por ocasião do *paro patrolero* sucedido no final de 2002, a RCTV incumbiu-se de criar uma realidade modelada em conformidade a interesses contra-hegemônicos opositores, incitando a população à defesa de nova ruptura institucional. Para isso, a emissora veiculou anúncios publicitários e entrevistas com militares, dirigentes de partido de oposição e sindicalistas, nas quais, em geral, imputava-se ao presidente Chávez a prática de atos criminosos e incitava-se a população à derrubada deste mandatário (VENEZUELA, 2007a, p. 64-75).

Apurou-se, da mesma forma, que a RCTV deixou de transmitir programação destinada a crianças e adolescentes e utilizou-se de menores de idade na propaganda golpista; que, ao longo dos anos, realizou cartel em conjunto com a empresa Venevisión, repartindo mercado e controlando os preços de anúncios; que não cumpriu suas obrigações trabalhistas e, por fim, que foi a emissora que mais sofreu denúncias de irregularidades, formuladas por usuários, perante a CONATEL⁶⁸ (VENEZUELA, 2007a, pp. 79/128).

Realizada toda a apuração exposta, foi que se concluiu pela *inconveniência* da renovação da concessão da RCTV. Segundo o Ministério do Poder Popular para Comunicação e Informação (VENEZUELA, 2007a, p. 54), as circunstâncias apuradas levaram o governo a agir no dever de: a) honrar o artigo 108 da Constituição de 1999, que exige a garantia cidadã ao acesso universal da informação; b) adotar uma nova estratégia no modelo das comunicações do país, democratizando-o; c) promover a segurança do Estado, ameaçada pelo apoio da emissora às tentativas de rupturas institucionais ocorridas em 2002.

⁶⁸ Cabe lembrar que a RCTV já havia sofrido sanções anteriores por veicular noticiário inverídico, pornográfico e sensacionalista (v. item 4.2.3).

4.5.3 RCTV, uma concessão

Para conferirmos se os fundamentos supra aludidos decorrem da deturpação da doutrina da Razão de Estado pelo governo bolivariano ou derivam dos limites e das atuações impostas pelo ordenamento jurídico democrático do país, devemos, antes de qualquer outra observação, trazermos à memória o fato de a RCTV ser uma empresa que desempenhava função pública pelo regime de concessão, exercendo ocupação que não lhe pertencia. Embora aparentemente semelhante, sua atividade não era idêntica a de impressos prestadores de serviços próprios, como por exemplo, os jornais El Universal e El Nacional, que, apesar de sua linha editorial oposicionista e de terem festejado o golpe de abril de 2002, não foram obrigados pelo governo a encerrar suas atividades.

No seu trabalho cotidiano sob o regime de concessão, de acordo com a Constituição de 1999, à RCTV realmente assistia o direito de expressar opiniões contrárias ao governo, independente de censura (art. 57º); de transmitir informações críticas à população, desde que não distorcidas (art. 58º) e, dentre outros, de veicular ideias independentes para contribuir na formação cidadã (art. 108º). Todavia, a tal empresa não cabia o direito de fazer uso de um bem público (o espectro de radiofrequência) para promover ações golpistas, para ameaçar a democracia do país ou para ignorar a vontade popular que, para o bem ou para o mal, elegera Chávez presidente da república. Não lhe assistia, da mesma forma, a prerrogativa de fazer uso do mesmo bem público para violar direitos de crianças e adolescentes, para deixar de cumprir obrigações trabalhistas ou para promover concorrência desleal. Em suma, na qualidade de empresa que exercia atividade pública, jamais poderia a RCTV atuar de forma contrária aos fins do Estado venezuelano previstos no artigo 3º, da Constituição de 1999, deixando de atentar ao necessário respeito à dignidade das pessoas e à vontade popular exprimida democraticamente.

O governo Chávez, ao fazer a opção de não renovar a concessão de tal emissora, levou em conta todas as situações assinaladas. Considerou, ainda, a gravidade da medida, especialmente para a vigência da

liberdade de expressão, fazendo instaurar prévio processo administrativo visando a apuração dos fatos e o exercício do direito de defesa, em absoluta conformidade aos ditames do devido processo legal. Exauridas estas medidas prévias e não elididas as acusações imputadas contra a prestadora de serviço público, foi que se tomou a providência de substituir a RCTV pela estatal TEVES.

Havia, é certo, dúvidas jurídicas levantadas pela emissora. Neste aspecto, alegava a RCTV que sua concessão venceria somente em 2022, por ter sido automaticamente renovada ao não receber a habilitação administrativa do CONATEL em 2002; aduzia ainda que não sofrera nenhuma condenação judicial por participação no golpe de abril de 2002 e que a medida governamental violava a liberdade de expressão (CIFRA, 2007, p.1). Tais argumentos, porém, eram de evidente fragilidade, ignorando a emissora que inexistia no país autorização jurídica para a renovação automática de concessão de radiodifusão; que a Administração Pública venezuelana não depende de prévia autorização judicial na atividade de fiscalizar concessões e que o direito à liberdade de expressão não implica a possibilidade de uma concessionária agir em desconformidade aos fins do Estado concedente.

Não por outro motivo, a mais alta corte do Judiciário do país, o Tribunal Supremo de Justicia, confirmou a juridicidade da opção governamental e reiterou o dever do Estado de agir positivamente no campo da comunicação social para:

[...] procurar la satisfacción eficaz del servicio universal de telecomunicaciones y asegurar a los usuarios y consumidores un servicio de calidad, en condiciones idóneas de respeto de los derechos constitucionales de todas las partes involucradas, por ser los medios de comunicación un medio de alcance e influencia en diversos aspectos de la sociedad y que pueden incidir tanto en la calidad de vida aquélla, como en derechos concretos (VENEZUELA, 2007b, p. 1).

O interessante é que a RCTV não negou efetivamente sua participação no golpe de 2002. Não refutou também a publicidade veiculada à desobediência civil no *paro* de dezembro do mesmo ano e nem a violação aos direitos das crianças e do adolescente e a normas trabalhistas e reguladoras da livre concorrência. Fez suas defesa permanecer nos estreitos limites do formalismo, deixando de objetar os *motivos determinantes do ato*.

É certo que as relevantes circunstâncias acima colocadas ainda não satisfazem os críticos de Chávez, que insistem nas teclas da autocracia, da violação às liberdades políticas e da ausência de pluralismo⁶⁹. Tudo, porém, a ser refutado a partir da constatação de que nada mais fez a Administração Pública chavista - no uso de sua atribuição *discrecionária* para agir “[...] com certa margem de liberdade e *avaliação* ou *decisão* segundo critérios de conveniência ou oportunidade formulados por ela mesma [...]” (MELLO, 207, p. 418) - senão tratar a RCTV como o que tal empresa era, *uma concessionária de serviço público sujeita aos fins do Estado concedente*.

4.5.4 A liberdade de expressão após a RCTV

Se do ponto de vista normativo a decisão de não renovar a concessão da RCTV, em meio a outras políticas públicas que objetivavam a democratização da mídia e a efetividade da liberdade de expressão, não encontrou irregularidade, resta saber de seus efeitos nas dinâmicas políticas e sociais venezuelanas. É que a prática de medida extrema como essa não deixa de potencialmente intimidar empresas de comunicação e profissionais do jornalismo, que, nesta condição, poderiam abandonar sua atividade de fiscalização crítica sobre governo, no temor de sofrer medida semelhante à

⁶⁹ Defende Antonio Pasquali (2007, p. 1) que “el cierre de RCTV representa casi la coronación de esa escalada demoledora, amputa despóticamente una porción demasiado grande de la libertad de disenter (“un derecho que la ley misma no puede prohibir” decía la Constitución de Angostura de 1819) generando una peligrosa merma de pluralismo y circulación de opiniones encontradas; un daño irreparable a la democracia imperfecta que queremos proteger de una dictadura perfecta.” No mesmo sentido, afirma Demétrio Magnoli (2010, p. 42), que “a primeira liberdade política que sofreu ao longo do processo de consolidação do chavismo foi a liberdade de imprensa. Em 2007, a Rede Caracas de Televisão (RCTV) foi proibida na Venezuela. A justificativa oficial foi a que a rede apoiara, em 2002, a tentativa de golpe de estado contra Chávez. A pergunta óbvia: por que, então, a RCTV não foi proibida, num processo legal, em 2002, mas apenas em 2007, quando começou a perseguição a uma série de outros órgãos de imprensa? Os veículos que passaram a ser cerceados e ameaçados sofrem processos por uma série de supostos crimes fiscais, numa evidente tentativa de intimidação. Aparentemente, na Venezuela, todos pagam impostos – menos os responsáveis por meios de comunicação que criticam o governo.”

RCTV. Neste caso, a esfera pública poderia ficar submetida ao discurso único oficial, impedindo a formação de um saber alternativo ao do Estado.

Transcorridos, contudo, mais de quatro anos do término da concessão da RCTV, é possível verificar que esse temor, apesar de fundado, não se concretizou. Quem folheia diariamente as edições impressas de jornais como El Universal, El Nacional e de novos diários como o Tal Cual (fundado em 2000) ou ainda acompanha as edições *on line* destes periódicos verifica, sem maiores dificuldades, que a divulgação do discurso oposicionista pela mídia continua de maneira semelhante a que ocorria nos primeiros momentos da ascensão do governo bolivariano. Quem, da mesma forma, assiste ao programa Aló Ciudadano, veiculado pela emissora de televisão Globovisión, testemunha diariamente entrevistas realizadas em quase sua totalidade com opositores ao governo, situação que não foi alterada nem mesmo nas vésperas das eleições parlamentares de 2010, tornando-se tal concessão, no período, um poderoso instrumento à propaganda contra-hegemônica dos partidos de oposição.

Tem-se, outrossim, a nova política governamental de concessões. Em 1998, havia no país, dentre transmissores de programação nacional ou regional, 31 canais privados abertos de televisão e oito públicos. Com a criação do CONATEL pelo novo marco de regulamentação concebido por iniciativa de Chávez, foram outorgadas até 2010 mais 65 concessões a canais privados, 37 a canais comunitários e 12 estatais (JAKOBSKIND, 2010, p. 1), de modo a se ampliar consideravelmente o pluralismo na transmissão de fatos e opiniões.

É verdade que, ao menos a curto prazo, o pluralismo não foi acolhido por considerável parcela da população e, o que é mais grave, terminou por beneficiar os principais concorrentes da RCTV. Tanto é assim que no ano seguinte à não renovação da concessão da emissora, a audiência da Venevisión alcançou a liderança isolada de 32,62 da média da audiência nacional (contra 27% em 2006), tendo a nova vice-líder Televen obtido 14,42% da audiência, quase o triplo do 5% alcançado em 2006 (AGB 2006 e 2008, p. 1).

Há ainda outros problemas não solucionados – e até agravados - pela atuação do Estado. Emissoras estatais como a VTV transmitem diariamente sua programação sem se submeter ao necessário controle de conteúdo, veiculando exclusivamente o discurso governamental. O presidente Chávez, por seu lado, na sua tradicional postura intransigente ao diálogo, continua a tratar a mídia não alinhada ao governo como uma inimiga a ser debelada, de forma a incentivar a prática de atos violentos ou arbitrários contra jornalistas e empresas opositoristas, conforme constatado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2009, item 441). De outro lado, a mídia aliada tem sido beneficiada pelo governo, mormente por recursos oriundos de publicidade oficial, fator que auxiliou em muito o impresso Últimas Noticias (fundado em 1941, pertencente ao grupo Capriles⁷⁰) a desbancar o El Universal e tornar-se o jornal de maior venda do país⁷¹. Por fim, o Judiciário venezuelano, não diferentemente, nem sempre tem colaborado para a ocorrência de debates livres e independentes, chegando em 2010 a proibir a mídia impressa de publicar imagens e textos com o tema da violência, decisão que ainda que prontamente tornada sem efeito, não deixou, por seu caráter prévio, de equiparar-se à *censura*⁷².

Somadas a tais circunstâncias, tem-se a escassa participação da sociedade civil na implementação das políticas públicas de comunicação social; estas, na sua grande maioria, decorrem exclusivamente de decisões tomadas pela cúpula da Administração Pública venezuelana. Sob a ótica do modelo de democracia participativa projetado pela Constituição de 1999,

⁷⁰ O mesmo grupo, porém, foi por muitos anos responsável por publicações opositoristas – não beneficiadas pela publicidade governamental – como o vespertino El Mundo, (ULLOA, 2004, p. 129), que em 2009 foi transformado em matutino especializado em economia e negócios.

⁷¹ Ainda que ambos os jornais estejam unidos por um *pool* entre diários na distribuição de seus exemplares. Segundo Ulloa (2004, p. 130), esta associação entre impressos, que deveriam ser concorrentes uns dos outros, deu-se em razão da necessidade de as empresas enfrentarem a crise provocada pelo *paro petrolero* de 2002.

⁷² Conforme Faraco (2009, p. 222-223), “quer parecer que a única forma de dar ao conceito de censura uma significação própria e operatividade prática é centrando-se na característica do controle prévio de cunho institucionalizado antes enunciada. Do contrário, o termo será empregado de forma sinônima a qualquer restrição à liberdade de expressão e comunicação incompatível com o texto constitucional (o que o torna redundante). Com isso, perder-se a possibilidade de identificar a atividade específica que é vedada pelo direito constitucional e o caráter nocivo que apresenta[...]”.

cuida-se de fato que deixa de levar em conta que a legitimidade democrática de medidas como as implementadas pelo governo Chávez necessitaria da “[...] livre discussão de todos os interesses envolvidos no interior de uma esfera pública institucionalizada (o parlamento)⁷³ e a primazia do mundo da vida em relação aos dois subsistemas”⁷⁴ (ARATO; COHEN, 1994, p. 168).

Mencionado problema não se limita às providências visando a efetivação da liberdade de expressão, podendo ter sua origem na fragilidade da sociedade civil venezuelana, onde “não há sindicatos e nem entidades vigorosas [...]” (MARINGONI, 2004, p. 196). Contudo, o Estado governado por Chávez tem colaborado para esta atrofia, inclusive na adoção de medidas que em tese possibilitariam a participação cidadã, mas por vezes utilizadas como instrumentos de cooptação governamental⁷⁵.

Problemas como os acima colocados, mesmo que profundos, podem ser compreendidos por ocorrerem em ambiente de extrema polarização, que conheceu tentativas de golpes de Estado patrocinadas pela grande mídia privada há menos de uma década atrás. Tudo isso, contudo, não impede que opositoristas continuem a veicular suas ideias pelos principais meios de comunicação abertos do país, especialmente as emissoras privadas de televisão, que, em 2010, obtiveram em média 61,4% da audiência nacional contra apenas 5,4% da audiência dos canais públicos e estatais, derrubando por terra a assertiva corrente de que Chávez teria o controle completo da mídia venezuelana (WEISBROT; RUTTENBERG, 2010, *passim*). E o que é mais importante, mencionados problemas não impedem que os cidadãos exponham e recebam livremente pontos de vista plurais, seja nas relações cotidianas de trabalho ou de vizinhança formadoras dos *espacios comunicativos primarios* (COSTA, 2002, p. 77-78); seja nos pequenos impressos locais, nos jornais de repercussão nacional ou nas emissoras de

⁷³ “[...] a esfera pública não aparece limitada nem externa, nem internamente. Não há uma distinção apriorística entre as fronteiras do público e do privado que definisse de saída os temas passíveis de tratamento político” (COSTA, 2002, p. 27),

⁷⁴ Os subsistemas mencionados pelos autores são o Estado e o mercado, nos termos das observações realizadas no item 2.1.3 deste trabalho.

⁷⁵ É o caso da implantação dos chamados *Consejos Comunales*, entidades que têm seu fundamento no poder Cidadão e que deveriam permitir às organizações comunitárias, grupos sociais e cidadãos a participação direta na gestão de políticas públicas. Todavia, segundo autores como Lander (2007, p. 78), Peláez, Jaimes e Chaguaceda (2009, p. 67), tais conselhos são também objetos de clientelismo e de discriminação de opositores.

televisão privadas veiculadoras de programação nacional; seja, por fim, na própria Assembleia Nacional, desde 2011 enriquecida com o retorno de significativa bancada da oposição, que lá debate com parlamentares governistas ou ministros nomeados por Chávez acerca dos destinos do país, recebendo intensa cobertura midiática.

Esse é o quadro que existe na Venezuela. Ante o sectarismo que ainda se mantém entre grupos políticos, não sabemos se perdurará ou se sucumbirá. De toda forma, a realidade é que as medidas de democratização da mídia implementadas por Chávez deixaram evidente que a atuação estatal no campo das comunicações - se efetuada nos limites do ordenamento jurídico e se aperfeiçoados os mecanismos sociais de controle fragilizados ante um prolongado estado de instabilidade política - não submete a esfera pública ao discurso único oficial nem tampouco leva um país em direção à autocracia. A ação positiva do Estado configura, pelo contrário, verdadeira necessidade de instituições democráticas consagradoras da liberdade de expressão.

5. A AUSÊNCIA DE ATUAÇÃO NO BRASIL

5.1 Considerações preliminares

Em continuação à análise teórica comparada proposta, nosso foco, no presente capítulo, é o Brasil. Para isso, analisamos as políticas públicas de comunicação social historicamente implementadas pelo Estado brasileiro, em confronto ao já examinado quadro venezuelano. Assim como no capítulo anterior ultimamos a análise na dinâmica política e social vigente sob o governo Chávez, concluímos agora o estudo nas relações que vigoraram e ainda vigoram sob os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Trata-se do período em que foram renovadas cinco concessões de um dos maiores impérios de comunicação da América Latina e em que foi tornada sem efeito pelo Judiciário uma das principais leis que regulavam a atividade midiática brasileira. Tudo isso no mesmo fim da primeira década deste século XXI em que a sociedade venezuelana fervilhava com a opção de seu governo de não renovar a concessão da emissora de televisão comercial mais antiga então em funcionamento do país.

Resta, então, saber se o quadro brasileiro tem levado ao aprofundamento da democracia para além do formalismo eleitoral; se tem assegurado a maior autonomia da esfera pública perante os sistemas político e econômico; e se, em suma, tem sido mais propiciador à efetividade da liberdade de expressão do que o contexto de embates da Venezuela.

Com o intuito de respondermos aludidas questões, iniciamos nossas investigações a partir da segunda metade do século passado, quando foi instaurado um regime ditatorial em substituição a um frágil sistema democrático-populista. Em seguida examinamos, o modelo oligopolista de mídia empresarial montado pela autocracia e os efeitos deste arcabouço no ora vigente sistema democrático, regido pela Constituição de 1988.

5.2 Da ditadura à redemocratização

5.2.1 O golpe e o regime militar

Tal como em tantos outros países latino-americanos, a história política brasileira da segunda metade do século XX é uma história marcada pela ruptura do processo de consolidação da democracia por intermédio de um golpe militar. No específico caso do Brasil, a quebra da ordem democrática deu-se em 1964 com a derrubada do presidente João Goulart. E, assim como ocorreu em outras nações do subcontinente, a vigência a partir de então de uma ditadura militar deixou, como legado, graves problemas estruturais, que ainda hoje obstam a plena democratização no país.

Isso não significa que o modelo aparentemente democrático anterior a 1964 tenha possibilitado a independência da esfera pública perante o sistema estatal. Pelo contrário, conforme salienta Francisco Weffort (1978, p. 53), a democracia brasileira vivida entre o término da ditadura de Getúlio Vargas (1945) e a queda de João Goulart caracterizou-se pela cooptação oficial dos movimentos sociais, tornando-os verdadeiros anexos de um Estado que se apresentava diretamente para os cidadãos, independente de mediações autônomas. As massas eram simplesmente instadas a aderir ao aparelho estatal por intermédio de medidas paternalistas, comandadas, segundo Raymundo Faoro (2001, p. 875), por líderes convertidos em pais protetores.

A instalação de um sistema democrático como esse teve sua origem no estado de transição em que se encontrava as estruturas econômica e social do país. De um lado, havia o desenvolvimento industrial oriundo da política de substituição de importações incrementada por Vargas, dependente de capitais estrangeiros e ainda impossibilitada de criar uma camada empresarial fomentadora de uma política autônoma; de outro lado, havia os setores agrários tradicionais, que não detinham mais o domínio que conquistaram durante o século XIX e os primeiros anos da república, mas cujo crescimento não foi obstado pelo desenvolvimento da indústria; por fim, ao lado dessas elites econômicas, havia as massas populares, especialmente as

urbanas, portadora de reivindicações próprias, a despeito de terem sido juridicamente tuteladas pela legislação trabalhista instituída por Vargas. Em tal situação, como nenhum dos grupos conseguia deter o poder hegemônico, *acordaram* na instalação do sistema (chamado de *populista*), onde o Estado aparecia como entidade no qual todos esperavam o atendimento de suas demandas. Às massas era atribuída a função de dar sustentação política a esta realidade estatal, não como coletividade autônoma, mas como objeto de manobra de aquisição e preservação do poder enquanto nenhum dos grupos dominantes possuía condições hegemônicas sobre os demais (WEFFORT, 1978, p. 56-58).

Essa realidade modificou-se com a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961 e sua sucessão pelo seu então vice, João Goulart, identificado com o *nacionalismo*⁷⁶. Como afirma Marcos Del Roio (2004, p. 101), o conjunto das classes trabalhadoras viu em Goulart a possibilidade de aprofundar a democracia naquele processo de industrialização por que o país atravessava, mobilizando-se em favor de reformas sociais que afetavam os interesses do latifúndio e do grande capital financeiro. A burguesia brasileira, porém, sob o forte assédio do latifúndio sujeito à transformação capitalista e do imperialismo norte-americano que pretendia se apropriar e investir no mercado nacional, uniu-se a tais interesses; daí que, utilizando-se das Forças Armadas e sob o apoio de parcela da sociedade civil⁷⁷, derrubou no final de março de 1964 um presidente que, aos seus olhos, cedia demasiadamente às demandas das massas.

Note-se que o golpe foi protagonizado pela burguesia nacional. Todavia, não isoladamente, sendo fruto também de uma extensa aliança que

⁷⁶ Anota Francisco Weffort (1978, p. 58-59) que na época ganhou “[...] importância política o nacionalismo, o qual tem como ponto de partida a idéia de que o povo é uma comunidade (minimizando deste modo as distinções de classe) e se orienta para o Estado como a única possibilidade de solução para os problemas estruturais. [...] Enquanto sob o populismo [...] o detentor do poder detém igualmente as iniciativas no que se refere à manifestação política das aspirações populares, e se orienta, portanto, por uma política realista cujos limites são definidos pelo compromisso entre os grupos dominantes, – sob a inspiração do nacionalismo, que traduz em nível ideológico a pressão popular, o governo se sente cada vez mais impulsionado a uma ação que, a médio ou longo prazo, conduz à liquidação da expressão política de certos setores conservadores agrários.”

⁷⁷ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em 19 de março de 1964 em São Paulo, ao reunir centenas de milhares de manifestantes em repúdio da aproximação de Goulart às massas, revelou o apoio da parcela conservadora da sociedade civil ao golpe que seria dado alguns dias depois.

reuniu parcela da sociedade civil, Forças Armadas, interesses estadunidenses e velhos setores agrários, muitos deles ainda herdeiros do *coronelismo* pré-Vargas que dominou o Brasil nos primeiros anos de república - não eliminados pelo processo de modernização da estrutura econômica⁷⁸.

O resultado desse movimento não foi apenas o afastamento das massas e dos nacionalistas do poder. O golpe contra Goulart levou também ao autoritarismo, à censura à imprensa, à perseguição aos oposicionistas e à cassação dos direitos políticos de quem ousava não se aliar ao modelo.

Tal quadro recebeu contorno jurídico com a Constituição outorgada em 1967 e com a Emenda Constitucional número 01 de 1969⁷⁹. Foi também desenhado pela elaboração de uma complexa legislação infraconstitucional, como, por exemplo, a Lei 5.250 de 9 de fevereiro de 1967 - conhecida como a Lei de Imprensa - em que, a despeito de regular institutos que normalmente objetivam tutelar a honra de terceiros como o *direito de resposta* (arts. 29 a 36), previu também institutos autoritários aptos a intimidar o trabalho crítico da mídia, como, por exemplo, a definição de crimes especiais praticados no uso da imprensa (arts 12 a 28).

Documentos jurídicos como os acima citados terminaram por fortalecer excessivamente os poderes dos agentes do Executivo, afastando por completo qualquer possibilidade de influência da sociedade civil nas decisões governamentais. Como descrito por Célia Galvão Quirino e Maria Lúcia Montes (1986, p. 68):

Por todos esses instrumentos, o Estado não faz mais que confirmar seu divórcio progressivo da sociedade civil, que o obriga a mantê-la em permanente vigilância, seja através da censura prévia aos meios de comunicação e à produção artística e cultural, seja considerando

⁷⁸ Como lembra Maria do Carmo Campello de Souza (1978, p. 185), o coronelismo foi uma das marcas das primeiras décadas de proclamação da república, promotora de ampla descentralização federativa consagrada na Constituição de 1891. Os coronéis municipais, condutores da massa eleitoral de localidades específicas, responsabilizavam-se pelos votos favoráveis às elites nacionais e estaduais, sendo, por sua vez, recompensados pela manutenção de seu domínio nos municípios.

⁷⁹ As alterações jurídicas promovidas por esta emenda constitucional levam alguns autores a considerá-la uma verdadeira Constituição, substituinte da outorgada em 1967, de caráter ainda mais autoritário: “para muitos, esta é vista como a ‘Constituição do Terror’, pois o tenebroso AI-5 nela se mantém, conferindo ao presidente da República poderes excepcionais que lhe permitem, inclusive, modificar e suspender até a própria Constituição” (QUIRINO; MONTES, 1986, p. 67).

como suspeitos todos os organismos de participação e representação política, dos sindicatos aos partidos, seja submetendo a representação política à proibição de propaganda eleitoral dos partidos e ao voto indireto, que contribui para distanciar o eleitor do seu representante, abrindo desse modo caminho para a consagração de um governo autoritário, centralizador das decisões políticas, tomadas por um poder burocrático e tecnocrata, que não responde e sequer tem canais para acolher as demandas da sociedade.

A partir daí, teve o Estado autocrático a possibilidade de atender as demandas da burguesia nacional e estrangeira, implementando políticas desenvolvimentistas, que, aliadas ao barateamento de capital externo da época⁸⁰, permitiram um robusto crescimento econômico especialmente na década de 1970 (o chamado *milagre econômico*) – sem alterar as estruturas excludentes do país, inclusive o latifúndio alicerçado pelos antigos coronéis.

5.2.2 O apoio da mídia ao golpe de 1964

A implementação de ambiente de vigilância, centralização administrativa e crescimento excludente, acima descrito, encontraram, como um dos fatores, o apoio da grande mídia brasileira ao golpe de 1964.

Com efeito, a radicalização na luta hegemônica a que o Brasil foi arrastado sob a presidência de João Goulart entre, de um lado, os interesses do grande capital nacional e multinacional (aliados, como dissemos, a outros setores) e, de outro lado, os interesses das grandes massas e dos defensores do nacionalismo, levou os principais meios de comunicação do país a se colocarem a serviço do primeiro grupo para a exclusão definitiva dos adversários. Nestes termos, enquanto os militares serviram ao golpe pelo uso da força, a grande mídia realizou a função precedente de propaganda dos “[...] saberes, práticas, modos de representação, juízos de valor e modelos de autoridade [...]” (MORAES, 2011, p. 47) defendidos pelo capital.

O suporte midiático ao golpismo, porém, não se deu repentinamente. Tratou-se, na verdade, de um longo trabalho de *supressão do jornalismo crítico pelo jornalismo manipulativo* (HABERMAS, 2003b, p.

⁸⁰ V. item 4.2.2.

210), iniciado no alinhamento às ideias antinacionalistas por parte dos principais jornais e revistas na época da elaboração da Constituição de 1946. O labor perdurou com o passar dos anos, tendo sido intensificado em outros períodos de turbulência política como nas semanas que antecederam o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, nas eleições presidenciais de 1955 e principalmente no espaço de tempo entre a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a derrubada de João Goulart em 1964. Nesta derradeira ocasião, o foco das críticas não se deu apenas ao nacionalismo, mas também ao comunismo, ao sindicalismo, à subversão de valores e à instauração de uma ditadura de esquerda, circunstâncias apresentadas como ameaças concretas pela figura do presidente João Goulart (BIROLI, 2009, p. 277).

Aludido trabalho externou-se ao final no apoio quase unânime dos meios de comunicação ao golpe militar de 1964. Existiam, é verdade, exceções, como o suporte dado pelo jornal *Última Hora* de Samuel Wainer ao governo João Goulart. Todavia, não foi o que prevaleceu, de forma que a derrubada de um presidente que ocupava o cargo em conformidade à Constituição então vigente foi, de modo geral, divulgada paradoxalmente como um ato de restabelecimento da ordem, da lei e da democracia, colocados a salvo pela pretensa ameaça soviética. As palavras introdutórias do editorial publicado pelo diário *O Globo* em 2 de abril de 1964, sob o título *Ressurge a democracia*, são, neste sentido, exemplar:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

5.2.3 Os meios de comunicação em 1964

A estrutura da comunicação do Brasil de 1964 diferia substancialmente da vigente neste início de século XXI. E nem poderia ser diferente, tendo em conta as evidentes dessemelhanças existentes em um

período em que as emissoras de televisão sequer logravam proceder à transmissão simultânea de sua programação em rede nacional.

Tal circunstância, porém, não elide o fato de que na década de 1960 já estava consolidada no país a mídia burguesa e concentradora (SODRÉ, 1999, p. 355-390). No caso da mídia escrita, por exemplo, os jornais profissionalmente organizados predominavam nos grandes centros urbanos, como o tradicional O Estado de São Paulo e, em menor grau, a Folha de S. Paulo, ambos sediados no principal centro financeiro do país. Havia ainda outros diários de igual importância, como os cariocas Jornal do Brasil, O Globo e Tribuna da Imprensa; o porto alegreense Última Hora e o brasiliense Correio Braziliense. Este último era componente do então maior império midiático brasileiro, o Diário Associados de Assis Chateaubriand, que também detinha o domínio de outros importantes jornais, como o Estado de Minas e o Diário de Pernambuco, além da revista de informação O Cruzeiro.

É esse mesmo império Chateaubriand que consolidou a existência da *propriedade cruzada*. Ao grupo, pertencia ainda a rede de emissoras de rádio Tupi e a primeira emissora de televisão brasileira, a TV Tupi, fundada em São Paulo no ano de 1950. Esta expandiu-se rapidamente para outros centros em paralelo à expansão da própria televisão: é assim que tal mídia alcançou o Rio de Janeiro em 1951 e, a partir de 1955, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Campina Grande, Fortaleza, São Luís, Belém e Goiânia (PRIOLLI, 2000, p. 17).

O modelo comercial de emissoras de televisão foi, portanto, o que prontamente prevaleceu no Brasil. Trata-se de uma situação diversa da ocorrida na Venezuela, onde, de início, adotou-se o modelo estatal como estratégia de legitimação de um regime ditatorial. No Brasil havia uma democracia, que, na sua fragilidade trazida pela cooptação oficial da esfera pública, permitiu a concentração na propriedade dos meios de comunicação. O preço pago por tal lapso estrutural foi a própria sobrevivência do regime democrático, que não resistiu ao golpe promovido, dentre outros fatores, pelo trabalho de reduzido número de proprietários de empresas midiáticas.

5.2.4 O suporte ao regime ditatorial: dois casos

Instalado o regime militar, houve por parte das elites que o comandavam a preocupação de propiciar a vigência de um sistema com certa aparência democrática, a ponto de não eliminar por completo as eleições parlamentares e municipais, de preservar uma separação (limitada e formal) dos poderes Legislativo e Judiciário e de manter o modelo predominantemente não estatal de mídia. Tudo isso porque, conforme comentado, a deposição de João Goulart deu-se sob a justificativa de preservar a democracia contra supostas ameaças oriundas do comunismo-nacionalismo.

Dessa forma, à exceção do Última Hora de Samuel Wainer (perseguido até ser obrigado a encerrar suas atividades no início da década de 1970), a grande mídia foi recompensada pelo apoio ao golpe através do incentivo oficial ao modelo privado. Em troca, a tais empresas foi dada a tarefa de promover a propaganda em favor das ideias que deram fundamento à instituição do regime militar– proporcionando, assim, a *obediência voluntária dos governados* ao sistema (COMPARATO, 2010, p. 1) – em complemento à coerção exercida pelos órgãos policiais na repressão aos grupos oposicionistas.

Esse suporte inicial da mídia às novas elites que ocuparam o sistema estatal não permaneceu, entretanto, uniforme. O endurecimento do regime a partir da edição do Ato Institucional número 5 de 1968 – o chamado AI-5⁸¹ - dividiu as empresas de comunicação entre aquelas que permaneceram apoiando o governo militar e aquelas que, se não reivindicavam transformações sócio-econômicas mais profundas, ao menos passaram a criticá-lo.

⁸¹ Editado em 13 de dezembro de 1968, o AI 5 atribuiu ao presidente da República excessivos poderes, “[...] autorizando-o a suspender as garantias institucionais da magistratura, as imunidades parlamentares e o recurso do *habeas-corpus*, a intervir nos Estados e Municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos, confiscar bens ilicitamente adquiridos no exercício da função pública, decretar estado de sítio sem audiência do Congresso, demitir ou reformar oficiais das Forças Armadas e das polícias militares, além de promulgar decretos-leis e atos complementares, na ausência de atividade do poder legislativo, já que o recesso do Congresso Nacional poderá ser decretado inclusive por tempo indeterminado, como ocorreu precisamente na ocasião da promulgação do próprio Ato Institucional n. 5” (QUIRINO; MONTES, 1986, p. 66-67).

Em relação ao primeiro grupo de empresas, destacamos dois exemplos que consideramos paradigmáticos, tendo em conta o caráter ostensivo do apoio proporcionado ao regime mesmo após o AI-5 e a dimensão (e, portanto, o poder de repercussão do suporte) dos empreendimentos. São os casos do Grupo Folha da Manhã e das Organizações Globo.

Sediado em São Paulo, o *Grupo Folha da Manhã* foi fundado em 1925. No início da década de 1960, a organização foi adquirida por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que procederam a importante guinada empresarial, criando cinco novos jornais: a Folha de S. Paulo, o Última Hora de São Paulo, o Notícias Populares (estes três fundados no ano de 1965), o Cidade de Santos e a Folha da Tarde (ambos criados em 1967).

Foi esse último impresso que veio a ser o principal instrumento do grupo em favor do sistema político então vigente. De acordo com Beatriz Kushnir (2004, p. 315-335), após a edição do AI-5, a Folha da Tarde passou a ser dirigida por jornalistas umbilicalmente relacionados ao regime, alguns dos quais funcionários da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo⁸². Sob este novo quadro, o diário apoiou agressivamente o governo militar, adotando linha policialesca contra os atos oposicionistas que considerava terroristas; cedendo espaço, nas suas manchetes, para divulgação de notas oficiais; omitindo a divulgação de atos contrários ao sistema (não noticiou, por exemplo, os protestos realizados na Catedral da Sé, uma semana após o assassinato de Vladimir Herzog nos porões da ditadura em 1975) e dando suporte logístico direto à repressão (a ponto de emprestar veículos utilizados para a distribuição de jornais aos órgãos de repressão).

Importante notar que, em tal época, o Grupo Folha da Manhã não ostentava maior relevância no meio midiático. Como salienta Victor Gentilli (2004, p. 94), nem mesmo a sua principal publicação, a Folha de S. Paulo, tinha a credibilidade e a força política de seu principal concorrente, o

⁸² “O próprio editor-chefe possuía um cargo administrativo na Polícia, obtido por concurso público desde 1962. O coronel da PM – na época, major – Edson Corrêa era repórter de Geral; o delegado Antônio Bim esteve por algum tempo no jornal; o chefe de reportagem Carlos Dias Torres era investigador de polícia e o editor-chefe de Internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira, era agente do Dops” (KUSHNIR, 2004, p. 327).

tradicional O Estado de São Paulo. É uma circunstância que pode explicar seu apoio à autocracia, para além da afinidade de ideias. De toda forma, esta opção auxiliou, indubitavelmente, o crescimento do grupo, a ponto de, no final do século passado (ano 2000), a Folha de S. Paulo ter tiragem superior ao próprio O Estado de São Paulo (450 mil e 400 mil exemplares, respectivamente) (SILVA, D, 2007, p. 1).

O outro exemplo que consideramos paradigmático consiste nas *Organizações Globo*⁸³. Fundada com a criação do pequeno jornal carioca A Noite, tal empreendimento passou a expandir-se com a instituição do diário O Globo, em 1925, cuja direção foi assumida por Roberto Marinho no mesmo ano. Em 1944, o grupo alcançou as emissoras de rádio através da Rádio Globo e, em 1964, as emissoras de televisão, com a criação da Rede Globo de Televisão. A fundação dessa última foi financeiramente impulsionada pela celebração de acordo com a multinacional Time-Life, que capitalizou o empreendimento brasileiro em troca da participação de lucros, o que era de duvidosa juridicidade, tendo em conta que o artigo 160 da Constituição de 1946 (vigente na época) proibia expressamente a estrangeiros, a titularidade da propriedade de emissoras de televisão⁸⁴.

Com esse império criado, agora liderado pela Rede Globo de Televisão, a organização passou a exercer o papel de, segundo Venício de Lima (2006, p. 84), agente legitimador do regime, “[...] mediante a criação, a manutenção, e a reprodução do clima de euforia, possível pela construção de uma representação *distorcida* da vida no país.” Em determinados momentos, o apoio da Globo ao sistema estatal deu-se de forma mais ostensiva, mediante a explícita manipulação dos seus noticiários: é o caso da eleição para governador no Rio de Janeiro em 1982, onde, com o intuito de evitar a vitória do opositor Leonel Brizola, veio a emissora a dar ampla divulgação à apuração que havia sido fraudada por empresa ligada aos militares em favor de Wellington Moreira Franco (o candidato do regime); é também o caso da

⁸³ Algumas das citações de autores, constantes no presente trabalho, mencionarão as siglas OG e RGTV, que se referem, respectivamente, às Organizações Globo e à Rede Globo de Televisão.

⁸⁴ Eis a parte do dispositivo aplicável ao caso (BRASIL, 1946, art. 160): “É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas assim como a de radiodifusão a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros.”

omissão da cobertura da campanha para aprovação da emenda constitucional oposicionista Dante de Oliveira em 1984 (a campanha das *diretas já*), tendo a emissora recusado-se a divulgar chamadas pagas para um comício que seria realizado em Curitiba e noticiado um comício ocorrido na data de 25 de janeiro de 1984 em São Paulo como se fosse um evento de comemoração ao aniversário da cidade (LIMA, 2006, p. 73-74).

Assim como sucedeu com o Grupo Folha da Manhã, todo o apoio acima aludido foi devidamente recompensado pelo sistema político. Ressalta Venício de Lima (2006, p. 80-81) que no ano de 1968 as Organizações Globo detinham três concessões de televisão (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), ampliando-se para mais duas em apenas quatro anos (Brasília e Recife); passaram, então, a contratar emissoras afiliadas, que alcançavam a soma de seis em 1973, 13 no ano seguinte e 36 em 1982 (quando o processo de reabertura democrática tomou corpo com as primeiras eleições diretas para governadores dos Estados da federação); também em 1982, a emissora logrou ocupar a posição de quarta maior rede de televisão do mundo, sendo então composta por seis emissoras geradoras, 36 afiliadas e mais cinco estações repetidoras, cobrindo 3.505 dos 4.063 municípios brasileiros existentes na época, o que significava 93% de toda a população e 99% dos domicílios com TV; essa audiência proporcionava-lhe, em período semelhante, 75% de cativos à sua programação e 70% de toda verba publicitária aplicada na televisão brasileira.

É certo que o sucesso do empreendimento deveu-se também a outras importantes situações, como o desmantelamento do grupo Diário Associados após a morte de Assis Chateaubriand em 1968 e o próprio profissionalismo administrativo implementado na organização (GENTILLI, 2004, p. 91). É certo também que foram criadas outras emissoras no decorrer do período ditatorial, como a Bandeirantes no final da década de 1960, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e a Manchete, ambos nos anos de 1980. É certo, por fim, que, sob o regime, foram instituídas emissoras não comerciais, como as universitárias, as educativas e a TV Cultura de São Paulo. A realidade, porém, é que havia uma simbiose ímpar entre o regime e as Organizações Globo, que trouxe vantagens para ambos:

[...] a RGTV representava o modelo de empresa moderna e eficiente, ajustada à política econômica excludente, concentradora e transnacionalizada. A consolidação da RGTV como uma empresa forte serviu ao regime porque ela defendia interesses similares ao dele e serviu, é claro, às próprias OG, um conglomerado brasileiro associado direta e indiretamente ao capital internacional (LIMA, 2006, p. 84).

O resultado desse processo foi a *hegemonia absoluta* da emissora sobre as concorrentes, conquistado em brevíssimo espaço de tempo. Formou-se, pois, verdadeiro *monopólio* a favor do empreendimento.

5.2.5 A regulação insuficiente e o coronelismo eletrônico

Tudo isso não quer dizer que o regime militar não tenha procedido à regulamentação que, sob uma análise superficial, poderia levar à crença da impossibilidade de um processo de concentração como o experimentado pelas Organizações Globo. O Decreto 236 de 28 de fevereiro de 1967, editado portanto logo no início da vigência do sistema autocrático, impôs alguns limites à expansão da propriedade midiática, especialmente na vedação às entidades de televisão e rádio da detenção de mais de 10% das licenças nacionais e a proibição do domínio de mais de duas licenças de televisão por Estado membro (art. 12). Entretanto, conforme afirmam Toby Mendel e Eve Salomon (2011, p. 69-70) - em estudo publicado pela UNESCO - tais limitações eram evidentemente insuficientes, na medida em que não proibiram a extensão das emissoras maiores por meio de suas relações com afiliadas, o chamado controle indireto (via relações pessoais envolvendo proprietários de emissoras) e nem a propriedade cruzada.

A questão da propriedade cruzada não era nova, estando consolidada desde a construção do conglomerado Chateaubriand. Por sua vez, os problemas envolvendo as afiliadas e o controle indireto foram, em grande parte, ampliados pelo apoio estatal concedido aos empreendimentos privados midiáticos.

Para isso, o regime executou um arcabouço de favores recíprocos entre lideranças nacionais e regionais que em muito se assemelhava ao velho coronelismo dominante nas primeiras décadas de

proclamação da república. Este é o fundamento do uso corrente da expressão *coronelismo eletrônico*. Segundo Venício de Lima (2007, p. 113-114), a União outorgava e renovava concessões do serviço de radiodifusão a lideranças municipais que, detendo com isso a capacidade de trabalhar a opinião pública daquelas localidades, realizavam promoção pessoal na disputa de mandatos eletivos municipal, estadual ou federal; tais lideranças, por sua vez, também promoviam os grupos estaduais e nacionais responsáveis pela outorgas das concessões, utilizando suas emissoras de rádio ou televisão como instrumento de hegemonia dos concedentes.

Mencionadas emissoras locais, desprovidas do capital das emissoras nacionais, normalmente exibiam os programas produzidos por estas, de início gravados por videoteipe e enviados às localidades mais distantes por avião. Anota Gabriel Priolli (2000, p. 18-19), porém, que, com a inauguração da Rede Básica de Microondas em 1969 (interligando o país por sistemas confiáveis de telefonia e transmissão de TV, rádio e dados), o esquema do envio de videoteipe por transporte aéreo foi substituído por uma organização mais complexa. Assim, para transmitirem a programação das emissoras nacionais, tiveram as empresas locais que *afiliar-se* àquelas (as chamadas *cabeças de rede*), obrigando-se a exibir quase que exclusivamente o conteúdo produzido pelas empresas de maior capital.

Esse processo terminou por consolidar o esquema coronelista. A programação das grandes emissoras transmitida pelas empresas menores levou às mais distantes localidades as ideias defendidas pelas elites nacionais e responsáveis pela outorga de concessões; da mesma forma, o pouco – mas importante – espaço deixado à transmissão de programas produzidos pelas emissoras afiliadas perdurou na difusão das ideias das elites locais, as concessionárias. Tudo isso, somado ao maior poder (e concentração) adquirido pelos grandes empreendimentos midiáticos, especialmente as da Organizações Globo, que teve seus programas simultaneamente divulgados para todo o país (lembrando que em 1982 a emissora já detinha o controle de 36 afiliadas).

O coronelismo eletrônico incentivado pelos militares fortaleceu, ainda, o controle indireto sobre os empreendimentos de

comunicação. Como lembra Venício de Lima (2006, p. 122), a dispersão das concessões levou que aliados locais cedessem seus nomes para que lideranças nacionais – já detentoras de outras emissoras mas limitadas pelas reduzidas restrições do Decreto 236/67 – expandissem suas empresas de comunicação. Com este esquema, os concessionários locais tornaram-se verdadeiros “laranjas” de empresários que já exerciam outras concessões, sem impedimento legal. É o caso, lembrado pelo autor, da atribuição a ex-deputado federal do controle de duas emissoras de rádio no interior do Estado do Rio de Janeiro que, no cadastro do Ministério das Comunicações, aparecem em nome de dois concessionários, tendo um deles declarado sequer saber que dirigia uma estação.

Eis o resultado de cerca de 20 anos de regime ditatorial e da instituição de uma regulação insuficiente. A aliança entre o Estado e o mercado levou à predominância completa do modelo comercial de mídia, colaborando para o crescimento de reduzido número de empresas aliadas ao regime, em detrimento do pluralismo de informações, que seriam necessários à plena autonomia da esfera pública. E o que é mais grave, no caso das radiodifusoras, em um esquema de alianças arcaicas, que remontavam ao que havia de mais atrasado nos primórdios da república brasileira – em que pese a modernidade propagada pela burguesia que protagonizou a derrubada de João Goulart.

5.2.6 A oposição da mídia e o fim do regime

Sem embargo dos privilégios disponibilizados a empreendimentos privados de comunicação, a radicalização da ditadura levou determinadas empresas midiáticas à oposição ao regime, ainda que a maioria delas tenham apoiado o golpe de 1964.

O primeiro caso que podemos trazer à memória é o do carioca Jornal do Brasil que, logo no dia seguinte à publicação do AI-5, produziu edição histórica colocando em sua primeira página cobertura que ludibriava a censura imposta, prevendo de antemão os tempos obscuros que viriam a partir

daquele momento. Outro caso de suma importância foi o do tradicional O Estado de São Paulo que, juntamente com o diário Jornal da Tarde, pertencente ao mesmo grupo, publicavam, respectivamente, poemas e receitas culinárias nos locais que seriam destinados a matérias censuradas. De semelhante importância, foi a Revista Veja, criada pela Editora Abril em 1968, que, durante o governo do presidente Médici, chegou a divulgar duas edições seguidas tendo a tortura como matéria principal (GENTILLI, 2004, p. 92-94).

O mesmo período testemunhou ainda o amplo desenvolvimento da imprensa alternativa, representada principalmente por semanários de circulação nacional, como Pasquim, Movimento e Opinião. Como lembrado por Bernardo Kucinski (2005, p. 116), embora unidos pela oposição ao regime, tais meios caracterizavam-se pelo pluralismo de ideias: havia os anarquistas e marxistas, os nacionalistas e internacionalistas, os católicos e feministas, dentre outros.

No final do regime, desmascarado o *milagre econômico* pela crise da dívida externa dos anos de 1980 sucedida em quase toda América Latina⁸⁵, até mesmo a grande mídia que dava suporte aos militares deslocou-se para o campo oposicionista. A Folha de S. Paulo é o exemplo mais evidente, que, segundo Sergio Costa (2002, p. 68-69), percebendo o “[...] potencial mercadológico da prática jornalística próxima ao anseio social por maior democracia e transparência no processo político”, aderiu definitivamente no ano de 1984 à abertura democrática, tendo intensa participação em favor do *movimento diretas-já*. No mesmo sentido, foi a Rede Globo de Televisão, que, com a indicação de Paulo Maluf à candidatura à presidência da república pelo partido de situação à sucessão do General Figueiredo, abandonou o ufanismo e passou a publicar jornalismo crítico ao governo, também aderindo, em abril de 1984, à cobertura do *movimento diretas-já* (LIMA, 2006, p. 85-86).

Pode-se dizer que, por trás de todos os casos citados, havia interesses empresariais, prejudicados pela censura oficial (MARCONDES FILHO, 1986, p. 85). O fato, porém, é que a adesão midiática à democracia na

⁸⁵ V. item 4.2.4.

década de 1980 evidenciou o potencial dos meios de comunicação na construção de uma esfera pública autônoma no Brasil contra sua histórica cooptação pelo Estado. Como ressalta Sergio Costa (2002, p. 34):

Em que pese a configuração oligopólica das relações de propriedade em todos os campos da mídia brasileira, desenvolvimentos como a difusão de um estilo investigativo de jornalismo e a própria preservação do espaço público de afirmação da autonomia dos que produzem o material divulgado (jornalistas, produtores culturais etc) fazem dos meios de comunicação, diferentemente do que se afirma correntemente, ator importante na construção do espaço público no país.

5.3 O novo modelo democrático

5.3.1 Os acordos de bastidores da Nova República

O processo de redemocratização do Brasil evidenciou, contudo, como o potencial acima aludido pode ser desperdiçado em acordos políticos celebrados nos bastidores, em detrimento do diálogo com a sociedade civil.

A eleição de Tancredo Neves à presidência da república em 1985, responsável pela instituição da chamada *Nova República*, revelou perfeitamente essa situação. A forte mobilização que ocorreu a partir do movimento em favor da aprovação da emenda Dante de Oliveira foi substituída por um processo realizado em conformidade às regras do jogo ditatorial então vigente, via Colégio Eleitoral, possibilitado pela adesão, de última hora, de considerável parcela das elites que deram suporte ao sistema autocrático por duas décadas.

A grande mídia brasileira, especialmente a Rede Globo de Televisão, mais uma vez exerceu papel fundamental nesse esquema. Anota Venício de Lima (2006, pp. 86-87) que, em março de 1984, realizou-se um encontro entre Roberto Marinho e Tancredo Neves, onde ficou acordado o apoio da emissora à eleição deste último em troca da manutenção da empresa à posição de liderança no conjunto de forças que se uniam em torno da derrubada do regime militar. Vencido o pleito no Colégio Eleitoral, o presidente eleito anunciou, para o futuro governo, o funcionário da Globo

Antônio Brito como secretário de imprensa e Antônio Carlos Magalhães, político oriundo do regime militar e estreitamente ligado a Roberto Marinho, como Ministro das Comunicações.

Com a morte de Tancredo Neves e assunção do vice José Sarney à presidência, o acordo político teve sua vigência perdurada e aperfeiçoada. Isto não apenas na manutenção de ministros indicados pelo presidente falecido, mas também pela indicação de outros titulares de pastas, chegando-se a submeter à anuência prévia de Roberto Marinho a nomeação de Ministro da Fazenda ocorrida em 1988 (LIMA, 2006, p. 77-79).

Um jogo de bastidores como acima descrito não configura, isoladamente, uma peculiaridade do processo de reabertura democrática brasileira. Encontra-se, a bem da verdade, inserido no problema do *poder invisível* dos sistemas políticos genericamente considerados, cuja constância é vista por Bobbio (2009, p. 41) como uma das *promessas não cumpridas da democracia*. No caso do Brasil, porém, tais acordos tiveram a peculiaridade de receber execução em consonância ao coronelismo eletrônico consagrado pelo mesmo regime ditatorial que o novo sistema pretendia superar. É deste quadro que se compreende a afiliação da TV Bahia – pertencente à família de Antônio Carlos Magalhães – e da TV Mirante – pertencente à família de José Sarney⁸⁶ – à Rede Globo de Televisão, respectivamente em 1987 e 1991.

5.3.2 A propaganda neoliberal

Foi sob tal arcabouço que a grande mídia oligopolista manteve seu trabalho de divulgação de ideias das elites econômicas que procuravam manter sua hegemonia no novo sistema político. Daí é que se entende a sua adesão ao neoliberalismo na década de 1980.

⁸⁶ No período em que ocupou a chefia do Executivo, Sarney outorgou 1028 concessões de radiodifusão a aliados (o que representou 30,9% de todas as concessões outorgadas até o governo seguinte), recebendo em troca o apoio dos projetos governistas no parlamento (PIERANTI, 2006, p. 107-108).

O passo inicial nesse processo foi o trabalho de opinião pública que os meios de comunicação procuraram realizar nos debates travados da Assembleia Constituinte, convocada pelo governo da Nova República a fim de dar juridicidade à reabertura democrática. A grande mídia adotou, de modo geral, posições uniformes em favor da instituição de um Estado não intervencionista, de forma que o oligopólio na propriedade dos meios de comunicação foi transformado em verdadeiro monopólio na transmissão de concepções.

O labor realizado pela mídia impressa foi representativo. De acordo com Francisco Fonseca (2010, p. 23) os diários Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo combateram uniformemente a ampliação de direitos sociais propostos durante a Assembleia Constituinte, como licença-maternidade, a licença-paternidade e a majoração do valor da hora-extra. Tais direitos, segundo o autor, eram tidos pelos periódicos como *catastróficos à produção* (isto é, desestimulariam a produção e aumentariam o desemprego), *inócuos* (ou seja, não seriam respeitados pelo sistema econômico) e *ameaçadores* (isto é, colocariam em risco os demais direitos conquistados, como o mercado formal de trabalho).

Ressalta Bernardo Kucinski (2005, p. 116) que o teor publicado pela grande mídia escrita passou a pautar o noticiário das emissoras de rádio e televisão, submetendo a esfera pública a uma situação, no mínimo, curiosa. É que, enquanto na ditadura militar havia certa divergência nos pontos de vistas expostos pelos meios de comunicação (especialmente no apoio ou não ao regime), na democracia tais debates foram substituídos pelo discurso único, reduzindo, paradoxalmente, o pluralismo na divulgação de opiniões.

5.3.3 A Constituição de 1988

Sem embargo da situação acima descrita, a esfera pública politicamente ativa daqueles tempos de reabertura logrou mostrar a capacidade dos debates informais para a “[...] domesticação democrática do processo de colonização dos domínios do mundo vivido pelos imperativos do

sistema” (HABERMAS, 1990, p. 15), evitando que o trabalho dos parlamentares incorporasse por completo o discurso midiático. O produto final da Constituição de 1988 refletiu bem os conflitos entre os anseios de justiça social por parcela da sociedade civil e as demandas do sistema econômico de não intervencionismo estatal e de abertura à economia globalizada.

A redação dada ao artigo 170 da nova Constituição elucidou perfeitamente o teor desses embates. Assim, da mesma forma que tal dispositivo garantiu o direito à propriedade (inciso II), impôs ao titular do domínio o dever de cumprir a função social (inciso III); da mesma maneira que assegurou a livre iniciativa (caput e inciso IV), determinou o respeito ao consumidor e ao meio ambiente (incisos V e VI); por fim, da mesma forma que garantiu a livre concorrência (inciso IV), impôs a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca pelo pleno emprego (incisos VII e VIII).

Há outras *aparentes contradições* que apareceram no novo texto constitucional, não apenas na regulação do sistema mercadológico, mas também do sistema estatal. São os casos da participação direta nas deliberações via plebiscito, referendo e iniciativa popular (art. 14), da descentralização administrativa obtida pelo reconhecimento dos Municípios como entes federativos (art. 18), da maior autonomia concedida ao Legislativo (arts. 44 a 58), Judiciário (arts. 92 a 100) e Ministério Público (arts. 127 a 130); e, por outro lado, da concomitante centralização de poderes nas mãos do presidente da república, dotado, nos termos do artigo 62, de atribuição legislativa na edição de medidas provisórias (em consonância à tradição latino-americana de fortalecimento do Executivo na adoção do presidencialismo estadunidense)⁸⁷.

Supostos antagonismos como os acima aludidos deram margem à formulação de críticas contundentes à nova ordem constitucional, especialmente dos setores que almejavam a diminuição da atuação do

⁸⁷ Trata-se de atribuição que, de certa forma, impõe maiores poderes do que aqueles conferidos pela Ley Habilitante da Constituição venezuelana de 1999, vez que a elaboração de medida provisória não depende de autorização prévia do Parlamento.

Estado⁸⁸. Tais circunstâncias, porém, não elidem o significado histórico do documento de 1988, fruto de conflitos de uma sociedade complexa que procurava não repetir os erros do sistema autocrático anterior. O resultado foi a promulgação de uma Constituição tendente à democracia participativa e, portanto, plural, incorporando, no final das contas, a ampla gama de direitos fundamentais positivados ao longo dos séculos de evolução do constitucionalismo⁸⁹. Tudo isso, através de intensos debates travados sob uma esfera pública que por vezes conseguiu fazer ecoar na organização parlamentar suas demandas.

5.3.4 A liberdade de expressão na nova ordem constitucional

A Constituição de 1988 ampliou consideravelmente as possibilidades de tais espécies de debates, consagrando a liberdade de expressão como direito essencial à democracia, também em conformidade às tendências do constitucionalismo contemporâneo⁹⁰.

Para isso, a nova Carta Constitucional expressamente sancionou a liberdade à palavra independente de licença ou censura, vendando o anonimato e garantido o direito de resposta e de indenização por eventuais abusos (art. 5º, IV, V, IX e X). Em capítulo especificamente destinado à comunicação social, tornou a proibir a censura e a elaboração de lei apta a embaraçar a liberdade de informação jornalística em qualquer meio de comunicação (art. 220, caput e parágrafos 1º e 6º). No mesmo capítulo, o legislador constituinte fez menção expressa à censura política ideológica e artística, vedando-a, mas permitiu a elaboração de lei federal reguladora de diversões e espetáculos públicos e garantidora dos valores da pessoa, da família, da saúde e do meio ambiente (art. 220, parágrafos 2º, 3º e 6º).

⁸⁸ As observações de Miguel Reale (2005, p. 44) revelam bem esse ponto de vista: “a rigor, os elaboradores de uma constituição devem se limitar à declaração de diretrizes políticas gerais, sem se perderem em minúcias, como fez em 1988, pois todo detalhismo regulativo redundaria em *totalitarismo normativo*, com inevitável bloqueio das futuras opções conaturais ao processo democrático.”

⁸⁹ V. item 3.2.

⁹⁰ V. item 3.2.5.

Preocupou-se, ainda, com o pluralismo na transmissão de informações, proibindo a formação de monopólio ou oligopólio na propriedade dos meios de comunicação (art. 220, parágrafo 5º) Nos dispositivos seguintes, relacionou princípios a serem observados na produção e programação das emissoras de rádio e televisão e limitou aos brasileiros a propriedade de tais espécies de mídia (arts. 221 e 222). Ainda no aludido capítulo, impôs ao Executivo, ouvido o Congresso Nacional, a atribuição de renovar ou não as concessões, permissões ou autorizações de emissoras de rádio e televisão (no prazo, respectivamente, de dez e quinze anos) e, ao Judiciário, o poder de cancelar tais concessões antes do seu vencimento (art. 223)⁹¹. Por fim, determinou ao Congresso Nacional a instituição de órgão auxiliar denominado Conselho de Comunicação Social (art. 224).

Como se percebe, tal como faria a Constituição venezuelana na década seguinte⁹², a Constituição brasileira de 1988 preocupou-se em garantir a efetividade da liberdade de expressão tanto em relação ao sistema estatal quanto em relação ao sistema econômico. Afastando-se do pensamento liberal, estipulou, para isso, o dever de realização de políticas públicas positivas, reguladoras da propriedade dos meios de comunicação e do conteúdo publicado por estas empresas.

⁹¹ A Constituição Federal brasileira, em seu artigo 223, caput, faz referência não apenas à concessão, mas também à *permissão* e à *autorização* de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. José Afonso da Silva (2007, p. 831) esclarece que permissão “...é o meio pelo qual o presidente da República outorga a uma pessoa física ou jurídica o serviço de radiodifusão limitado ao serviço de radioamador, destinado a treinamento próprio, intercomunicação e investigações técnicas, levadas a efeito por amadores, devidamente autorizados, interessados na radiotécnica unicamente a título pessoal e que não visem a qualquer objetivo pecuniário ou comercial, assim como o serviço espacial relativo a determinados serviços de interesse geral, não abertos à correspondência pública. A autorização também é ato unilateral e precário pelo qual o presidente da República outorga os serviços de radiodifusão de caráter local.” O que se vê é que as permissões e as autorizações de emissoras de rádio e televisão têm alcance restrito, não sendo utilizados pela grande mídia. Por este motivo é que nos limitamos, no presente trabalho, a tecer considerações acerca das *concessões*.

⁹² V. item 4.3.3.

5.3.5 O exercício da liberdade de expressão pela grande mídia

Em que pese essa circunstância, não foi assim que a liberdade de expressão foi aplicada pela grande mídia brasileira. Após terem de ceder a demandas da sociedade civil na elaboração da Carta Constitucional de 1988, tais empreendimentos tornaram a tomar partido dos interesses do capitalismo global e da grande burguesia nacional, colocando na pauta dos principais debates a agenda neoliberal.

As primeiras eleições presidenciais diretas (1989) após a reabertura democrática foram reveladoras desse aparelhamento. Realizado o primeiro turno, restaram dois candidatos que apresentavam projetos claramente distintos para o Estado brasileiro: de um lado, Fernando Collor de Mello (Partido da Renovação Nacional), ex-governador de Alagoas, que através de imagem jovial e viril, representava o projeto da abertura econômica ao capital internacional objetivando o que se chamava de *modernidade*; de outro lado, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), ex-sindicalista, que por meio de sua figura carismática, apresentava-se como porta voz dos movimentos sociais e do nacionalismo.

Desnecessário lembrar que a grande mídia colocou-se a serviço da campanha de Collor. No caso dos impressos, alguns assim agiram de modo mais acanhado (Jornal do Brasil e da Folha de S. Paulo), ao passo que outros de forma explícita (O Globo e O Estado de São Paulo), mas, no conjunto, o que se propagou foi o mesmo ideal da *modernidade* neoliberal representada pelo ex-governador de Alagoas (FONSECA, 2005, p. 27).

No caso das emissoras de televisão, especialmente a Rede Globo, a situação ainda foi mais grave. A empresa que, na prática, obteve do regime militar o monopólio da palavra na televisão, fez uso do bem público do espectro de radiofrequência promovendo decisivamente a pessoa de Fernando Collor de Mello. Tratou-se de um longo trabalho, iniciado ainda no governo de Alagoas - quando a emissora fez uso ostensivo do título a ele atribuído de *caçador da marajás* - tendo alcançado seu ápice no final da campanha eleitoral. Para isso, editou (e manipulou) o derradeiro debate entre

Lula e Collor em favor deste último e atribuiu à campanha do ex-sindicalista o sequestro do empresário Abílio Diniz na véspera do pleito (BORGES, 2009, p. 81).

Obtida a derrota de Lula nas eleições e tendo Collor assumido a presidência, as avaliações a este governo pela mídia não se deram de maneira uniforme⁹³. Todavia, a divulgação das ideias ditas *modernizadoras*, inclusive por meio das análises das primeiras reformas neoliberais implementadas pelo presidente, ocorreu sem maiores divergências. No período, a grande mídia, pautada primeiramente pelos jornais, defendeu as mesmas políticas, desqualificou os mesmos adversários e formulou idênticas imagens da *modernidade* e da inserção do Brasil no primeiro mundo (FONSECA, 2005, p. 393).

O fracasso de Collor na chefia do Executivo, traduzido no seu *impeachment* em 1992, não eliminou o discurso único. A vitória do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB) à presidência nas eleições de 1994 representou também o êxito da abertura à globalização propagada pelo sistema econômico através dos meios de comunicação. Em seus oito anos de governo (Cardoso foi reeleito em 1998), as reformas visando a diminuição do aparelho estatal iniciadas por Collor foram consolidadas, através da privatização de estatais, da criação de agências reguladoras e de reformas constitucionais.

Diante do acolhimento das velhas demandas do sistema econômico, a cobertura da mídia ao governo Fernando Henrique Cardoso foi generosa. Ainda que tenham surgido oposições pontuais ao seu trabalho, lembra Altamiro Borges (2009, p. 82) que reduzidas críticas foram realizadas às reformas implementadas no período. Nem mesmo a denúncia de suborno oficial de parlamentares para votarem a favor da Emenda Constitucional 16 de 1997, que permitiu a reeleição para as chefias do Executivo de todos os entes da federação, recebeu a devida atenção.

Tudo isso foi retribuído pelo governo mediante a não regulamentação dos dispositivos constitucionais que impõem a atuação estatal

⁹³ Os jornais O Estado de São Paulo e O Globo externaram apoio mais ostensivo ao governo Collor do que os diários Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil.

sobre a mídia. Procedeu-se, pelo contrário, à alteração do texto original da Constituição, via promulgação da Emenda Constitucional 36 de 2002, a qual permitiu a participação em até 30% de capital estrangeiro de empresas jornalísticas e de rádio e televisão, em auxílio às finanças de tais empreendimentos, muito deles na época endividados pela tentativa de participação no processo de privatização das empresas de telefonia (VALENTE, 2008, p. 1).

O problema é que o acolhimento pelo sistema político dos pleitos do sistema econômico não levou o país ao tão sonhado desenvolvimento. Como ressaltado por Perry Anderson (2011, p. 1|), no final do mandato, Cardoso não logrou nem mesmo a manter a propagada estabilidade econômica (principal símbolo do seu governo), testemunhando o país a ampliação da dívida pública, o descontrole do déficit em transações correntes, a elevação das taxas de juros para além de 20% ao ano e a perda de mais da metade do valor da moeda. Foi sob este quadro de extrema gravidade que, finalmente, Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu eleger-se à presidência da república em 2002.

5.4 A presidência de Lula

5.4.1 Conservadorismo e alívio no sistema econômico

A eleição de Lula à chefia do Executivo parecia estar inserida em um contexto maior de vitórias de grupos políticos oriundos de setores populares nos países da América Latina, que, até então, tinha Hugo Chávez como seu principal representante⁹⁴.

A dinâmica social e política venezuelana que levou ao triunfo de Chávez em 1998 não era, todavia, idêntica à dinâmica brasileira que conheceu a vitória de Lula quatro anos depois. Com efeito, Chávez chegou ao poder propondo iniciar um processo de superação do capitalismo, a partir do

⁹⁴ V. item 2.3.6.

desejo de *ruptura* de um malgrado sistema aparentemente democrático e eminentemente clientelista. Lula, por outro lado, alcançou a chefia do Executivo apresentando, segundo Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 25-26), uma proposta *neo-desenvolvimentista*, baseada em políticas de transferência de renda e na obediência aos ditames do capitalismo global, sob uma democracia que estava consolidando-se, regida por Constituição relativamente nova (o que continha os anseios de maiores alterações institucionais)⁹⁵.

Daí, como anota André Singer (2009, p. 90), que Lula somente elegeu-se após coligar-se com um partido de centro-direita (o Partido Liberal), apresentar um candidato a vice representante da burguesia nacional (o empresário José de Alencar) e subscrever uma carta-compromisso com garantias ao capital (a Carta aos Brasileiros, publicada em junho de 2002). Nestes termos, os eleitores que asseguraram sua vitória não foram apenas os trabalhadores ligados a organizações de classe das periferias das grandes metrópoles ou das regiões rurais, mas também os portadores de níveis superiores de escolarização, residentes nas urbanizadas regiões Sul e Sudeste do país. Foram, portanto, as chamadas *classes médias*, insatisfeitas com o desempenho da política econômica do governo do PSDB, que, ao final, levaram um ex-operário ao mais alto posto político do Brasil.

Em tal quadro, a grande mídia, especialmente a Rede Globo de Televisão, teve papel fundamental, mais uma vez. Consoante afirma Luis Felipe Miguel (2003, p. 300), em que pese seu alinhamento ao governo Cardoso, a cobertura realizada para as eleições de 2002 caracterizou-se pela busca, quase obsessiva, da imparcialidade. Para isso, seu principal programa jornalístico, o Jornal Nacional, ampliou a cobertura eleitoral e evitou a apresentação de versões editadas dos debates realizados entre os candidatos.

Tratou-se, é bem verdade, de um procedimento surpreendentemente diverso dos realizados nas eleições anteriores, mas que pode ser compreendido, em primeiro lugar, pela impossibilidade de sustentar

⁹⁵ Os atuais governos da Bolívia e Equador inserem-se em quadro semelhante ao da Venezuela; Uruguai e Argentina encontram-se em contexto semelhante ao do Brasil (MORAES, 2011, p. 30-31).

o candidato situacionista de um governo fragilizado pela crise econômica que atingia o país; em segundo lugar pela realização de acordos de bastidores celebrados com uma emissora na época financeiramente enfraquecida pela instabilidade econômica⁹⁶; e, em terceiro lugar, pelo apoio dirigido a Lula por setores conservadores oriundos do coronelismo eletrônico liderado pela Globo (caso da adesão de José Sarney -cuja família, como se viu, é proprietária de emissora afiliada – à campanha do então candidato petista).

É principalmente desse apoio conservador que se explica não ter o governo Lula levado a processo operador de uma circulação das elites como sucedido na Venezuela sob a vitória eleitoral de Chávez. No Brasil ocorreu uma substituição parcial de determinados grupos, retirando-se do comando nacional atores pertencentes a alguns partidos que davam sustentação ao governo Cardoso (o PSDB e o PFL - Partido da Frente Liberal, que permanecerem hegemônicos em Estados da importância de São Paulo e Minas Gerais⁹⁷) e permitindo o ingresso de quadros da esquerda liderados pelo PT, antes na oposição. Todavia, perduraram no governo, outros grupos de há muito ocupantes de funções dirigentes do Estado, como no caso do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) de José Sarney.

O resultado de toda essa aliança foi um início de governo conservador – e não meramente *moderado*, como adotado em princípio por Chávez⁹⁸. Para acalmar os especuladores temerosos, Lula empregou política econômica eminentemente ortodoxa, responsável pela elevação das taxas de juros e pela redução do investimento público (ANDERSON, 2011, p.1).

Se a velha militância do Partido dos Trabalhadores teve de amargar a decepção de sustentar um governo que em seu primeiro ano conduziu o país à redução ainda maior do crescimento econômico e da oferta

⁹⁶ Essa era uma situação que atingia considerável parcela da grande mídia brasileira. Por isso, logo que eleito, “[...] o governo Lula foi duramente pressionado a elaborar um programa de ‘resgate’ das empresas, apelidado de Pró-Mídia. Em 2004, o BNDES assumiu a possibilidade de executar o programa e chegou a prometer R\$ 4 bilhões para o setor, que àquela época acumulava dívidas de R\$ 10 bilhões” (VALENTE, 2008, p. 1).

⁹⁷ Foram também mantidos em algumas funções não comissionadas, agentes nomeados sob a influência desses partidos, como por exemplo, ministros dos tribunais superiores (três deles no Supremo Tribunal Federal) e diretores das agências reguladoras criadas no processo de privatização de estatais.

⁹⁸ V. item 4.3.1.

de empregos, as elites do sistema do mercado respiraram aliviados: parecia que o operário alçado à presidente da república não tocara nas velhas estruturas excludentes brasileiras.

5.4.2 A grande mídia perante o novo governo

O alívio do sistema econômico levou naturalmente à tranquilidade de quem historicamente foi aparelhado pelos interesses hegemônicos do mercado, a grande mídia. A cobertura acrítica – e até mesmo, segundo Alberto Dinis (2003, p. 1), *eufórica* - realizada por considerável parcela dos principais meios de comunicação ao primeiro ano do governo Lula refletiu o atendimento do sistema político aos anseios das elites econômicas⁹⁹.

Sucede que nem todas as elites vitoriosas pela eleição do ex-operário eram aliadas do coronelismo eletrônico. Ingressaram também na Administração Pública lideranças de movimentos sociais, oriundas de parte de uma sociedade civil que clamava por mudanças mais profundas e que, na luta pela hegemonia existente em qualquer governo, pretendiam fazer valer suas demandas. Por isso, o suporte inicial do sistema econômico e da grande mídia por ele aparelhada jamais desconsiderou as possibilidades de exclusão dos representantes de movimentos populares e de retorno ao poder político dos grupos participantes da presidência de Cardoso que foram alijados por Lula.

O chamado *escândalo do mensalão* foi a justificativa procurada pela grande mídia objetivando o retorno dos aludidos grupos. No ano de 2005, a imprensa publicou denúncia de que o governo estaria promovendo um esquema de suborno mensal (daí, *mensalão*) de parlamentares visando a aprovação de temas de seus interesses no Legislativo (ANDERSON, 2011, p.

⁹⁹ Essa inicial cobertura deu-se a partir da confirmação do triunfo nas eleições de 2002, quando Lula compareceu ao Jornal Nacional para conceder sua primeira entrevista exclusiva como presidente eleito. Durante mais de uma hora de amistosa conversa com os apresentadores do telejornal, falou sobre a campanha eleitoral, as alianças, o novo governo e, até mesmo, sobre sua vida privada (LIMA, 2006, p. 149).

1). Os fatos divulgados eram realmente graves, impelindo a grande mídia a proporcionar-lhes por quase dois anos excepcional destaque¹⁰⁰.

Considerável parcela das denúncias, contudo, ou eram publicadas sem qualquer prova que as confirmasse ou não passavam de reiteração de outra denúncia anteriormente divulgada. De acordo com o jornalista e ex-funcionário da Rede Globo de Televisão Luiz Carlos Azenha (2010, p. 1), formou-se um verdadeiro esquema de divulgação de acusações, envolvendo a revista *Veja*, as Organizações Globo e os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*: a *Veja* “requeitava” uma velha denúncia colocando-a como matéria de capa no fim de semana, a Globo a repercutia no *Jornal Nacional* da noite de sábado e os diários impressos nos dias seguintes produziam “[...] reportagens repletas de ‘supostos’ e factóides.”

As eleições presidenciais ocorridas no final de 2006 foram realizadas sob esse verdadeiro bombardeio midiático. Diferentemente do que ocorrera em 2002, até mesmo a Rede Globo de Televisão que dizia no pleito anterior buscar a imparcialidade, juntou-se, em definitivo, à campanha do opositor Geraldo Alckmin (PSDB).

Tal propaganda logrou acirrar os debates entre os candidatos. Todavia, no final, não foi suficiente para evitar a reeleição de Lula.

5.4.3 A reeleição de Lula e a aspiração à conservação da ordem

A nova vitória do ex-sindicalista em 2006 não significa que a intensa campanha midiática acima descrita tenha passado despercebida. Parte da base de apoio que permitiu sua primeira vitória em 2002, formada por extratos da classe média residente nos meios urbanos e industrializados das regiões Sul e Sudeste do país, migrou para a oposição. Era exatamente esta

¹⁰⁰ Ao contrário do que sucedeu com a cobertura dada às denúncias de compras de votos para aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

camada da população a maior consumidora das pretensas denúncias veiculadas pela mídia durante a cobertura do chamado mensalão.

A reeleição de Lula contou, então, com a colaboração definitiva de outro extrato populacional que não havia aderido às suas candidaturas anteriores. Trata-se dos trabalhadores de baixíssima renda, seduzidos por um presidente que logo no primeiro mandato soube identificar suas demandas, implementando políticas públicas que os alcançou diretamente, como a criação do programa de transferência de renda Bolsa Família e a majoração real do salário mínimo, responsáveis por substancial redução da pobreza em curto espaço de tempo (ANDERSON, 2011, p. 1).

Tais eleitores, entretanto, não eram componentes do proletariado organizado em associações de classe, participantes ativos dos debates travados na esfera pública. Pelo contrário, eram trabalhadores inseridos em uma base social historicamente desorganizada, excluída do capitalismo periférico da América Latina e que, segundo André Singer (2009, p. 87), embora demandasse proteção do Estado, sempre evitara “[...] movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem”. Cuidava-se pois, de um extrato conservador da sociedade, diverso da classe média urbana que levara Lula à primeira vitória em 2002, mas igualmente desafeto a mudanças desconformes à ordem política e econômica.

Esses mesmos eleitores proporcionaram importante base de apoio popular ao ex-operário durante todo o seu segundo mandato na chefia do Executivo, a ponto de a campanha midiática oposicionista período¹⁰¹ não ter impedido o triunfo eleitoral de sua ex-ministra e companheira de partido. Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) foi eleita presidenta da república em 2010.

¹⁰¹ Afirma, nesse sentido, Perry Anderson (2011, p. 1) que os usuários da grande mídia não pareciam viver em um país que viu mitigar as desigualdades por programas sociais que alcançaram a parcela mais pobre da população, mas em local governado por um *caudillo* bruto e inapto a compreender os princípios econômicos e as liberdades civis.

5.5 Estado, mídia e omissão

5.5.1 O conservadorismo externado nas políticas de comunicação

Assim como Chávez na Venezuela, Lula teve, portanto, a mídia oligopolista como sua real adversária por quase todo o período que permaneceu na chefia do Executivo. Resta saber se tal similitude de situações levou à adoção de políticas públicas de comunicação social semelhantes nos dois países.

De fato, reeleito presidente nas eleições de 2006, Lula assumiu o segundo mandato procurando proporcionar maior efetividade ao pluralismo de informações. Para isso, instituiu a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e a partir dela, a TV Brasil, emissora oficialmente definida como pública, a transmitir programação educativa, independente de interesses do sistema mercadológico.

Muito embora a EBC vincule-se à Secretaria de Comunicação Social (SECOM) – órgão da administração pública que objetiva zelar pela imagem do presidente da república, tornando, para alguns autores, a TV Brasil sujeita ao aparelhamento em favor da propaganda governamental¹⁰² -, houve a preocupação em garantir a independência da programação da emissora criada. Por esta razão, instituiu-se um conselho curador autônomo - composto por 15 representantes da sociedade civil, quatro do Governo

¹⁰² Para Eugênio Bucci (2009, p. 1), a vinculação da Empresa Brasil de Comunicação à Secretaria de Comunicação Social consistiria em déficit de legitimidade da TV Brasil: “Como essa secretaria pertence à Presidência da República e tem, entre suas atribuições, a responsabilidade de zelar pela boa imagem do próprio presidente, exercendo as funções de publicidade e propaganda governamental, além da assessoria de imprensa do Planalto, a possibilidade de conflitos é óbvia. A TV deveria ser crítica e independente, enquanto a Secom precisa defender a Presidência da República. A TV deveria olhar os acontecimentos e relatá-los sem ter lado nenhum, enquanto a Secom tem o dever de promover a versão da Presidência. As contradições falam por si.” Não é esse, porém, o entendimento de Bernardo Kucinski (2007, p. 1), para quem o acolhimento deste ponto de vista significaria estar o governo “[...] aceitando ingenuamente a tese de que a comunicação estatal é necessariamente ‘jornalismo chapa-branca’, ou seja, algo condenável; de que a comunicação do Estado é por natureza autoritária, enquanto a dos barões da mídia é a democrática e pluralista.”

Federal, um da Câmara dos Deputados, um do Senado Federal e um funcionário da empresa – dotado da missão de acompanhar a implantação de um sistema de comunicações promotor da cidadania, não limitado à divulgação pessoal dos agentes governamentais.

A gestão Lula atuou ainda sobre os meios privados, reorientando e descentralizando a publicidade oficial. Como afirma Venício de Lima (2010a, p.1), apesar de a grande mídia manter-se como principal destinatária das verbas publicitárias do governo federal, “[...] o número de municípios cobertos pulou de 182, em 2003, para 2.184, em 2009, e o número de meios de comunicação programados subiu de 499 para 7.047, no mesmo período [...].”

Uma providência como a acima descrita pode ser vista como forma dissimulada de cooptação da mídia privada por parte do sistema político. Todavia, pode também ser interpretada como medida de apoio à pluralidade e à qualidade das ideias difundidas perante a esfera pública, semelhante a tantos outros amparos governamentais em tese concedíveis às atividades de interesse público (ainda que privadas), abrangendo, como defende Habermas (2007, p. 5), desde a renúncia fiscal até as subvenções.

A implantação da TV Brasil e a reorientação da publicidade governamental foram, porém, as únicas medidas concretas de maior repercussão implementadas na gestão do ex-operário. Existiram, é certo, estudos importantes que podem ser destacados, como a promoção da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (a CONFECOM, realizada em 2009, que - com o apoio de movimentos sociais, empresários e representantes do governo - discutiu propostas de regulamentação da comunicação social) e a instituição do Plano Nacional de Banda Larga (o PNBL, criado em 2010, visando a expansão do serviço de banda larga na *internet*). O problema é que tais projetos não levaram à efetivação de nenhuma providência ao final do segundo mandato de Lula, servindo, quando muito, de orientação para eventuais políticas públicas implementáveis por Dilma Rousseff.

Somada a tal situação, houve ainda a não aprovação de estudos levados à discussão pelo próprio Executivo, dentre outros motivos, pela falta de vontade política da cúpula do governo. É o caso da rejeição legislativa em

2004 ao projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, cujo objetivo era impor a obediência de código de ética por jornalistas; é o caso também da retirada em 2009 do plano de instituição de um *ranking* nacional de veículos de comunicação, originalmente constante no III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). Ambos os projetos foram prontamente acusados pela grande mídia de autoritários (LIMA, 2010a, p. 1)¹⁰³.

Têm-se, ainda, a não regulamentação dos dispositivos previstos na Constituição que tratam da comunicação social no Brasil (artigos 220 a 224) e a não elaboração de qualquer lei apta a fomentar as emissoras comunitárias ou vedar a propriedade cruzada (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 58 e 69). Tal como nos governos anteriores, permaneceram as empresas de comunicação comerciais – inclusive as concessionárias de serviço público – liberadas para estruturar-se e veicular programação em absoluta conformidade aos interesses do sistema econômico, sem embargo da consagração constitucional da liberdade de expressão como direito a ser exercido em favor da coletividade.

Por fim, há as medidas implementadas em consonância às demandas da grande mídia. É o caso da escolha do modelo japonês para a televisão digital, que, segundo Dênis de Moraes (2011, p. 106-107), representa aos empreendimentos privados de comunicação “[...] mais do que uma tecnologia, uma alternativa bastante favorável aos negócios, em detrimento de um modelo que beneficiasse a descentralização do sistema televisivo.”

O Brasil de Lula viveu, pois, uma situação oposta à vivida na Venezuela governada por Chávez. Enquanto o líder venezuelano agiu (e ainda age) com extrema combatividade no campo das comunicações sociais, o presidente brasileiro, no mesmo setor, não enfrentou abertamente as velhas

¹⁰³ Em relação às enfáticas críticas midiáticas a qualquer discussão de políticas públicas objetivando democratizar os meios de comunicação, Alberto Dines (2010, p. 1) afirmou, na ocasião, que “a mídia brasileira está sendo vítima de um surto da síndrome do pânico: está com horror do espelho. Berra e esperneia quando alguém menciona a organização de conferências ou debates públicos sobre os meios de comunicação, imprensa, jornalismo. Apavora-se ao menor sinal de controvérsias a seu respeito, por mais úteis ou inócuas que sejam. Parece ter esquecido que o direito de ser informado é um dos direitos inalienáveis do cidadão contemporâneo. O Estado Democrático de Direito garante a liberdade de expressão e o acesso universal à informação.”

elites, conduzindo-se (ou abstendo-se) em conformidade ao ideário liberal defendido pela grande mídia¹⁰⁴. Existem, sem dúvida, uma série de circunstâncias que podem fornecer uma explicação para as opções tomadas pelo líder brasileiro, mas estamos autorizados a destacar duas delas, nos termos de toda narrativa acima exposta. A primeira encontra-se no extrato do eleitorado conservador que o elegeu em 2002 e em 2006: todas as vezes que ao propor uma medida ousada, o presidente deparou-se com resistências mais vigorosas dos oligopólios midiáticos, optou por recuar e evitar o confronto, mantendo a demandada ordem de tais eleitores; a segunda encontra-se no suporte dado por parcela das lideranças beneficiárias do coronelismo eletrônico¹⁰⁵, que - na luta pela hegemonia em um governo também composto por movimentos sociais que clamavam por transformações profundas na mídia - souberam fazer predominar seus pleitos de manutenção da estrutura dos meios de comunicação do país.

5.5.2 A renovação das concessões da Rede Globo

O não enfrentamento acima aludido não se revelou apenas na ausência de elaboração de medidas visando regular a estrutura da propriedade e o conteúdo da transmissão de mensagens pela mídia. Externou-se também pela omissão de fiscalização na atividade prestada pelas concessionárias do serviço de radiodifusão.

O caso da Rede Globo de Televisão é esclarecedor. Em outubro de 2007, isto é, mesmo ano em que a RCTV teve de deixar de transmitir sua programação aberta aos lares venezuelanos por decisão do governo local, venceram no Brasil as concessões das emissoras das Organizações Globo situadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife e Belo Horizonte¹⁰⁶. Tratando-se de uma empresa responsável pela mera execução de um serviço

¹⁰⁴ V. item 2.2.4.

¹⁰⁵ Caso da família Sarney, que permaneceu com Lula até o término do seu governo e perdura apoiando Dilma Rousseff.

¹⁰⁶ No mesmo ano venceram, ao todo, concessões de 28 emissoras de televisão e 153 canais de rádio, não só da Globo, mas também de redes como Record e Bandeirantes. Analisamos aqui apenas o caso da Globo, pela hegemonia absoluta da empresa perante as concorrentes (v. item 5.2.4.).

cuja titularidade é atribuída ao Estado brasileiro, cabia ao governo Lula optar por proceder a uma dentre duas medidas possíveis, quais sejam renovar as concessões, após prévia oitiva do Legislativo, nos termos do artigo 223, caput e parágrafo 1º da Constituição Federal; ou tomar idêntica providência a determinada em relação à RCTV e não renovar os atos, após a aprovação de no mínimo dois quintos do Congresso Nacional, em conformidade ao artigo 223, parágrafo 2º do mesmo diploma constitucional.

Qualquer que fosse a decisão a ser proferida, o que se esperaria em um Estado constitucional - cujo caráter aberto das decisões oficiais, como afirma Bobbio (2009, p. 100), consiste em um dos critérios diferenciadores do Estado absoluto – é que as razões da renovação, ou não, dessas concessões fossem levadas à discussão perante a esfera pública. Por isso, tal como realizado pelo governo venezuelano em relação à RCTV, em momento anterior ao término das concessões, poderia o Executivo brasileiro instaurar procedimento visando apurar a série de atos irregulares atribuídos à Rede Globo de Televisão, citados aos longo do presente trabalho. Seria, em outras palavras, razoável ao governo investigar, em conformidade aos princípios do devido processo legal: a) a participação do grupo estadunidense Time-Life para a instituição da emissora de televisão na década de 1960; b) o apoio da Rede Globo de Televisão ao regime ditatorial instaurado após 1964, silenciando acerca das violações aos direitos humanos de quem ousava opor-se ao sistema; c) o suporte proporcionado ao esquema que visou fraudar as eleições para governador do Rio de Janeiro em 1982; d) a censura privada que a emissora impôs à esfera pública durante a campanha das *diretas-já* nos anos de 1980; e) as manipulações realizadas em favor de seus candidatos nas eleições presidenciais, em plena vigência da Constituição de 1988; f) o verdadeiro monopólio exercido pela empresa sobre a mídia eletrônica no país.

Além desses fatos específicos, finalmente, poderia o Executivo apurar se, na transmissão diária de sua programação, a emissora observou o conteúdo determinado no artigo 221 da Constituição Federal e se, na qualidade de uma prestadora de serviço público, atentou aos fundamentos e aos fins do Estado titular do serviço prestado, previstos nos artigos 1º e 3º do mesmo estatuto constitucional.

É evidente que mesmo que todas as irregularidades fossem corroboradas, não estaria o governo brasileiro - no uso de suas atribuições discricionárias “[...] para impor a realização mais conveniente do interesse coletivo” (MELLO, 2007, p. 712) - compelido a não renovar as concessões. Havia ainda outras circunstâncias a serem consideradas, como a contribuição e a importância das emissoras na construção de tecnologia local de informação e entretenimento, especialmente na produção de telenovelas (principal objeto de exportação do grupo), segundo Renato Janine Ribeiro (2000, p. 1), “[...] o gênero de nossa TV que melhor exprime um ideal de justiça e um sonho de felicidade”. A realidade, porém, é que o governo teria de ter levado a público aludidas circunstâncias a fim de serem plenamente debatidas pela sociedade civil, tal como exige a democracia participativa proposta pela vigente Constituição.

Nada disso, contudo, foi objeto de apuração. Pelo contrário, o Executivo brasileiro chefiado por Lula, em conformidade aos interesses dos setores conservadores componentes do governo (alguns deles, como se viu, proprietários de emissoras afiliadas da Globo), permitiu que as concessões das emissoras vencessem em 2007 sem sequer tomar algum das possíveis decisões acima mencionadas. Optou simplesmente por silenciar-se acerca da questão, de modo que a renovação dos atos ocorreu apenas com a anuência do Legislativo em setembro de 2009¹⁰⁷, permitindo que as emissoras funcionassem por quase dois anos sem qualquer autorização válida.

5.5.3 A declaração de não recepção da Lei de Imprensa

No mesmo ano de 2009 foi a vez do poder Judiciário coroar a ausência de políticas positivas de comunicação social. Em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal declarou como não compatível com as liberdades públicas democráticas consagradas pela Constituição de 1988, a Lei Federal 5.250 de 9 de fevereiro de 1967, conhecida como Lei de Imprensa.

¹⁰⁷ A renovação da Globo do Recife aprovada pelo Legislativo deu-se em 2008.

Os argumentos expostos pelo relator do caso, o Ministro Carlos Ayres Britto, são de evidente clareza. Com efeito, em seu voto, Britto afirmou que, em uma ordem democrática como a nossa, a liberdade que a imprensa (ou mídia, genericamente considerada) tem de noticiar e de entreter merece integral proteção porque limita o poder dos governantes. Por isso, ressaltou que tal liberdade é mais ampla do que a liberdade de expressão das pessoas individualmente consideradas, não havendo espaço para qualquer interferência estatal, nem mesmo através da atividade legislativa. Daí sua ilação da incompatibilidade de uma norma legal elaborada no período ditatorial que interfere na atividade midiática, como a Lei de Imprensa, com a vigente Constituição (BRASIL, 2009a, p. 27-99).

Em que pese a importância dos fundamentos acima mencionados em um país de tão acanhada tradição democrática, o problema é que a decisão da mais alta corte do Brasil desregulamentou o pouco que era regulamentado acerca da atividade midiática, o *direito de resposta*. Formou-se, nas palavras de Ricardo Kotscho (2009, p. 1), um verdadeiro *vazio jurídico*, com potencial de tornar a atividade jornalística “[...] uma terra de ninguém, uma terra sem lei, em que cada um faz e escreve o que quer”.

A esse problema, acrescenta-se a própria interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal à liberdade de expressão. Deixou a corte de considerar que o direito pertencente à coletividade de receber informações plurais e independentes pode ser ameaçado não apenas pela administração estatal, mas também pelo sistema mercadológico por meio de empresas midiáticas instrumentalizadas pelo capital visando a hegemonia; desconsiderou, em outras palavras, que, como afirma Habermas (2003a, p. 121), o *déficit* de legitimidade do poder democrático pode ser causado tanto pelos agentes da Administração Pública quanto pelos atores das grandes organizações privadas, “[...] inclusive dos meios de comunicação de massa [...]”, tornando, segundo Arato e Cohen (1994, p. 154), “[...] as estruturas do mundo da vida moderno singularmente instáveis e precárias.”

A interpretação externada pelo Supremo Tribunal Federal à liberdade de expressão foi, portanto, uma interpretação eminentemente liberal. Vedou-se a atuação do Estado na efetivação do direito, como se, de

um lado, vivêssemos no período das revoluções burguesas em que predominava a imprensa amadora e panfletária; e, de outro lado, como se o país não fosse regido por Constituição que impõe um aparelho estatal atuante na concretização das diversas gerações de direitos fundamentais. Daí o questionamento formulado por Venício de Lima (2010b, p. 130) acerca das conclusões da cúpula do Judiciário brasileiro: “de que país estamos falando?”

5.5.4 A liberdade de expressão sem regulação da mídia

O resultado do liberalismo aplicado no campo das comunicações sociais, em todo o processo de democratização por que o Brasil atravessa desde a vitória de Tancredo Neves, foi a consolidação de quadro oposto ao pluralismo projetado pela Constituição de 1988.

A estrutura do controle das emissoras de televisão comerciais é exemplar. Em 2010, correspondente ao derradeiro ano de mandato do presidente Lula, dos 1512 veículos ligados às redes nacionais de televisão, 340 eram controladas pela Rede Globo; 195 pelo Sistema Brasileiro de Televisão (pouco mais da metade do pertencente à concorrente líder); 166 pela Rede Bandeirantes e 142 pela Rede Record, todos consideravelmente superiores à emissora criada pelo governo, a TV Brasil, controladora de apenas 95 veículos. Sob tal situação, perdura, outrossim, uma verdadeira concentração partidária dos meios, em conformidade à estrutura construída via coronelismo eletrônico. Nestes termos, 21,4% dos veículos de comunicação têm como sócios ou diretores políticos ligados ao Partido Democratas (antigo PFL), 15,87% ao PSDB (o que pode ajudar à compreensão do uso dos meios na propaganda oposicionista) e 17,71% ao governista PMDB (o que pode auxiliar na compreensão da ausência de políticas públicas de comunicação mais enfáticas). De tais políticos, 25,09% são parlamentares federais (17,71% deputados e 7,38% senadores), e, nos termos do artigo 223 da Constituição Federal, participantes das deliberações acerca da renovação ou não de concessões de rádio e televisão (GÖRGEN, 2010, p.1).

No tocante às receitas de publicidade, a concentração é ainda maior. Conforme noticiado pelo Portal Imprensa (25/3/2010), no ano de 2009, a Rede Globo faturou R\$ 7 bilhões, o que equivale a 73,5% do arrecadado de todas as emissoras de TV aberta. A Rede Record arrecadou 10,1% do mercado, ao passo que o Sistema Brasileiro de Televisão arrecadou 8,7%, a Bandeirantes, 4,9% e a RedeTV! (no ar desde 1999 em substituição à TV Manchete), 1,9% do total.

Solidifica-se, ainda, a denominada *propriedade cruzada*. É também o caso das Organizações Globo que, no final do governo Lula, detinha também o controle de 213 veículos de rádio (as Redes CBN AM e Globo AM), de uma revista de informação de circulação nacional (a revista Época), de um jornal de circulação no Rio de Janeiro (O Globo) e de um portal de *internet* (portal Globo). Além disso, o grupo expandiu seus negócios para São Paulo, publicando em sociedade com o matutino Folha de S. Paulo o jornal Valor Econômico (GÖRGEN, 2010, p. 1). Por sua vez, a Folha de S. Paulo controla o portal UOL de *internet*, fruto da união com o portal BOL, que pertencia à Editora Abril. A Folha de S. Paulo é ainda sócia de seu maior concorrente na capital paulista, o diário O Estado de São Paulo, na empresa S. Paulo Distribuidora e Logística.

A concentração acima descrita não levou, é certo, à centralidade absoluta dos meios de comunicação empresariais na formação da opinião pública no Brasil¹⁰⁸. Daí Lula ter logrado eleger sua sucessora Dilma Rousseff à presidência da república, em que pese o apoio ostensivo de grande parcela da mídia comercial ao candidato da oposição José Serra (PSDB). O fato, porém, é que a manutenção da estrutura midiática oligopolista tem aprofundado ainda mais as iniquidades dos debates travados na esfera pública, estorvando “[...] a influência dos impulsos comunicativos e democráticos da sociedade civil da esfera do Estado e da economia (ARATO; COHEN, 1994, p. 177).

Eis o quadro existente no Brasil. Tem-se atualmente a expectativa de que poderá ser de alguma forma modificado pela nova gestão

¹⁰⁸ V. item 2.1.4.

na chefia do Executivo. Entretanto, a aliança política conservadora que levou Rousseff à presidência – seu vice, Michel Temer, é do PMDB - não nos leva a vislumbrar mudanças mais profundas na lógica do sistema coronelista há décadas montado, a não ser que os representantes dos movimentos sociais, também componentes do governo, desta vez consigam fazer com que suas demandas – e a própria Constituição - prevaleçam¹⁰⁹.

Seja qual for o rumo a ser tomado pelo atual governo brasileiro, a situação ora vigente explicita uma circunstância de suma importância para a compreensão do vínculo *mídia-liberdade de expressão-democracia-Estado*. A omissão estatal na efetivação da liberdade de expressão, em conformidade ao ideário liberal discursado pela grande mídia, não configura opção mais vantajosa ao aprofundamento da democracia do que a atuação rigorosa do Estado - ainda que a não atuação ocorra em um país politicamente estável como o Brasil e a atuação suceda em um país protagonizado por grupos políticos nem sempre afetos ao diálogo como a Venezuela.

¹⁰⁹ No 4º Congresso do PT, realizado no segundo semestre de 2011, houve a expressa defesa de elaboração de um marco regulatório sobre a mídia. Logo em seguida, representantes do igualmente governista PMDB trataram de anunciar posições contrárias a esta ideia – sob o aplauso de colunistas da velha mídia (SOUZA, J, 2011, p. 1).

6. CONCLUSÃO

Quando apresentamos um projeto que visava tomar o caso da não renovação da concessão da RCTV como ponto de partida para a análise teórica dos efeitos da atuação estatal à liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil, já tínhamos a ideia de proceder a estudo que considerasse concomitantemente a realidade institucional e social dos países investigados.

Tal conjuntura levou-nos, de um lado, a examinar a normas jurídicas vigentes e a sua influência na elaboração de políticas públicas de comunicação social. De outro lado, levou-nos também a observar os conflitos entre grupos visando a hegemonia na implementação ou não implementação dos valores positivados. É verdade que esta última não se tratava de circunstância tão claramente colocada no início da pesquisa. Contudo, alguns anos de investigação mostraram que ignorar os embates na análise social e política da Venezuela e do Brasil levaria o trabalho a permanecer apenas no traçado do dever-ser.

Foi nossa preocupação, portanto, não demarcar a análise em um único ponto, a fim de não cairmos na armadilha do reducionismo. Por isso, as normas e os embates foram igualmente considerados.

Tivemos, ainda, de fazer largo uso de nossa experiência pessoal. De certa forma, tal circunstância não foi completamente surpreendente, pois a análise proposta partiu da observação cotidiana de consumidores de noticiários da grande mídia brasileira e da perturbação originada pelas críticas uniformes a qualquer espécie de política pública de comunicação social. Iniciada a pesquisa propriamente dita, a contínua experiência de usuários das informações trazidas pela mídia empresarial da Venezuela e do Brasil revelou-se essencial na busca de nossos objetivos. O discurso único diariamente publicado nos noticiários de tais veículos consistiu no principal combustível para que sustentássemos a atuação estatal objetivando proporcionar independência e pluralismo informativo.

Daí que a dissertação teve início justamente na análise da divulgação de uma medida governamental que foi uniformemente criticada por

influentes empresas midiáticas venezuelana e brasileira. Foi o próprio caso da não renovação da concessão da RCTV.

Verificamos, nesse sentido, que o discurso homogêneo veiculado por tais empreendimentos pode ser inserido na Teoria Política, amoldando-se à doutrina liberal. Foi este ideário que fundamentou o nascimento da liberdade de expressão na época das revoluções burguesas, direito então positivado contra a ação repressiva do Estado absoluto e em favor de panfletos amadores e militantes, a mídia predominante daquele período histórico.

Sem embargo do impresso amador não ter o mesmo espaço nos tempos atuais de mídia majoritariamente empresarial, capaz de trabalhar a opinião pública em favor dos interesses de grupos objetivando o domínio nos sistemas estatal e econômico, observamos que os meios de comunicação continuam interpretando a liberdade de expressão da mesma maneira da época revolucionária. Ignora-se, com isso, as formas de repressão do homem e de colonização do mundo da vida advindas do capitalismo globalizado, não apenas em decorrência da ação do sistema estatal, mas também da atuação do sistema mercadológico. Ignora-se, outrossim, que o ideário liberal não necessariamente fortalece um regime democrático, na medida em que liberalismo e democracia almejam fins diversos.

Por esse motivo, o estudo prosseguiu buscando investigar se o Estado constitucional contemporâneo pode acolher a doutrina do não intervencionismo oficial na efetivação do direito em análise.

Restou claro que tal questionamento merece resposta negativa. Procuramos não deixar de levar em conta que tal assertiva causa espécie pela origem da liberdade de expressão como valor previsto contra a opressão estatal. Todavia, para superar este estranhamento, procedemos a uma longa análise do processo evolutivo dos direitos fundamentais, descrevendo a consagração de novos valores no decorrer dos séculos, a impor ao Estado o dever de atuar positivamente visando a implementação de cada um deles.

É esse processo evolutivo que revelou a impossibilidade de se conceder uma interpretação estática à liberdade de expressão. Explanamos

acerca do atributo da historicidade que caracteriza tal valor (e os demais direitos fundamentais) e seu consequente desenvolvimento em conformidade aos conflitos de cada época. Neste caminhar, a liberdade de expressão deixou de ser um atributo concedido somente a panfletos amadores na fomentação de debates em uma esfera pública politicamente ativa dos tempos das revoluções burguesas; tornou-se também um instrumento em favor de novos direitos positivados, especialmente os direitos políticos, os quais levaram a coletividade à aspiração de transmissão e recebimento de informações plurais e independentes – a ser garantida pela ação estatal.

De outro lado, ficou evidenciado que essa sustentada atuação encontra seus limites no ordenamento jurídico e no controle da sociedade civil. No caso de ordens democráticas como a venezuelana e a brasileira, tais limites implicam também no respeito ao pluralismo de ideias. Por isso, enfatizamos que a realização de políticas públicas não pode tornar-se um instrumento de repressão do governo contra grupos opositores e de atribuição do monopólio da palavra ao já atribuído monopólio da força.

Cuida-se de raciocínio que se aplica até mesmo na implementação de medidas sobre as emissoras de rádio e televisão. Fazem estas, é certo, uso de um bem público – o espectro de radiofrequência –, laborando sob o regime jurídico de concessão, o que as obriga, mais do que em qualquer outra mídia, a observar os fins e os fundamentos do Estado-concedente (previstos nas constituições dos países analisados). Entretanto, ao sistema estatal não assiste o direito de compeli-las a adotar o discurso oficial.

Aludidas conclusões auxiliaram-nos no descarte de uma linha de análise que inserisse as políticas públicas de comunicação apenas como instrumentos de consolidação de hegemonia. Tal circunstância não significa que não reconheçêssemos a ocorrência de tal instrumentalização no mundo dos fatos. Todavia, não limitamos nossa análise a este problema, na medida em que um estudo focado tão somente nos embates hegemônicos - ignorando os mandamentos contidos nas ordens jurídicas que consagram o pluralismo - poderia levar à sustentação de uma completa exclusão da divulgação das opiniões opositoras, tal como ocorreu nos regimes ditatoriais implementados no Leste Europeu no século passado.

O exame normativo revelou-se de suma importância nessa fase da dissertação. A análise das políticas públicas de comunicação social foi guiada pelo imperativo do respeito às regras do jogo, sem olvidar, é claro, as pressões dos sistemas. Foi sob esse pressuposto que pudemos dar início à análise comparada das políticas públicas de comunicação social na Venezuela e no Brasil.

Em tal aspecto, os estudos relativos a Venezuela possibilitaram a convicção de que a opção de um governo em deixar de renovar a concessão de emissora de televisão como a RCTV, co-responsável, dentre outras irregularidades, por tentativas de rupturas institucionais contra mandatário democraticamente eleito, não configura uma conduta autocrática. Esta certeza foi alcançada após realização de extensa análise, que levou em conta as origens da atual estrutura midiática do país.

Por isso, a importância de termos voltado à década de 1950, quando se celebrou o acordo político conhecido como Pacto de Punto Fijo, protagonizado por dois partidos que se revezavam no poder e apoiado por entidades de classe cooptadas pelos governos da época. Verificamos como a construção de um sistema aparentemente democrático e eminentemente clientelista pode colonizar a esfera pública em favor das elites dos sistemas econômico e estatal. Isto, principalmente, por intermédio da montagem de estrutura oligopolista nos meios de comunicação e da instrumentalização de tais empresas na difusão dos valores defendidos pelos grupos dominantes, agravada por um quadro de esfera pública anestesiada pela renda fácil da valorização na década de 1970 da principal fonte de renda do país, o petróleo.

Esse mesmo quadro, por outro lado, tornou possível elidirmos as velhas crenças da existência de um público consumidor permanentemente passivo. O movimento desorganizado de saques conhecido por *Caracazo*, advindo em um cenário de queda do rendimento de petróleo que não mais permitia a prática clientelista, revelou que a sociedade civil, ainda que dominada pelos sistemas, pode exercer sua influência na formação da opinião e da vontade.

Mencionada mobilização foi apenas o início de uma série de fatos – que incluiu tentativa de golpe militar, afastamento de um presidente e

reformas neoliberais – resultantes na derrubada do *puntofijismo*. O marco final do sistema deu-se em 1998, com a eleição Hugo Chávez à presidência, apoiado por grupos até então alheios às estruturas governamentais (como militares nacionalistas e organizações de esquerda), levando o país a um processo tendente a uma circulação entre as elites políticas.

Nesse contexto, compreendemos a opção de Chávez de, logo após assumir a chefia do Executivo, convocar uma Assembleia Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição de 1999. Por meio deste documento, estabeleceu-se novas finalidades ao Estado venezuelano, visando o aprofundamento da democracia.

A Constituição de 1999 proporcionou-nos os parâmetros para análise de políticas públicas de comunicação social que foram implementadas sob essa nova realidade. É que o texto constitucional erigiu a liberdade de expressão como direito fundamental a ser exercido em favor da coletividade, autorizando, de um lado, a atuação do Estado visando a sua efetivação e, de outro lado, impondo-lhe limites para não submeter a esfera pública ao monopólio oficial da palavra.

Aludidos parâmetros revelaram sua importância na situação de embates entre grupos políticos que se deram a partir de então. A utilização da grande mídia como instrumento de propaganda oposicionista, culminante nas ações golpistas do ano de 2002, evidenciaram a necessidade de o Estado venezuelano implementar políticas públicas que combatessem a estrutura oligopolista construída pelo regime anterior, efetivando a liberdade de expressão nos termos do novo cenário constitucional.

É de tal quadro que, confirmando nossas expectativas iniciais, concluímos pela validade da elaboração de marcos normativos objetivando a regulação da atividade midiática como a LOTEL e a Ley RESORTE, bem como da formação de meios comunitários. É deste mesmo quadro que concluímos pela validade da não renovação da concessão da RCTV em 2007.

Sendo mencionada medida o ponto de partida para a presente análise, dispensamos especial atenção a esse paradigma das políticas de comunicação na América Latina. Conferimos, então, que tal opção

governamental não derivou de capricho pessoal de um suposto *caudillo* que ignora a ordem jurídica – como querem fazer crer os grupos opositores. Decorreu, na realidade, de um rigoroso processo instaurado alguns anos antes, fundado em uma série de irregularidades que teriam sido praticadas por uma empresa que nada mais era senão uma concessão pública. Neste processo, ficou apurado que (dentre outras ações ilegais) a RCTV exerceu papel essencial nas tentativas de golpe de 2002, veiculando exclusivamente as mensagens daqueles que pretendiam agir em desconformidade às regras jurídicas e exercendo censura privada contra os que se apoiavam na ordem constitucional. Foi daí que, encerrada a apuração e proporcionada à emissora o direito de apresentar defesa, o governo venezuelano, legitimamente, decidiu pela substituição da RCTV pela estatal TEVES.

Tal situação, contudo, não eliminou todos os nossos problemas, trazendo-nos, pelo contrário, novas incertezas. O não reducionismo normativo que adotamos e o contato diário com o conteúdo veiculado pela mídia venezuelana ao longo da pesquisa revelaram-se, neste ponto, vitais.

Com efeito, verificamos que o mesmo governo que tomou medidas juridicamente amparadas como a da RCTV também instrumentaliza os meios de comunicação oficiais. Por intermédio do acompanhamento da programação de emissoras estatais como a VTV, testemunhamos uma elite governamental que transmite por veículo sustentado por toda a sociedade apenas a versão partidária - oficial dos acontecimentos. Tivemos, neste ponto, que nos render – e isto, não esperávamos quando iniciamos a pesquisa – à parcela das críticas veiculadas pela grande mídia ao controle oficial dos meios. Não foi uma rendição completa, pois o controle ocorre apenas na mídia estatal (a mídia privada perdura como instrumento de propaganda oposicionista), mas se trata de uma situação que nos leva a questionar a real propensão do governo em manter sua atuação nos limites da juridicidade.

Outro problema foi encontrado na presente análise. Percebemos que as políticas de comunicação social implementadas pela atual elite governamental venezuelana decorrem, na realidade, da vontade direta da cúpula da hierarquia da Administração Pública, independente de maiores

debates travados na esfera pública. A participação da sociedade civil é escassa.

Em tais termos, o que notamos é uma Venezuela que vive uma situação de intensos embates pela hegemonia entre as elites ocupantes do sistema político e as elites do mercado excluídas do governo desde o advento do chavismo, fazendo-se, para isso, uso da mídia pública (caso do governo) e uso dos meios privados (caso dos opositores). Se de um lado este quadro não é aquele de plena independência na transmissão de ideias projetado pela vigente ordem constitucional do país, de outro lado revela que, no final das contas, a atuação do Estado sobre a mídia não eliminou o pluralismo. Na Venezuela, disponibiliza-se à esfera pública, via grande mídia, ao menos dois pontos de vista, oriundos de cada um dos sistemas. Tem-se uma situação distante da ideal, mas é de certa forma plural.

Nem mesmo esse restrito pluralismo é visto no Brasil. A realidade de um país que se orgulha estar entre as dez maiores economias do mundo é reveladora de como a não implementação de políticas de comunicação social auxilia na consolidação da estrutura oligopolista na propriedade dos meios, construída às escuras pela autocracia que antecedeu o atual sistema.

Por isso é que iniciamos a análise da situação vigente no Brasil pela instauração do regime militar de 1964. Tal evento foi produto da falência de um Estado populista que se apresentava como mediador de diversos interesses em jogo, tendo a grande mídia em geral (especialmente grupos como Folha da Manhã e Organizações Globo que perduraram mais tempo no apoio à autocracia) colocado-se a serviço das demandas do capital e do latifúndio para o afastamento definitivo dos anseios dos movimentos sociais que buscavam o aprofundamento democrático.

O sistema ditatorial então instaurado recompensou o apoio dos meios privados, consolidando os oligopólios midiáticos. Para este fim, o regime construiu um complexo arcabouço, no qual atribuiu à grande mídia de abrangência nacional e aos meios locais a divulgação dos valores propagados pela autocracia, recebendo tais empresas, como contraprestação, favores políticos - especialmente a outorga de concessões de emissoras de

radiodifusão. Tratava-se de um esquema de apadrinhamentos em muito semelhante ao coronelismo predominante nos primeiros anos de proclamação da república e que, no final das contas, beneficiou principalmente as Organizações Globo, detentora de domínio absoluto perante as emissoras de televisão.

Essa estrutura prevaleceu após a queda do regime ditatorial. A promulgação da Constituição de 1988, consagradora da liberdade de expressão como direito a ser exercido em favor da democracia participativa nela projetada, não foi capaz de eliminar o domínio dos oligopólios midiáticos.

As dinâmicas social e política forneceram uma explicação para essa conjuntura. Com efeito, o processo de redemocratização brasileira não excluiu todos os grupos hegemônicos do regime militar. As elites do sistema econômico mantiveram o domínio do mercado e considerável parcela das elites do sistema político autocrático anterior perdurou nos cargos da burocracia da Administração Pública.

A consequência de tal situação foi a manutenção das estruturas construídas pelos militares, inclusive o arcabouço na propriedade midiática. Aos meios de comunicação foi atribuída a tarefa de difundir os valores propagados por aludidas elites, especialmente por intermédio do suporte aos seus candidatos a cargos eletivos e às reformas neoliberais implementadas pelos mandatários eleitos, estas últimas, antigas demandas do capital estrangeiro aliado ao nacional.

Nesse ambiente, as normas constitucionais que determinavam a atuação estatal sobre a mídia privada tornaram-se letras mortas. A não aplicação de tais dispositivos converteu-se em verdadeira moeda de troca ao apoio proporcionado pelos grandes empreendimentos de comunicação aos sistemas econômico e estatal.

A eleição de um líder sindical aliado a representantes de movimentos sociais alheios, em princípio, aos velhos grupos, não modificou o quadro acima descrito. As vitórias logradas por Lula não operaram a mesma circulação de elites promovida a partir do advento do chavismo. O ex-operário brasileiro foi eleito sob uma base eminentemente conservadora,

tendo também a seu lado antigos grupos beneficiários do modelo concentrador construído na propriedade dos meios de comunicação do país. Foram com eles que Lula governou por oito anos, tendo de se render às suas demandas de manutenção da lógica do sistema coronelista.

Não esperávamos outra situação política senão aquela oposta à vivida na Venezuela. Os embates existentes em solo venezuelano cedem lugar à ausência de enfrentamento em solo brasileiro. E o mais grave é que a atual presidenta Dilma Rousseff foi eleita sob apoio semelhante ao de Lula, tornando realmente dificultosa a alteração do quadro.

A situação acima descrita deixou a certeza da lesividade da abstenção do Estado sobre a mídia. Com a ausência de regulamentação legal sobre os meios privados (uma das únicas normas que os regulavam foi tornada sem efeito pela cúpula do Judiciário) e a falta de efetiva fiscalização sobre as concessionárias (as concessões de emissoras de televisão das Organizações Globo, por exemplo, foram renovadas sem maiores discussões), o que testemunhamos mais de 20 anos após a reabertura democrática brasileira, é a submissão da esfera pública ao discurso único dos interesses hegemônicos mercadológicos. Daí ser uma incógnita o aprofundamento do processo democrático brasileiro para além da realização de eleições.

Como visto, logramos corroborar os objetivos colocados na introdução desta dissertação. Confirmamos a legitimidade de a atuação estatal sobre a mídia (em conformidade às tendências do constitucionalismo) e a nocividade à democracia de a omissão oficial (nos termos do pensamento liberal discursado pela grande mídia). Todavia, novas dúvidas advieram, seja em relação aos limites das políticas públicas de uma elite que instrumentaliza a mídia estatal em seu favor (Venezuela), seja no tocante às possibilidades de um sistema democrático que não combate de frente as estruturas excludentes (Brasil).

Tais incertezas não elidem o significado dessa pesquisa. Não esperávamos solucionar todas as questões que foram levantadas no debate que nos propusemos a realizar. Temos, neste sentido, plena consciência do não alcance da exatidão matemática pelas ciências humanas, cabendo ao pesquisador saber trabalhar com o inesperado e com o erro, ainda mais em um

tema como este, objeto de discussões por vezes excessivamente apaixonadas (até mesmo no âmbito acadêmico) que nem sempre colaboraram para o alcance dos escopos que pretendíamos atingir.

Na verdade, as dúvidas remanescentes aparecem como circunstâncias aptas a instigar novas pesquisas, prolongando os debates acerca de uma questão palpitante e crucial para o aprimoramento do sistema político democrático. Isto, não apenas nos países investigados, mas em toda uma América Latina que quer superar em definitivo o passado de autoritarismo, mas ainda em geral submetida ao discurso único dos oligopólios midiáticos que por diversas ocasiões não hesitaram em promover ações golpistas. Esperamos que os meios que adotamos indiquem caminhos a serem trilhados em futuros estudos.

REFERÊNCIAS¹¹⁰

ANDERSON, Perry. Lula's Brazil. *London Review of Books*, London, v. 33, n. 7, 31 mar. 2011. 1p. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v33/n07/perry-anderson/lulas-brazil>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 147-182.

AZENHA, Luiz Carlos. Tudo de novo, igualzinho a 2006. *Vi o mundo*, s.l., 11 mar. 2010. 1p. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/arquivo/opiniaio/tudo-de-novo-igualzinho-a-2006>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BARROS, Pedro Silva. Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, v. 2, ano 5, 2006. p. 209-237. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_7.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2010.

BARROSO, Luis Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 427p.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v. 3. 996p.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 25, n. 41, jan.-jun. 2009. p. 269-291. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a14.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

BISBAL, Marcelino. Cultura y comunicación: signos del consumo cultural. *Nueva sociedad*, Buenos Aires, n. 175, 2001. p. 85-96. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/2993_1.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2010.

¹¹⁰ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. 187p.

_____. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 173p.

_____. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 717p.

_____. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 137p.

_____. *A Era dos Direitos*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 212p.

_____. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005. 101p.

_____. *O futuro da democracia*. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 207p.

_____. *Dicionário de política*. 13 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. v. 1 e 2. 1318p.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 809p.

BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi; Associação Vermelho, 2009. 176p.

BREWER-CARIAS, Allan. El control del poder en el Estado Constitucional de derecho y su eliminación em el régimen autoritário venezolano. *Problemas del Estado Colombiano: funciones y disfunciones em el esquema de control*. Bogotá, 2 ago. 2007. p. 1-52. Disponível em: <<http://www.allanbrewercarias.com/Content/449725d9-flcb-474b-8ab2-41efb849fea2/Content/I,%201,%20957.%20El%20control%20del%20poder%20en%20el%20Estado%20constitucional.%202007.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *A social history of the media: from Gutemberg to the Internet*. 3rd ed. Malden: Polity Press, 2009. 346p.

BRITTOS, Valério Cruz; COLLAR, Marcelo Schmitz. Direito à comunicação e acesso à mídia. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 407, 14 nov. 2006. 1p. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=407IPB002>. Acesso em: 12 jan. 2011.

BUCCI, Eugênio. Comunicação pública e cultura democrática: TV Brasil, a encruzilhada anunciada. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 549, 6 ago. 2009. 1p. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=549JDB014>. Acesso em: 6 ago. 2009.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia do jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. 176p.

CHOMSKY, Noam. *Controle da mídia: os espetaculares efeitos da propaganda*. Rio de Janeiro: Graphia, 2003. 96p.

CIFRA, Karina Arteaga. Precisiones legales. *El Universal*, Caracas, 22 maio 2007. 1p. Disponível em: http://www.eluniversal.com/2007/05/22/rctv_esp_precisiones-legales_22A872457.shtml. Acesso em: 27 maio 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006a. 577p.

_____. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b. 716p.

_____. Para que o povo tenha a palavra. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 587, 27 abr. 2010. 1p. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=587CID002>. Acesso em: 27 abr. 2010.

COSTA, Sergio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editorial UFMG, 2002. 220p.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto história*, São Paulo, n. 35, dez. 2007. p. 253-270. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *A Constituição na vida dos povos: da Idade Média ao Século XXI*. São Paulo: Saraiva, 2010. 359p.

DINIS, Alberto. O ano e a hora da verdade. *Observatório da imprensa*, São Paulo, n. 257, 30 dez. 2003. 1p. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq301220031.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

_____. Mídia à beira de um ataque de nervos. *Observatório da imprensa*, São Paulo, n. 573, 19 jan. 2010. 1p. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/midia-a-beira-de-um-ataque-de-nervos>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

DWORKIN, Ronald. *O direito de liberdade: a leitura moral da Constituição norte-americana*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 572p.

FARACO, Alexandre Ditzel. *Democracia, regulação das redes eletrônicas de comunicação: rádio, televisão e internet*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 346p.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001. 913p.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006. 504p.

FERNÁNDEZ, Adrian José Padilla. A Venezuela na mídia contemporânea. In: MEDINA, Cremilda (org.). *Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010. p. 53-68.

FISS, Owen. *A ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. 144p.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005. 461p.

_____. Mídia e poder: elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira. *Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Brasília, n. 1509, set. 2010. 60p.

FREITES, Raul Agudo. Venezuela. In: *Políticas Nacionales de Comunicación*. Quito: Editorial Época, 1981. p. 603-660.

FUNES, Patrícia. *Salvar la nacion: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. 440p.

GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. *Estudos em jornalismo e mídia da Universidade Federal de Santa Catarina*, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2004. p. 87-99. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2075>>. Acesso em 10 ago. 2010.

GÖRGEN, James (Coord). *Donos da Mídia*, Brasília, 2010. 1p. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 244p.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3. 420p.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 391p.

HABERMAS, Jürgen. *O Espaço público: 30 anos depois*. S.l: Suhrkamp Verlag, 1990. 23p. Disponível em: <https://docs.google.com/fileview?id=0B-vWcDYCKP5sMGUzYjQ3NDMtYTZiZC00ZjBILWFmZDUtYzJmNGQ1N2QyMGEw&hl=pt_BR&pli=1>. Acesso em: 20 jul. 2011.

_____. *Direito e democracia entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a. v. 2. 352p.

_____. *Mudança estrutural na esfera pública*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b. 397p.

_____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004. 404p.

_____. O valor da notícia. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 maio 2007. Caderno Mais! p. 4-5.

HOBBSBAWM, Eric. *The age of extremes: a history of the world, 1914-1991*. New York: Vintage Books, 1996a. 627p.

_____. *The age of revolution: 1879-1898*. New York: Vintage Books, 1996b. 356p.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 252p.

JAKOBSKIND, Mario Augusto. Sobre o que a imprensa conservadora silencia. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 577, 16 fev. 2010. 1p. Disponível em:
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=577JDB005>>.
Acesso em: 16 fev. 2010.

KOTSCHO, Ricardo. Direito de resposta, defesa do cidadão. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 532, 7 abr. 2009. 1p. Disponível em:
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/direito-de-resposta-defesa-do-cidadao>>. Acesso em: 7 abr. 2009.

KUCISNKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2005. 144p.

_____. Alô, alô, TV Pública: aquele abraço. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 450, 11 set. 2007. 1p. Disponível em:
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=450TVQ001>>.
Acesso em: 16 fev. 2010.

KUSHNIR, Beatriz. *Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 404p.

LAFER, Celso. Mercosul, Venezuela e cláusula democrática. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 abr. 2009, p. A-2.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, n. 22, sep., 2007. p. 65-86.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. BBC, um modelo para o Brasil. Entrevista. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 488, 3 jun. 2008. 1p. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=488TVQ001>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 174p.

_____. As “brechas” legais do coronelismo eletrônico. *Aurora: revista digital de arte, mídia e política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, n. 1, dez. 2007. p. 113- 126.

_____. O balanço dos governos Lula. *Observatório da imprensa*, São Paulo, n. 619, 11 dez. 2010a. 1p. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-balanco-dos-governos-lula>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

_____. *Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia*. São Paulo: Publisher Brasil, 2010b. 157p.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008. 350p.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. *Coleção Os Pensadores*. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 213-313.

MAGNOLI, Demétrio. A América Latina em tempos de “terrorismo midiático.” In: MEDINA, Cremilda (org.). *Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010. p. 35-52.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986. 188p.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 223p.

_____. Comunicações na América Latina: progresso tecnológico, difusão e concentração de capital (1870 – 2008). In: CASTRO, Daniel; MELO, José Marques de; CASTRO, Cosette (org.). *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil*. Brasília: IPEA, 2010. v.1. p. 159-166.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967. 220p.

MARX, Karl. *A Liberdade de Imprensa*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1980. 132p.

MCCHESNEY, Robert W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Denis de. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 217-242.

MEDINA, Cremilda Araújo. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988. 188p.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*. 3a ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 1063p.

MENDEL; Toby; SALOMON, Eve. O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros. *Série Debates Comunicação e Informação*; 7. Brasília, UNESCO; Fundação Ford, 2011, 76p.

MIGUEL, Luis Felipe. A eleição visível: a rede Globo descobre a política em 2002. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 46, n. 2, 2003. p. 289-310. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n2/a04v46n2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997. 115p.

MILTON, John. *Aeropagítica: discurso pela liberdade de imprensa ao Parlamento da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 214p.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. O espírito das leis. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. v. 21. 569p.

MORAES, Denis de. *Vozes abertas da America Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011. 207p.

MOREL, Manoel; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento na imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. 130p.

ORTIZ, Pedro. Dilemas e desafios da televisão pública na América Latina. In: MEDINA, Cremilda (org.). *Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010. p. 75-94.

PALTI, Elias José. *La invención de una legitimidad: razón y retórica em el pensamiento mexicano del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. 544p.

PARKER, Dick. Debilidades en la conducción política del proceso también facilitaron el golpe. *Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires, n. 7, jun. 2002. p. 11-14.

PASQUALI, Antonio. Dictadura. *El Nacional*, Caracas, 27 maio 2007. 1p. Disponível em: <http://webarticulista.net.free.fr/ap200727051201+Antonio-Pasquali+RCTV.html>. Acesso em: 10 jun 2010.

PELÁEZ, Johanna Cilano; JAIMES, Edgar Cordova; CHAGUACEDA, Armando. Participación ciudadana y reforma del Estado en Venezuela: entender la política a través del ciudadano. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, n. 26, oct., 2009. p. 57-76.

PIERANTI, Octavio Penna. Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula. *Lua nova: cultura e política*. São Paulo, Editora Brasiliense, n. 68, 2006. p. 91-121.

PLESSMANN, Antonio J. González. Venezuela: oposición y estado de derecho. *Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires, n. 7, jun. 2002. p. 19-22.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142p.

PRIOLLI, Gabriel. Antes da brasilidade. In: *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 13-24.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, set/dez., 2005. p. 9-31. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/01.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

QUIRINO, Célia Galvão; MONTES, Maria Lúcia. *Constituições*. São Paulo: Ática, 1986. 93p.

REALE, Miguel. *O estado democrático de direito e o conflito das ideologias*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 119p.

REIS, Fábio Wanderley. Sociologia Política, Ciência Política e “escolha racional”. *Revista política e sociedade da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis, n. 1, set., 2002. p. 37-55.

RIBEIRO, Renato Janine. Novela é a vanguarda dos costumes. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 ago. 2000. 1p. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv050920002.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

RIZZOTTO, Carla Candida. Concentração de mídias e políticas de comunicação na Venezuela. *Estudos em jornalismo e mídia da Universidade Federal de Santa Catarina*, Florianópolis, v. 7, n. 2, 2010. p. 297-310.

ROIO, Marcos Del. Os idos de março de 1964 e o significado da democracia. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 33, out. 2004. p. 97-101. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/33/r33a15.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

ROMERO, Carlos A; CURIEL, Claudia. Venezuela: Política exterior y rentismo. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo v. 1, 2009. p. 39-61. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2009_1_3.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2010.

ROUQUIÉ, Alain. *O extremo ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. 353p.

ROVAI, Renato. *Midiático poder: o caso da Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007. 167p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad; Programa Democracia y Transformación Global, 2010. 154p.

SILVA, Deonísio. A reportagem volta às bancas. *Observatório da imprensa*, São Paulo, n. 448, 28 ago. 2007. 1p. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-reportagem-de-volta-as-bancas>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual da Constituição*. 4. ed. Malheiros: São Paulo, 2007. 1023p.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos: CEBRAP*, São Paulo, n. 85, nov. 2009. pp. 83-102.

SODRÉ, Wernek. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 501p.

SOUZA, Josias de. Bancada do PMDB rejeita tese do PT de regular a mídia. *Blogs da Folha: Josias de Souza*, São Paulo, 14 set. 2011. 1p. Disponível em: <http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/arch2011-09-11_2011-09-17.html>. Acesso em: 14 set. 2011.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. O Processo Político-Partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 10 ed. São Paulo: Difel, 1978. p. 162-225.

THORP, Rosemary. *Progresso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX*. New York: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1998. 387p.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 560p.

TONETO, Maria Bernardete. *O cerco rompido: do monopólio dos meios de comunicação à participação popular no Brasil e Venezuela*. 2006. Dissertação

(Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 113p.

ULLOA, Ernesto Carmona. *Los dueños de Venezuela (...y los amos de la prensa de America Latina)*. Santiago: Ediciones del Leopardo/Revista Punto Final, 2004. 232p.

VALENTE, Jonas. Capital estrangeiro na comunicação. *Observatório da imprensa*, São Paulo, n. 507, 14 out. 2008. 1p. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/capital-estrangeiro-na-comunicacao>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: o projeto de refundação da república. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, n. 49, 2000, p. 135-159. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, 2005. p. 153-172. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300011>. Acesso em: 10. jan. 2011.

_____; URQUIDI, Vivian Dávila. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. *Política Externa*, São Paulo, v. 14, n. 4, 2006. p. 63-77.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, n. 55-56, 2002. p. 185-194. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102>. Acesso em: 20 jul. 2009.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 181p.

_____. Jornais são partidos? *Lua nova: revista de cultura e política*. Editora Brasiliense, vol. 1, n. 2, São Paulo, jul-set. 1984. p. 37-40.

WEISBROT, Mark; RUTTENBER, Tara. Televisión en Venezuela: quién domina los medios de comunicación? *Center for Economic and Policy Research: Informe Temático*, Washington, dez. 2010. p. 1-10. Disponível em:

<http://www.cepr.net/documents/publications/2010_12_venezuela_media_sp.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2010.

ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e crítica*. São Paulo: Memorial da América Latina; Campinas, Editora da Unicamp, 1994. v. 2. p. 489-534.

Editoriais e informativos sem autoria indicada

AGB VENEZUELA. Share interanual comparativo 1999-2000, 2006 e 2008. *AGB Nielsen Media Research*, New York, 2000, 2006 e 2008. 1p. Disponível em: <<http://www.agbnielsen.com.ve>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

CHÁVEZ golpeia as liberdades. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 maio 2007. 1p. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=378448>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

DITADOR em obras. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 maio 2007. 1p. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/5/25/2>>. Acesso em: 29 mar 2011.

EL PODER sin límites. *El Nacional*, Caracas, 30 maio 2007. 1p. Disponível em: <<http://www.elnacional.com/Articulos/ParaImpresion.asp?Id=104900&id...1of.>> Acesso em: 14 jul. 2010.

MÍDIA sufocada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jan. 2007. 1p. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=349384>. Acesso em: 14 jul. 2010.

NI BOLÍVAR ni Zamora ¿Es Marx?. *El Universal*, Caracas, 14 jan. 2007. 1p. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/2007/01/14/opi_art_14A824339.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2010.

PUDO evitarse. *El Nacional*, Caracas, 12 abr. 2002. 1p. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/oposicion/n178889html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

REDE Globo fatura 73,5% do total arrecadado pelas emissoras de TV aberta em 2009. *Portal Imprensa*, São Paulo, 25 mar 2010. 1p. Disponível em:

<http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2010/03/25/imprensa34624.shtml>. Acesso em: 10 maio 2010.

RESSURGE a democracia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. 1p.
Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/midia/golpe-militar-brasileiro-completa-46-anos>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

¡SE ACABO! *El Universal*, Caracas, 12 abr. 2002, p. 1.

Normas e documentos oficiais

BRASIL. *Constituição (1824)*. Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. 1p. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>.
Acesso em: 16 dez. 2010.

_____. *Constituição (1946)*. Constituição dos Estados Unidos de Brasil de 18 de setembro de 1946. 1p. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>.
Acesso em: 16 dez. 2010.

_____. *Lei de imprensa (1967)*. Lei 5.250 de 9 de fevereiro de 1967. 1p.
Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5250.htm>>. Acesso em: 21 jun 2011.

_____. *Decreto-Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967*. 1p. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm>. Acesso em: 21 jun. 2011.

_____. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 2 de outubro de 1988. 1p. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 ago. 2010.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, n. 130 (2009)*. Arguente: Partido Democrático Trabalhista. Arguido: Presidente da República. Relator: Ministro Carlos Ayres Britto. Brasília, 30 de abril de 2009. 111p. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adpf130.pdf>>.
Acesso em: 25 maio 2010.

ESTADOS Unidos da América. *Constituição (1787)*. Constituição dos Estados Unidos da América de 17 de setembro de 1787. 1p. Disponível em: <<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/constituicoes/CUSAT.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

FRANÇA. *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 2 de outubro de 1789*. 1p. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de dezembro de 1948*. 1p. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 11 jan. 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969)*. Pacto de San José da Costa Rica de 22 de novembro de 1969. 1p. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/oeasjose.htm>>. Acesso em 30 ago. 2010.

_____. *Democracia y Derechos Humanos en Venezuela: Comissão Interamericana de Direitos Humanos*, Washington, 30 de dezembro de 2009. 1p. Disponível em: <<http://www.cidh.org/countryrep/Venezuela2009sp/VE09.indice.sp.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

REINO UNIDO. *Declaração de Direitos de 22 de janeiro de 1689*. 1p. Disponível em: <http://www.jurisciencia.com/legislacoes/legislacao-diversa/declaracao-de-direitos-de-1689-bill-of-rights/220/>. Acesso em: 14 jan. 2011.

VENEZUELA. *Constitución (1811)*. Constitución Federal de 21 de diciembre de 1811. 1p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/02461621981246052976613/p0000001.htm#I_2_>. Acesso em: 9 dez. 2010.

_____. *Constitución (1961)* Constitución Federal de 23 de enero de 1961. 1p. Disponível em: . <<http://www.tsj.gov.ve/legislacion/constitucion1961.pdf>>. Acesso em: 8 fev 2011.

_____. *Constitución (1999)*. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 30 de diciembre de 1999. 1p. Disponível em: <<http://www.constitucion.ve>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. *LOTEL (2000)*. Ley Orgánica de Telecomunicaciones de 28 de marzo de 2000. 1p. Disponível em: <http://www.tsj.gov.ve/legislacion/lt_ley.htm>. Acesso em: 22 fev. 2011.

_____. *Ley RESORTE (2005)*. Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión de 12 de diciembre de 2005. 1p. Disponível em: <<http://www.leyresorte.gob.ve>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

_____. *Libro blanco sobre RCTV (2007a)*. Caracas, Ministerio del poder popular para la comunicación y la información, 2007. 1p. Disponível em: <http://www.rnv.gov.ve/noticias/docs/libro_blanco_RCTV-Web.pdf>. Acesso em: 22 fev 2011.

_____. Tribunal Supremo de Justicia. *Decisión 957 de la Sala Constitucional (2007b)*. Autora: Alexandra Stuparic et al. Réu: Ministério del Poder Popular para las Telecomunicaciones y la Informática et al. Presidenta: Magistrada Luisa Estella Morales Lamuño. Caracas, 25 de marzo 2007. 1p. Disponível em: <<http://www.tsj.gov.ve/decisiones/scon/Mayo/956-250507-07-0720..htm>>. Acesso em: 25 maio 2010.